

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

Eloina Maria Moura Reis dos Santos

PENSAR A CIDADE DE SÃO LUÍS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO:

uma análise do planejamento urbano nos espaços públicos requalificados pelo
Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís

São Luís

ELOINA MARIA MOURA REIS DOS SANTOS

PENSAR A CIDADE DE SÃO LUÍS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: uma análise do planejamento urbano nos espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís

Dissertação de Mestrado na linha de pesquisa
“Movimentos sociais, território e planejamento” do
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

Orientadora Prof.^a Dr.^a Grete Soares Pflueger

São Luís

2023

Santos, Eloina Maria Moura Reis dos.

Pensar a cidade de São Luís na perspectiva de gênero uma análise do planejamento urbano nos espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís./ Eloina Maria Moura Reis dos Santos – São Luís, 2023.

183f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.) - Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Grete Soares Pflueger

1. Espaço urbano. 2. Gênero e cidade. 3. Centro Histórico de São Luís. 4. Presença feminina. I. Título.

CDU: 911.375.5.631(812.1)

ELOINA MARIA MOURA REIS DOS SANTOS

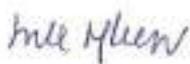
PENSAR A CIDADE DE SÃO LUÍS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: uma análise do planejamento urbano nos espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão.

Linha de Pesquisa: Movimentos sociais, Território e Planejamento

Aprovada em: 23/10/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Grete Soares Pflueger (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão



Prof.ª Dr.ª Raquel Gomes Noronha

Universidade Federal do Maranhão



Prof.ª Dr.ª Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Universidade Estadual do Maranhão

Resumo

Este estudo visa compreender como se dá as relações sociais de gênero na formação do espaço urbano, na forma em que as mulheres acessam os equipamentos, serviços e oportunidades. Considera-se o debate de gênero na perspectiva materialista, buscando nas premissas marxistas o aporte necessário para a discussão, utilizando-se autores como Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Flávio Villaça e suas reflexões sobre espaço, cidade e estrutura territorial, além de conceitos de gênero, patriarcado e desigualdades presentes nas análises de Judith Butler, Heleieth Saffioti, Teresa Di Lauretis e Michel Foucault, com vistas a contribuir para o debate sobre a cidade pela perspectiva de gênero, a fim de entender o lugar e o papel da mulher nos espaços urbanos. Faz-se uso da metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, para refletir sobre a qualidade das intervenções urbanas que integram o Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís para atenderem as necessidades e anseios de gênero, fomentando a presença da mulher e seu poder sobre esse espaço urbano. Utilizando a experiência da execução do programa realizado pela prefeitura de São Luís, através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, como recorte espacial do território da área central entre os anos de 2016 a 2022, aplicou-se questionário com perguntas abertas, para analisar a qualidade das intervenções urbanas no centro histórico da capital maranhense, quanto à perspectiva de gênero. Apresenta-se uma reflexão crítica sobre o impacto do sistema patriarcal na formação das cidades e no cotidiano das mulheres e seu acesso aos espaços urbanos contemporâneos, compreendendo a perspectiva de gênero dentro do recorte espacial estabelecido. Avaliam-se os instrumentos de planejamento urbano utilizados pelo programa como ferramentas inclusivas no território, a partir das intervenções realizadas nos espaços públicos pela perspectiva de equidade de gênero, funcionalidade e empoderamento das mulheres afetadas diretamente através da percepção retratada nas entrevistas feitas com as mulheres que utilizam esses espaços. Conclui-se que a satisfação pós-ocupacional dos espaços públicos requalificados pelo Programa atende, em parte, a presença feminina, uma vez que as intervenções atingiram com êxito o propósito de implementar soluções e acessibilidade universal para os espaços requalificados, apresentando dados favoráveis de satisfação entre os frequentadores e frequentadoras entrevistados. Contudo,

é digno de nota que não foram devidamente considerados os impactos das intervenções na rotina das mulheres, que são diretamente afetadas e costumam frequentar tais locais. Conforme os resultados indicam, as mulheres ainda compõem o grupo menos numeroso de frequentadoras, mesmo após as requalificações. Frequentemente a presença delas está associada a outras atividades, como as relacionadas ao cuidado e à reprodução.

Palavras-chave: espaço urbano; gênero e cidade; Centro Histórico de São Luís; presença feminina.

Abstract

This study aims to understand the social gender relations in the formation of urban space, focusing on the unequal access that women have to facilities, services, and opportunities. The gender debate is approached from a materialist perspective, drawing on Marxist principles for discussion. Authors such as Henri Lefebvre, Jane Jacobs, and Flávio Villaça are considered for their insights on space, city, and territorial structure, alongside gender concepts, patriarchy, and inequalities analyzed by Judith Butler, Heleieth Saffioti, Teresa Di Lauretis, and Michel Foucault. The goal is to contribute to the gender perspective in the discussion about cities, aiming to comprehend the place and role of women in urban spaces.

The methodology of Gender Safety Audit and Walkability is employed to reflect on the factors that qualify public spaces within the Municipal Program for the Revitalization of the Historic Center of São Luís. This reflection seeks to address gender needs and aspirations, promoting women's presence and influence in urban spaces. The study utilizes the experience gained from the program implemented by the São Luís municipality, funded by the Inter-American Development Bank (IDB), focusing on the central area from 2016 to 2022. Open-ended questionnaires were administered to analyze the quality of urban interventions in the historic center of the Maranhão capital concerning gender perspectives.

The study presents a critical reflection on the impact of the patriarchal system on city formation and women's daily lives, including their access to contemporary urban spaces. It comprehensively examines the gender perspective within the established spatial context. The urban planning tools used by the program are evaluated as inclusive instruments within the territory. This evaluation is based on interventions made in public spaces, considering gender equity, functionality, and the empowerment of women directly affected. Interviews with women using these spaces provide insights into their perceptions.

It can be concluded that the post-occupancy satisfaction of public spaces revitalized by the Program partially caters to the presence of women, as the interventions successfully achieved the goal of implementing solutions and universal accessibility for the refurbished spaces, with favorable satisfaction data among interviewed visitors. However, it is worth noting that the impacts of the interventions on the daily lives of women, who are directly affected and

often frequent these places, were not adequately taken into account. According to the results, women still constitute the least numerous group of visitors, even after the refurbishments. Their presence is often associated with other activities, such as those related to care and reproduction.

Lista de figuras

Figura 1- Manual de orientação para aplicação da metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade	31
Figura 2-Modelo de ficha de avaliação para auditoria de Segurança de gênero e caminhabilidade.....	32
Figura 3- Quadro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua anual	46
Figura 4 - Timeline: Processo de preparação do Programa até sua assinatura.	53
Figura 5 - Guia de Consulta significativa às partes interessadas.....	57
Figura 6 - Mapa de localização do Centro de São Luís.....	59
Figura 7- Cartografias de São Luís.....	60
Figura 8 - Mapa evolução urbana de São Luís.	61
Figura 9 - Mapa da área central e os limites de tombamento.	62
Figura 10 -Mapa da área central (Anel Viário) e os seus 11 bairros	63
Figura 11- Mapa de adensamento populacional da área central (Anel Viário) e os 11 bairros.....	65
Figura 12 -Gráfico de faixa etária da população da região Central.....	66
Figura 13 - Gráfico renda <i>per capita</i> da área central.	66
Figura 14- Quadro de renda per capita nos bairros da área central.....	67
Figura 15- Mapa das intervenções do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís	72
Figura 16- Foto aérea Parque do Bom Menino. Foto: Meireles Jr.....	74
Figura 17 - Foto noturna e diurna do Ginásio Tião. Foto: Meireles Jr.....	75
Figura 18- Foto aérea do anfiteatro do Parque do Bom Menino. Foto: Meireles Jr.....	76
Figura 19 - Foto painel modernista entrada anfiteatro. Foto: Meireles Jr	76
Figura 20 - Projeto de Requalificação do parque do Bom Menino	78
Figura 21 - Representantes da equipe da Semispe, empresa projetista e órgãos envolvidos	79
Figura 22 - Foto inauguração do Skate Park Paulo Gomes	81
Figura 23 - Praça da Bíblia antes da intervenção.....	82

Figura 24 - Vista aérea Praça da Bíblia.....	83
Figura 25-Praça da Bíblia após intervenção	84
Figura 26 - Projeto de Requalificação da Praça da Bíblia.....	85
Figura 27 - Vista aérea da Praça da Misericórdia antes da intervenção	86
Figura 28-Ponto de táxi na praça da Misericórdia antes da intervenção.....	87
Figura 29-Tendas para comercialização de lanches.....	87
Figura 30-Barreira arquitetônica construída na praça	88
Figura 31 -Calçadas deterioradas e sem acessibilidade	88
Figura 32-Registro de oficina I com Semispe, projetista e órgãos envolvidos	89
Figura 33- Recorte relatório de levantamento e dados Fase I Levantamento de Dados. Consórcio Natureza Urbana e Hproj, 2018, p.186.....	90
Figura 34- Convites entregues à comunidade para participação das oficinas de projeto	91
Figura 35-Slide utilizado na oficina para questionar os sonhos para a praça da Misericórdia	92
Figura 36-Slide utilizado pelo Consórcio durante Oficina II	92
Figura 37-Slide utilizado durante oficina de projeto na Praça da Misericórdia.....	93
Figura 38-Planta baixa projeto de requalificação da praça da Misericórdia	94
Figura 39-Vista aérea da praça da Saudade antes da intervenção	95
Figura 40-Planta baixa projeto de requalificação da praça da Saudade	97
Figura 41-Foto aérea praça da Saudade.....	98
Figura 42-Vista aérea da praça da Saudade	98
Figura 43- Convite da Oficina de projeto para a comunidade da Praça da Saudade.....	99
Figura 44-Slides apresentados durante oficina de projeto praça da Saudade.....	100
Figura 45-Slides apresentados durante oficina de projeto praça da Saudade.....	100
Figura 46-Registro das expectativas da comunidade quanto ao projeto da praça da Saudade	101
Figura 47-Registro das expectativas da comunidade quanto ao projeto da praça da Saudade	101
Figura 48- Gráfico de faixa etária dos frequentadores das Praças da Saudade (PSAU), da Misericórdia (PMI), da Bíblia (PBI) e Parque do Bom Menino (PBM).....	104

Figura 49-Gráfico de dados de gênero para os frequentadores entrevistados.	106
Figura 50-Gráfico de escolaridade dos frequentadores entrevistados	107
Figura 51-Gráfico representando a relação com o entorno dos espaços	108
<i>Figura 52-Gráfico de frequência de uso dos espaços</i>	<i>108</i>
Figura 53- Gráfico turnos de utilização dos espaços.....	109
Figura 54- Gráfico formas de utilização dos espaços.....	110
Figura 55- Quadro de comerciantes cadastrados	112
Figura 56- Quadro de compensações	112
Figura 57- compensações da Praça da Misericórdia quiosques e triciclos.....	113
Figura 58-: Foto da quadra esportiva com jogo de futebol e a presença apenas de homens	114
Figura 59-Foto de mulheres fazendo caminhada na pista de cooper, do parque Bom Menino	115
Figura 60 - Foto de mulher utilizando o parque para lazer	115
Figura 61-Foto de mulher correndo na pista de cooper, do parque do Bom Menino....	115
Figura 62-Foto de mulher correndo na pista de cooper, do parque do Bom Menino....	115
Figura 63-Foto do uso da área de piquenique do parque do Bom Menino por mulheres e crianças.....	116
Figura 64-Foto de mulher em momento de lazer com seu pet, na área de piquenique do parque do Bom Menino.....	116
Figura 65-Foto de grupo de idosas de uma igreja, em passeio pelo parque do Bom Menino	116
Figura 66-Foto de mulheres em momento de lazer no parque do Bom Menino	116
Figura 67- Foto campeonato de futebol no Ginásio Tião no Parque do Bom Menino...	117
Figura 68-Foto de sinalização com inclusão de gênero na pista de cooper do Parque do Bom Menino	118
Figura 69-Foto de sinalização com inclusão de gênero no Parque do Bom Menino	118
Figura 70-Quadros resumo das visitas realizadas ao Parque do Bom Menino	119
Figura 71- Foto do parquinho infantil e a presença de mulheres acompanhando as crianças.....	120

Figura 72-Foto registro da área de piquenique e parquinho infantil do Parque do Bom Menino.....	120
Figura 73- Foto letreiro do Parque na área de piqueniques.....	121
Figura 74-Foto de mulher acompanhando filha no parquinho.....	122
Figura 75-Foto de jovens mulheres conversando na praça	123
Figura 76- Jovens meninas jogando bola na praça da Bíblia	123
Figura 77- Mulheres na praça da Bíblia de grupo de dança aguardando para ensaio..	123
Figura 78- Mulher passeando com seu pet na praça da Bíblia	124
Figura 79- Foto praça da Bíblia deserta durante a visita de campo, sábado pela manhã.	124
Figura 80- Foto de senhoras conversando na praça da Misericórdia.....	126
Figura 81- Foto da movimentação na praça da Misericórdia	126
Figura 82- Foto da Praça da Misericórdia	126
Figura 83- Foto Praça da Misericórdia	126
Figura 84 - Foto de quiosque na Praça da Misericórdia.....	127
Figura 85- Foto proprietária do quiosque e sua funcionária	127
Figura 86-Foto de quiosques fechados na praça da Misericórdia	127
Figura 87- Foto de criança brincando no parquinho da praça da Misericórdia.....	127
Figura 88- Foto de vendedor de frutas e triciclo na praça da Misericórdia	128
Figura 89- Foto de pessoas circulando pela praça da Saudade e grupo sentado na arquibancada conversando.....	130
Figura 90- Foto de criança chegando na praça acompanhada de sua cuidadora	130
Figura 91-- Foto da montagem de brinquedos na praça da Saudade e mulheres utilizando o espaço como passagem para seus destinos.	130
Figura 92-Foto da área de mesas nos quiosques. Vendedora de jogos e grupo de homens conversando nas mesas.....	130
Figura 93- Foto de pessoas conversando na praça da Saudade	131
Figura 94- Foto da Feira de hortifruti na praça da Saudade	131
Figura 95- Foto da área destinada ao comércio de flores na praça da Saudade	132
Figura 96- Convite digital enviado as mulheres participantes da Auditoria	134

Figura 97-Foto de grupo de mulheres iniciando as atividades de auditoria de segurança de gênero no SENAC.....	137
Figura 98-Foto da apresentação da equipe de facilitadoras no início da auditoria de segurança de gênero no SENAC.	137
Figura 99- Foto participante preenchendo o formulário de caracterização acompanhada dos filhos.....	137
Figura 100- Foto das facilitadoras organizando os mapas para atividade de auditoria de segurança de gênero.	137
Figura 101-Foto cartaz atividade “Como me sinto quando...” desenvolvida na oficina de auditoria	139
Figura 102-Foto cartaz atividades "Como me sinto quando..." desenvolvida na oficina de auditoria	139
Figura 103-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa.	140
Figura 104-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa.	140
Figura 105-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa	141
Figura 106-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa	141
Figura 107- Rota escolhida pelo grupo 01.....	142
Figura 108- Rota escolhida pelo grupo 02.....	142
Figura 109-Foto Cartaz da atividade “Do que você tem medo ao caminhar na rua?”..	148
Figura 110-Foto de cartaz com infográfico sobre violência.....	149
Figura 111-Foto de cartaz sobre caminhabilidade	150
Figura 112- Rota escolhida para avaliação das camadas.....	151
Figura 113-Foto participantes registrando pontos positivos no trecho de análise	152
Figura 114-Foto de participantes realizando a atividade de campo.	152
Figura 115-Foto de participantes registrando pontos negativos ao longo do trecho da auditoria	152

Figura 116-Gráfico de resultados da avaliação das camadas.....	153
Figura 117-Espaço com instalação para pessoas no Mumok, Museu de Arte Moderna, em Viena, Áustria.	159
Figura 118- Mapa do itinerário turístico, cultural e educativo em Buenos Aires	161
Figura 119- Foto do portal do Festival Cultural de Skate Feminino	164
Figura 120- Estação da beleza montada no Festival Cultural de Skate Feminino	164
Figura 121- Foto de aulas de skate para meninas na praça da Fonte do Bispo.....	165
Figura 122- Foto da aula de dança na praça Fonte do Bispo	165
Figura 123- Foto aula de grafite para meninas.....	165
Figura 124- Foto de placa da estação Alcione.....	165
Figura 125- Foto de atividade de reconhecimento da praça Fonte do Bispo	166
Figura 126- Foto de atividade de reconhecimento da praça Fonte do Bispo	166

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SEMPE - Secretaria Municipal de Projetos Especiais

SEMISPE - Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEMDEL – Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

SEMCAS – Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

Agradecimentos

Pessoas maravilhosas cercam minha vida e me inspiram. Nesses poucos mais de dois anos de mestrado, algumas foram especialmente significativas por embarcarem comigo nessa jornada e não me deixarem desanimar, apostando na minha capacidade e força para trilhar esse caminho.

Começo pelas mulheres que me fizeram a mulher que sou, com seu amor, conhecimento, experiências, presença, sonhos e decepções. Minha mãe tão amada que precisou partir desse plano durante o percurso, para enfim poder me acompanhar nessa trajetória e entender essa conquista como sua também. Agradeço por sempre me incentivar a realizar coisas e com toda sua calma e resiliência me apresentar a importância de ser uma mulher.

Minhas irmãs, que sempre me inspiraram e me admiraram, torcendo e ficando felizes a cada conquista minha. Ninane, a mais velha, que me acarinhou nos meus sonhos, Vânia que me orientou e acalmou com sua experiência acadêmica de pesquisa e Ana Cláudia com toda sua torcida e positividade incondicionais.

Família de mulheres fortes e resilientes, não posso deixar de mencionar minha tia Antonieta e minha prima Maura, com seus apoios e participação no grupo de mulheres selecionadas para pesquisa de campo e aqui estendo meus agradecimentos a todas as mulheres que participaram dessa experiência, confiando na metodologia sugerida e na importância de coletar esses resultados para contribuição na discussão de gênero e cidade. Meus agradecimentos às minhas inspiradoras amigas: Tayana, Cintia e Brenda pela disponibilidade em serem as facilitadoras durante as atividades da Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade. E a minha cunhada Larissa pelos maravilhosos registros fotográficos e apoio.

Agradeço minhas parceiras de trabalho na prefeitura de São Luís, incentivadoras e potentes que tanto me ensinam no dia a dia. Para representá-las, escolho minha dupla, minha querida amiga Thaís, a quem tanto admiro e confio.

A Franklin, meu companheiro de vida, pelo amor, apoio e cumplicidade em todos os momentos desse processo e por entender a importância da desconstrução da nossa formação patriarcal para educarmos melhor nosso filho, para que ele contribua na formação de um mundo mais justo. E ao nosso Miguel, agradeço por tanto amor, por tentar entender minhas ausências

e se prontificar a me ajudar, sentando-se tantas vezes no meu colo na frente do computador durante as aulas ou durante a escrita, mesmo sabendo que era uma desculpa sua para ficar perto da mamãe.

Obrigada ao Senac e Igreja de São Pantaleão, pela disponibilidade dos espaços para realização das atividades de campo.

À Semispe por disponibilizar os dados necessários e possibilitar minhas ausências, para conclusão deste trabalho.

Meus sinceros e especiais agradecimentos à professora Grete Pflueger pela generosa e carinhosa orientação dedicada, pela confiança e amizade. Às professoras Neuzeli Pinto e Raquel Noronha e suas valiosas contribuições na qualificação.

Às minhas parceiras de pós-graduação Dorian e Josimar pelo incentivo, indicações e desabafos.

Aos meus manos Flávio e Fernando pelo incentivo e torcida de sempre.

Aos amigos e familiares que contribuíram com esse trabalho, debatendo, indicando e/ou sendo ótimos companheiros.

E por fim, agradeço imensamente às mulheres que vieram antes de mim e possibilitaram que eu estivesse aqui hoje.

“(...) Se, como nós urbanistas sempre afirmamos, nossas cidades são desiguais, talvez possamos afinar um pouco o olhar e afirmar que, são diferentemente desiguais para homens e mulheres.”

(Santoro, 2007)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
1.1. Um estudo feminista e sua metodologia	26
2. GÊNERO E CIDADES	34
2.1. Por que gênero? Conceitos, teorias e a origem das desigualdades	34
2.2. Cidades patriarcais: favorecendo as desigualdades	38
2.3. Por um urbanismo feminista	45
3. O PROGRAMA MUNICIPAL DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PROCIDADES/BID: UM CENTRO PARA TODOS?.....	52
3.1. Breve histórico	52
3.2. São Luís, o Centro e suas características	58
3.3. As ações do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís e as áreas de estudo	68
3.3.1. Parque do Bom Menino e Skate Park.....	73
3.3.2. Praça da Bíblia	82
3.3.3. Praça da Misericórdia.....	85
3.3.4. Praça da Saudade.....	95
4. NARRATIVAS URBANAS	102
4.1. Análise de Satisfação pós-ocupacional dos espaços públicos requalificados pelo Programa.....	102
4.2. Caminhadas e observações	114
4.2.1. Parque do Bom Menino e Skate Park.....	114
4.2.2. Caminhadas e Observação pela Praça de Bíblia	121

4.2.3. Caminhadas e Observações pela Praça da Misericórdia	125
4.2.4. Caminhadas e Observações pela Praça da Saudade	129
4. 3. Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade	133
4.3.1. Análise do Perfil das Participantes	134
4.3.2. Resultados das Atividades	138
4. 4. Cidades para mulheres, cidades para todos: Exemplos de boas práticas	157
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	173

1. INTRODUÇÃO

Conciliar a pesquisadora para se dedicar ao conhecimento teórico com o mesmo dinamismo da arquiteta e urbanista, acostumada com execuções práticas no dia a dia, foi uma tarefa cujo processo demandou, antes de tudo muita disciplina, leitura, dedicação e esforço para encontrar a medida certa de minha escrita. Ao dizer isto revelo, portanto, que esta pesquisa também é fruto de reflexões de cunho bastante pessoal, uma vez que teve suas primeiras questões e hipóteses levantadas a partir da vivência cotidiana de uma mulher e sua longa atuação na gestão pública. Há 25 anos trabalho na Prefeitura municipal de São Luís, contribuindo na elaboração e execução de programas de intervenção em áreas urbanas com apoio de agentes multilaterais. Atuei como especialista socioambiental e coordenadora da unidade gestora do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, executado pela Prefeitura Municipal de São Luís, através do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com esta experiência de campo, sendo responsável por garantir os cumprimentos das salvaguardas socioambientais dos bancos internacionais, por meio da metodologia de consulta significativa às partes interessadas, senti a necessidade de analisar e compreender os processos de planejamento urbano em sua gênese e fortalecer o debate da presença feminina nos espaços. Desde as etapas de planejamento, desenho urbano, definições de políticas públicas e execuções das intervenções urbanas ao uso cotidiano e avaliação da cidade.

Na fase de elaboração dos projetos de requalificação de espaços públicos pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PROCIDADES/BID), foram realizadas oficinas de projeto com as comunidades afetadas: moradores, comerciantes locais, instituições envolvidas e usuários, em um exercício de atender às demandas locais, favorecer o desenho urbano inclusivo e assim propiciar a melhoria dos espaços e qualidade de vida para a comunidade. Durante esse processo, a presença feminina sempre foi majoritária, tanto através da participação popular quanto por meio da grande quantidade de mulheres na equipe técnica, porém a minha inquietação em entender de que forma essa participação de fato norteou a elaboração do desenho urbano desses espaços ou impactou em tomada de decisões de políticas públicas, reforça a necessidade de pesquisar esse processo, as ferramentas utilizadas e os resultados alcançados.

Por muito tempo, os espaços urbanos foram pensados apenas levando em consideração normas técnicas, legislação urbanística e seus usos, transmitindo a falsa segurança de que o planejamento está sendo realizado de forma isenta, racional e atenderá a todas e todos. Porém, é importante atentar que podemos não estar atendendo totalmente as necessidades dos indivíduos em sua diversidade, sendo fundamental considerar as relações sociais e as interações entre as pessoas.

Nos estudos acadêmicos, chamamos as interações entre os diferentes aspectos sociais: gênero, raça, classe, sexualidade, religião, idade entre outros, de interseccionalidade. Essas interações acabam influenciando a maneira de viver em sociedade e de vivenciar as cidades. É importante refletir sobre esses marcadores sociais na formação de políticas públicas, atentando para a complexidade das relações que criam desigualdades e vulnerabilidades entre as pessoas. Assim, a questão deste estudo visa saber mais sobre estas vulnerabilidades e quais fatores qualificam os espaços públicos que integram o Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, e se atendem às necessidades e anseios de gênero, fomentando a presença da mulher e seu poder sobre esse espaço urbano.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral contribuir com a discussão de gênero e cidade através da análise da qualidade das intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico da capital maranhense, pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís-PROCIDADES/ BID, quanto à perspectiva das mulheres que ocupam os espaços requalificados através das narrativas orgânicas que surgem quando as pessoas interagem com seus ambientes urbanos. E como objetivos específicos visa:

- Compreender a perspectiva de gênero dentro do recorte estabelecido;
- Avaliar os instrumentos de planejamento urbano utilizados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico como ferramenta inclusiva de gênero no território;
- Analisar as intervenções realizadas nos espaços públicos requalificados pelo programa através da perspectiva de equidade de gênero, funcionalidade e empoderamento das mulheres afetadas diretamente pelas intervenções;
- Compreender a percepção das mulheres comerciantes de rua que atuam nos espaços requalificados acerca dos possíveis impactos ocasionados pelas intervenções.

O objetivo geral dessa pesquisa se justifica ao se inserir em um contexto global de discussão sobre gênero e cidades, onde as mulheres, historicamente, foram excluídas da produção do espaço urbano desde o advento das cidades, refletindo hoje, a sociedade patriarcal, hierarquizada e capitalista que vivemos. Essa exclusão é vista também em espaços de insegurança e vulnerabilidade que moldam a forma com que as mulheres vivenciam e se apropriam das cidades. O debate em questão é uma forma de garantir a importância de inserir na produção do campo da arquitetura e do urbanismo, solução para as especificidades das vivências de grupos sociais vulnerabilizados, demonstrando a necessidade de incluir mulheres no planejamento das cidades, como agentes transformadoras e usuárias do espaço urbano.

O tema gênero começou a fazer parte das discussões de planejamento urbano recentemente. Trata-se de uma ideia desenvolvida a partir da década de 1970, em que gênero não é considerado sexo e sim uma construção sociocultural e está relacionada aos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Há um critério determinante de que as mulheres foram destinadas socio-historicamente às tarefas reprodutivas e de cuidado, tarefas não remuneradas e consideradas invisíveis. Aos homens foi designada a tarefa do público, do produtivo, do espaço público, atividades visíveis e remuneradas. Apesar de as mulheres também terem trabalhos remunerados, seguem com as piores remunerações, permanecendo invisíveis. “[...] a cidade reproduz uma divisão dada por natural. Existe um ‘fora’ e um ‘dentro’. O fora da cidade é o espaço dos homens. Com o espaço de dentro, o lar, julga-se que as mulheres tenham segurança.” (ENGEU, 1974 apud: CALIÓ, 1992).

Convém deixar claro, no entanto, que a desigualdade de gênero em nosso país é uma realidade que pode ser observada e vivenciada em vários aspectos. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2015), Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça 1991-2015, as mulheres seguem ainda com dificuldades de entrada no mercado de trabalho, ocasionado muitas vezes por exercerem atividades de cuidado. Enquanto as mulheres que têm acesso ao mercado de trabalho, seguem em dupla jornada respondendo também por essas atividades.

Segundo o IBGE¹, as mulheres ainda continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Em sua maioria, exercem trabalho informal, são usuárias do transporte público e têm o uso dos espaços públicos impactados pelo risco de violência e assédio. Realidade que não difere da situação encontrada nos espaços pesquisados, uma vez que neste programa temos maioria de mulheres exercendo trabalho informal nesses espaços, utilizando o transporte público.

Levando em conta que o entendimento das relações de dominação de gênero, bem como as relações sociais, também se materializa na formação do espaço urbano, o seguinte trabalho busca criar uma trajetória teórica que visa elucidar o cotidiano urbano vivido por diversas mulheres na contemporaneidade, onde a cidade se comporta como um ambiente de opressão para as mulheres. Sendo ilustrado, aqui, pela análise da qualidade dos espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

A partir da perspectiva materialista histórica, nas premissas marxistas e na perspectiva de decolonialidade, buscou-se uma metodologia que atendesse às especificidades de uma pesquisa feminista. Utilizando o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Anibal Quijano, que destaca a influência contínua das estruturas coloniais nas sociedades contemporâneas, instigando a análise crítica das formas pelas quais o poder, a identidade e o conhecimento foram moldados pela história colonial. Em contra ponto as análise de Maria Lugones que dão enfoque a forma como as estruturas coloniais afetam especificamente as identidades de gênero. Segundo Lugones (2008, p.13), a lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder. Nesse sentido, não existe uma separação de raça/ gênero no padrão de Quijano. Embora Lugones acredite ser correta essa lógica, destaca que o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero.

Na elaboração desta pesquisa fez-se necessário também, contar com o aporte de teóricos para a discussão, trazendo autores como Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Flávio Villaça e suas reflexões sobre espaço, cidade e estrutura territorial. E da conceitualização de gênero, patriarcado

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados da Agência IBGE Notícias. Acesso: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

e desigualdades presentes nas análises de Judith Butler, Heleieth Saffioti, Teresa Di Lauretis e Michel Foucault, com vistas a contribuir para o debate sobre cidade pela perspectiva de gênero, a fim de entender o lugar e o papel da mulher nos espaços urbanos.

Assim, no capítulo 1, iniciamos realizando uma introdução à temática, minhas motivações para o desenvolvimento da pesquisa, a escolha do território para análise e metodologia utilizada.

A abordagem sobre os principais conceitos que nortearam a pesquisa, tais como: gênero, interseccionalidade, patriarcado, divisão sexual do trabalho, espaço público, entre outros, fazem parte do capítulo 2. Assim, trabalhamos esses conceitos para uma reflexão sobre o cotidiano urbano, a desigualdade no uso e apropriação das cidades, além da apresentação de dados que demonstram as dificuldades e violências vividas pelas mulheres no cotidiano das cidades.

Ao longo do capítulo 3, apresentamos o Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís PROCIDADES/BID, com um breve histórico até sua contratação pela Prefeitura de São Luís, suas ações e metodologia de atuação junto às comunidades afetadas. Além da caracterização da região central em relação a cidade de São Luís, com dados da população, seu crescimento e formação da cidade.

Para esta pesquisa, foi feito um recorte espacial dentro da abrangência do Programa, definindo o Parque do Bom Menino e Skate Park; a Praça da Bíblia; Praça da Misericórdia e Praça da Saudade como objetos de estudo. Foram registradas na pesquisa todas as intervenções realizadas, e o processo participativo na etapa de elaboração dos estudos socioambientais e projetos executivos, de cada espaço requalificado.

No capítulo 4, as narrativas urbanas encontradas ao longo da caminhada de pesquisa, foram divididas em três momentos:

- Análise dos dados apresentados pela pesquisa de satisfação realizada pela Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais, após as entregas dos espaços de volta à comunidade, ouvindo trabalhadores, trabalhadoras de rua inseridos nos espaços requalificados e os usuários e usuárias;

- Caminhadas de observação, realizadas por mim durante o período de pesquisa, registrando minhas percepções como mulher usuária dos espaços em momentos e situações diversas;

- Aplicação de metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, utilizada em um grupo de mulheres composto por moradoras e usuárias da área central que desenvolveram atividades direcionadas para avaliação da qualidade, segurança e caminhabilidade nas praças da Misericórdia e Saudade.

Neste capítulo apresentamos, também, alguns exemplos de boas práticas em intervenções de urbanismo feminista em espaços públicos em alguns países e em São Luís, com estudos acerca de planejamento urbano, programas e políticas para transformação das cidades em espaços inclusivos como ferramenta do empoderamento da mulher.

No capítulo 5, concentramos as considerações e conclusões obtidas pela pesquisa, assim como sugestões para continuação do trabalho. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para análises e elaboração de propostas que contemplem a discussão de gênero no âmbito das políticas públicas, do planejamento urbano e nas discussões de cidade.

1.1. Um estudo feminista e sua metodologia

Ao longo de todo o trabalho, buscamos construir uma metodologia condizente ao enfoque feminista, assegurando-lhe uma perspectiva crítica. Segundo a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias:

“as amarras ideológicas- um modo de conhecer predeterminado por um sistema de dominação cultural arraigado – refletem-se nos estudos feministas, e ao mesmo tempo, dizem respeito a mulheres que, como seres humanos, são também, e a despeito dos condicionamentos culturais, agentes de si mesmas. Assim, equivale a dizer que o tema das mulheres enquanto objeto do conhecimento partilha com as ciências humanas as incertezas inerentes ao próprio processo do conhecimento. Portanto, a abordagem perspectivista propriamente histórica é uma das múltiplas opções que se apresentam para a delimitação de abordagens metodológicas para os estudos de mulher. Propicia o esforço feminista de reelaborar os estudos das mulheres fora da linguagem, das teorias e da ordem simbólica em abstrato.” (DIAS, 1992)²

² Dias, M.O.L.S. “Uma questão de gênero”. In: Costa, A.O. & Bruschini, C. Teoria e método. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992

Sendo assim, a historiadora orienta o que não se deve fazer nos estudos femininos: a inclusão de métodos tradicionais, funcionalistas, apropriados a sociedades estáveis, bem assentadas, e cuja permanência eles pretendam. Buscou-se, então, a inserção de estudos específicos para a perspectiva de gênero, sob as orientações do materialismo histórico marxista, do conceito de decolonialismo segundo Françoise Vergès e do debate que Maria Lugones propõe sobre a ideia de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, visando compreender as complexidades das experiências das mulheres em contextos coloniais e pós-coloniais. Segundo Lugones (2008) “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/ intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas.

Utilizar a decolonialidade como uma abordagem crítica é buscar desafiar e desconstruir as estruturas de poder, hierarquias e formas de conhecimento que foram estabelecidas durante o período colonial e continuam a perpetuar desigualdades nos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Uma vez que essa abordagem não se limita apenas à história colonial, mas também abrange as formas contemporâneas de dominação e opressão que têm raízes nesse legado.

Segundo Vergès (2020), o debate da decolonialidade e o feminismo constituem uma abordagem que reconhece a maneira como o gênero se entrelaça com o legado do colonialismo e como as mulheres, especialmente as mulheres racializadas e indígenas, enfrentam opressões complexas que não podem ser compreendidas apenas por meio de lentes feministas tradicionais.

A partir dessa perspectiva, consideramos os seguintes aspectos: descolonização do pensamento e conhecimento; interseccionalidade; desconstrução de estereótipos culturais e o combate à homogeneização cultural. Para as discussões de gênero, esses aspectos, segundo Quijano (2005), são pertinentes para abrir a questão das relações entre o corpo e o não-corpo na perspectiva eurocêntrica, isso ocorre não apenas devido à sua influência predominante no método eurocêntrico de construção do conhecimento, mas também porque nossa experiência está intimamente ligada às questões de raça e gênero.

Na percepção de Quijano, a distinção entre “corpo” e “não corpo” está relacionada ao modo como a colonialidade do poder opera na percepção e categorização das pessoas. No âmbito da

colonialidade do poder, as pessoas foram categorizadas e classificadas com base em critérios raciais e culturais, o que levou a uma hierarquia social e a discriminação sistemática. Essa categorização influenciou a forma como os corpos (identidades raciais e culturais) foram percebidos, valorizados e posicionados na sociedade. Enquanto Lugones (2008), afirma que nem todos/as somos dominados/as ou vitimizados/as por esse processo. O processo segundo a autora, é binário, dicotômico e hierárquico, em que as categorias são entendidas como homogêneas, selecionando um dominante, em seu grupo, como norma; desse modo, “mulher” seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, “homem” seleciona os machos burgueses brancos heterossexuais, “negro” seleciona os machos heterossexuais negros, e assim sucessivamente.

A partir dessa percepção da categorização do corpo como instrumento utilizado para dominação e poder, conciliou-se a análise materialista histórica marxista, através da interpretação de Henri Lefebvre, utilizando o cotidiano como ponto de partida para a análise crítica do real. Sob esse ângulo, trabalhamos a ideia de cotidiano como lugar de transformação do corpo, o que nos permitiu compreender o cotidiano das mulheres afetadas pelo processo de requalificação dos espaços públicos analisados, particularizando as mulheres trabalhadoras de rua contempladas pelas ações do programa e as mulheres usuárias desses espaços.

Para as mulheres trabalhadoras dos espaços analisados, foram realizadas visitas técnicas e análise dos dados apresentados pela pesquisa de satisfação aplicada pela SEMISPE, que teve como objetivo registrar a satisfação dos usuários, usuárias, trabalhadores e trabalhadoras de rua nas áreas requalificadas. A análise qualitativa e quantitativa dos dados priorizou a avaliação da presença das mulheres em diversos usos e momentos do dia nesses espaços requalificados.

Para as mulheres usuárias desses espaços, buscou-se como referência a metodologia de auditoria cidadã desenvolvida pelo Projeto Mulheres Caminhantes³, criada em conjunto por três organizações: Rede Más, SampaPé! e Fórum Regional de Mulheres da Zona Norte, executado em São Paulo. O projeto pensou na forma de tornar mais seguro o deslocamento da mulher na cidade, através do projeto Mulheres Caminhantes que criou uma forma de inseri-las nas

³ Ver relatório Mulheres Caminhantes – Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana. https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes___auditoria_de

construções dos espaços e políticas públicas, realizando uma auditoria que analisa e propõe soluções para as cidades com perspectiva de gênero na Zona Norte de São Paulo, onde foram apontados os problemas que as mulheres passam diariamente na região, e suas propostas para soluções. Como resultado, foi elaborada uma metodologia com soluções para o local e que podem ser aplicadas em outras cidades.

Esta metodologia foi denominada de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, criada a partir da integração de três linhas metodológicas de auditorias e observação do espaço público: auditorias de gênero; avaliações de caminhabilidade; e análises de qualidade do espaço público. Desse modo, um grupo de mulheres é posicionado como especialistas que avaliam o espaço público do ponto de vista da segurança com perspectiva de gênero e da mobilidade sustentável e propõem soluções que consideram os dois temas ao mesmo tempo.

A auditoria é composta por três etapas:

1. Levantamento prévio de dados estatísticos contextuais secundários do território;
2. Realização de encontros com mulheres que circulam no território com atividades de mapeamento de sensações, avaliação do espaço público e cocriação de soluções;
3. Análise do processo e dos resultados para disseminação a atores estratégicos e à população em geral.

Para esta pesquisa, utilizamos as etapas um e dois, uma vez que na etapa três foi realizada a análise do processo e dos resultados, porém não foi viável a elaboração de propostas e disseminação dos resultados aos atores públicos.

Além das etapas, a diversidade de participantes é uma premissa que faz parte da metodologia, uma vez que a interseccionalidade deve ser levada em consideração, quando analisamos as vivências e opressões que as atingem, como as características socioeconômicas, etárias, corporais e étnico-raciais.

Detalharemos a seguir a metodologia utilizada:

Etapa 1: Levantamento prévio de dados estatísticos contextuais secundários do território.

Fez-se um levantamento dos dados do bairro e da região sobre população, renda, segurança pública, transporte e oferta de equipamentos públicos. Além do levantamento de dados foram

realizadas visitas técnicas à área das praças escolhidas para ajudar a identificar as principais características socioespaciais do território. Sendo observadas a infraestrutura de mobilidade a pé e as vulnerabilidades sociais visíveis na região.⁴

Etapa 2: Encontros com Mulheres que circulam no território, com atividades de mapeamento de sensações, avaliação do espaço público e cocriação de soluções.

Elaborou-se um convite para 23 mulheres, formando um grupo composto por faixa etária entre 25 e 84 anos, diversidade de corpos, raça e características socioeconômicas. O critério utilizado para escolha das participantes foi: que fossem moradoras do centro; moradoras do entorno das praças da área de estudo; moradoras de outros bairros, mas que frequentam a área central a trabalho e ou lazer; mulheres transgênero e integrantes do Coletivo Por Elas Empoderadas.⁵ Todas assinaram um termo de autorização para uso de imagem e som captados durante as oficinas com fim de inclusão nessa pesquisa.

Desse grupo convidado, 3 mulheres foram escolhidas para servirem de facilitadoras durante as atividades em grupo por serem pesquisadoras nas áreas de arquitetura e biologia, facilitando assim o entendimento e aplicação da metodologia escolhida, além de contribuir na coleta e sistematização dos dados. Outra participante, jornalista, foi convidada para realizar todo o registro fotográfico e algumas filmagens das atividades ocorridas nas oficinas. Para ajudar na aplicação da metodologia, foi elaborado um pequeno manual⁶ disponibilizado para as facilitadoras e sendo realizadas duas reuniões para discutir a metodologia e avaliar os instrumentos que seriam aplicados. Dessa forma, o Manual e instrumentais elaborados contou com a contribuição das facilitadoras na adequação da metodologia utilizada em São Paulo para nossa realidade, como a redução de perguntas voltadas a análise de mobilidade e transporte público e redução das etapas a serem aplicadas, uma vez que não chegaríamos a fase propositiva e de apresentação das propostas ao poder público.

⁴ Dados publicados pelo IBGE (2010), Cad Único e relatório de Diagnóstico e Estratégias de Intervenção e instrumentos para adensamento do Centro Histórico do Município de São Luís-MA, elaborado pela consultoria Horwath HTL para o Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

⁵ Coletivo em defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais do Maranhão

⁶ Manual de orientação para aplicação da metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade em anexo II

Figura 1- Manual de orientação para aplicação da metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade

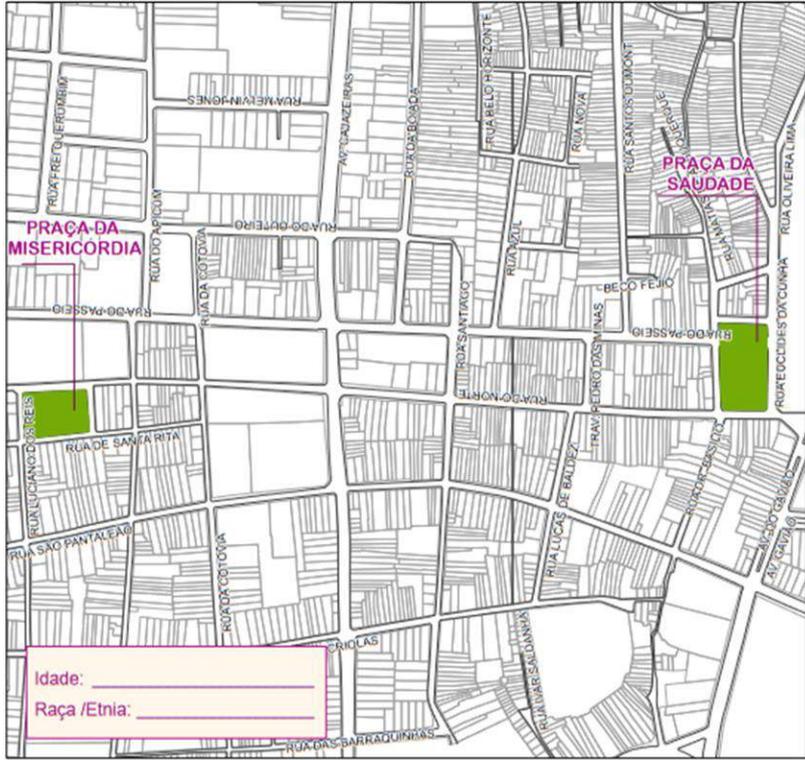


Fonte: Autora (2023)

No primeiro encontro estava previsto a análise da percepção de segurança, além da definição do trajeto entre as praças da Misericórdia e Saudade, iniciando da Praça da Misericórdia. As participantes apontaram os percursos e circuitos que passam com frequência ou que sentem segurança para percorrer, bem como o circuito que evitam ou têm medo. A partir dessa definição, inicia-se uma caminhada noturna em silêncio, buscando captar as sensações em cada trecho do trajeto. Durante a caminhada, cada participante classifica sua percepção como negativa, neutra e positiva em uma ficha de avaliação.

Figura 2-Modelo de ficha de avaliação para auditoria de Segurança de gênero e caminhabilidade

CAMINHADA E AVALIAÇÃO



Avalie como você se sentiu em cada trecho com uma das carinhas

😊 😐 😞

TRECHO 01	LOCAL	
	ME SENTI	
	OBS.	
TRECHO 02	LOCAL	
	ME SENTI	
	OBS.	
TRECHO 03	LOCAL	
	ME SENTI	
	OBS.	
TRECHO 04	LOCAL	
	ME SENTI	
	OBS.	
TRECHO 05	LOCAL	
	ME SENTI	
	OBS.	

Idade: _____
Raça /Etnia: _____

Fonte: Autora (2023)

Em seguida, as avaliações foram discutidas em uma conversa na qual as participantes compartilharam com o grupo as razões para as diferentes sensações. No segundo encontro, foi feita uma avaliação de caminhabilidade em um sábado pela manhã, com uma reflexão inicial sobre os diferentes tipos de violência e apresentados os conceitos de mobilidade sustentável e caminhabilidade para alinhar o conhecimento que servirá de base para análise durante o percurso. Utilizando como instrumento de avaliação a análise do espaço público, a partir de quatro camadas diferentes:

- Camada de baixo: que analisa as calçadas e travessias como: largura, inclinação, pavimentação, obstáculos, segurança das travessias e segurança viária;

- Camada de cima: avalia tudo que está sobre a calçada, fachadas como a iluminação, conforto térmico, lugares para descansar e passear, limpeza e poluição, presença e qualidade da sinalização, comércio e outros serviços na calçada, interação com a rua, violência simbólica;
- Camada de acesso: referente à conexão com outros transportes e lugares, avaliando o acesso ao transporte público, acesso a edifícios, sinalização, acessibilidade, lugar de espera;
- Camada de usos e pessoas: avaliando as sensações e interações através das condições das construções, diversidade, outras atividades realizadas na área, sons no caminho, cheiros, atitudes e comportamentos na rua.

As participantes foram divididas em quatro grupos e cada grupo realizou a análise de uma camada. Foram realizadas fotos com molduras verdes para elementos positivos e vermelhas para elementos negativos e deram notas de um a cinco, sendo um, a pior nota e cinco a melhor e poderão justificar as notas.

De volta ao ponto de apoio, os grupos apresentaram os destaques encontrados durante o percurso e definiram os problemas prioritários. Além dessas ferramentas, foi utilizado também como metodologia, visitas de observação realizadas em todos os espaços públicos da pesquisa, em dias e horários diferentes, com o objetivo de registrar as minhas percepções enquanto mulher usuária dos espaços e as percepções de outras usuárias encontradas aleatoriamente nos dias de visita,

Esses diferentes olhares contribuíram para uma aproximação das mulheres usuárias dos espaços requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís e sobre as mulheres afetadas diretamente por essas intervenções. Abordando as várias camadas intrínsecas ao acesso da mulher aos espaços públicos e as cidades.

Todos as percepções e sensações foram registradas através de instrumentais desenvolvidos especificamente para essa etapa da pesquisa de campo de aplicação da metodologia de auditoria de segurança de gênero e caminhabilidade. Junto aos dados da pesquisa de satisfação pós ocupacional aplicada com os usuários, usuárias, trabalhadores e trabalhadoras dos espaços analisados e dos procedimentos de pesquisa documental, compõem os resultados aqui apresentados com abordagem quali-quantitativa cujo objetivos são explicativos e exploratórios, buscando relacionar teoria e prática em todo o processo do estudo.

2. GÊNERO E CIDADES

2.1. Por que gênero? Conceitos, teorias e a origem das desigualdades

É necessário definir o conceito de gênero utilizado nesta pesquisa. “Gênero” é uma categoria de análise como classe social. A categoria pretende reconhecer e explicar a existência de pessoas desiguais em razão de seu gênero. Segundo Scott (1995), apenas recentemente as feministas passaram a utilizar a palavra “gênero” no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico contido nos termos como sexo ou diferença sexual. O gênero sublinhou também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade.

Scott coloca ainda que o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais.

Conforme Butler (1990), trata-se de um conjunto de normas que se estabelecem através da repetição de uma série de rituais. Esses comportamentos são incutidos pela sociedade em nós, durante toda a vida. Com as distinções entre sexo biológico e gênero, onde se destaca o caráter performativo do gênero.

Butler traz, ainda, importantes reflexões para pensar o contexto urbano contemporâneo, uma vez que apresenta recortes para pensar constituição de uma cidade que se dá após um violento processo colonial e que surge como um espaço territorial permeado pelas desigualdades, entrecortado por questões de gênero, classe, poder, raça, religião. Analisa como vamos produzir o sentido social das pessoas e dos sujeitos a partir do modo como lemos determinadas formas e corpos e como isso irá produzir, a partir de um conjunto de políticas públicas, a construção de equipamentos urbanos, onde este corpo poderá andar e habitar.

Outro importante conceito apresentado por Butler é a teoria da assembleia ou a reunião dos corpos em assembleia. Esta teoria aprofunda a ideia de corpos abjetos, pensando na precariedade com a ideia de abjeção. Os corpos em assembleia ou em aliança são na verdade o ajuntamento público ou uma ocupação de um determinado equipamento urbano, dando visibilidade para uma

questão ou para determinadas questões, sem constituir identidade de grupo. A assembleia coloca as pessoas em aliança, em um ajuntamento cujo espaço não é necessariamente ocupado por elas, permitindo assim que elas sejam vistas, dando visibilidade às suas demandas.

Butler afirma que a precariedade emerge na exploração política da vida em condições precárias, que vão além das disparidades econômicas. Essa exploração resulta na naturalização dessas condições e na perda de vidas. A aceitação de que as pessoas podem habitar áreas de difícil acesso e mobilidade, em condições insalubres e sem buscar uma qualidade de vida, contribui para a periferização como uma estratégia de valorização dos territórios considerados mais privilegiados, perpetuando, assim, a política da precariedade. A sociedade patriarcal, por sua vez, fortalece o sistema capitalista, normalizando a ideia de vidas precárias.

Pensando que esses sujeitos foram constituídos dentro da dinâmica da precariedade e conseqüentemente são mais vulnerabilizados no direito à vida e, para garantirem suas existências precisam ocupar espaços arquitetônicos de visibilidade para serem vistos, precisam vir para as praças e equipamentos urbanos, produzindo cenas de reconhecimento das próprias demandas desses sujeitos.

A construção dessas cenas, Teresa Di Lauretis (1987, pg. 237), traz o conceito de *space-off*, em que acrescenta o esforço para reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva - uma visão de “outro lugar”, além do esforço atual para criar novos espaços de discurso. [...] Pois se esta visão não é encontrada em lugar algum, não é dada em um único texto, não é reconhecível como representação, não é que nós - feministas mulheres- não tenhamos conseguido produzi-la. [...] o que produzimos não é reconhecido, exatamente, como representação. Pois esse “outro lugar” não é um distante e místico passado, nem uma história de um futuro utópico; é o outro lugar do discurso aqui e agora, os pontos cegos ou *space-off* de suas representações, imaginado como espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento. Logo, faz alusão a um termo utilizado no cinema, o qual se refere ao espaço não visível no quadro, mas que pode ser inferido a partir daquilo que a imagem torna visível.

De acordo com Lauretis, o movimento de dentro e fora, que atua como uma representação ideológica, define a dinâmica complexa de como o gênero é construído e representado na sociedade. Assim, o “movimento para dentro” refere-se à forma como as normas de gênero são

internalizadas pelos indivíduos, pois as pessoas incorporam os papéis e estereótipos de gênero que a sociedade impõe a elas. Enquanto o “movimento para fora” refere-se à maneira como as identidades de gênero são representadas e percebidas pela sociedade, como a cultura, a mídia e as instituições sociais retratam e definem o que é considerado feminino, masculino ou outros gêneros. Essas representações podem ser limitadas e androcêntricas, ou seja, centradas na perspectiva masculina, o que pode excluir ou tornar irrepresentável outras formas de identidade de gênero. A esse movimento dentro e fora, Lauretis, atribui a interação entre a construção interna das identidades de gênero pelos indivíduos e a construção externa das representações de gênero pela sociedade, influenciando como as pessoas se veem, como são vistas pelos outros e como as normas de gênero são perpetuadas e contestadas na sociedade.

Ainda segundo Lauretis o conceito de gênero é examinado à luz da perspectiva foucaultiana, que concebe a sexualidade como uma "tecnologia sexual". Essa abordagem relativiza as diferenças sexuais predominantes, priorizando as representações das relações que são influenciadas por diversas outras dimensões, como as questões étnicas. Isso resulta na produção de tecnologias sociais que, no nível da micropolítica, dão origem a sujeitos múltiplos e contraditórios. (LAURETIS, 1987, p.221-222)

Através de diferentes conceitos de gênero apresentados por diversos estudiosos, precisamos considerar as diferentes concepções de sexo, biológica e cultural. Destacando que essas concepções foram desenvolvidas em diferentes períodos históricos, mas que os diversos autores deixam explícito que as desigualdades de gênero entre homens e mulheres e a opressão vivenciada pelas mulheres estão relacionadas diretamente ao sistema patriarcal, sua divisão de classes e seu modo de produção.

Karl Marx e Friedrich Engels, embora principalmente associados à teoria marxista, também discutiram a questão da divisão sexual do trabalho. Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do estado” (1884), argumentou que a opressão das mulheres estava intrinsicamente relacionada ao surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes. Demonstrando que a partir da invenção da família patriarcal e monogâmica, naturalizada como modelo de família ocidental, o patriarcado fortaleceu a ideia de que o espaço privado e, com ele, o trabalho doméstico não remunerado, é destinado ao feminino. Essa forma de exploração econômica das mulheres interliga assim o capitalismo ao patriarcado.

Porém, o marxismo se abstém de discutir o quanto o trabalho doméstico proporciona as condições para que haja produção capitalista e deixa de lado outras camadas como raça, que não pode ser dissociada da análise feita sobre a opressão de gênero.

Federici (2021), apesar de reconhecer que a análise marxista sobre o capitalismo nos deu ferramentas para pensar sobre as formas da exploração à qual as mulheres têm sido submetidas na sociedade capitalista, destaca que Marx não previu, nem explicou a reestruturação da família proletária e a constituição de novas relações patriarcais no seio do proletariado (FEDERICI, 2021, p.130). A autora nos dá ferramentas para ampliar o debate acerca dos conflitos produtivos, refletindo que o trabalho doméstico e reprodutivo é essencial para a manutenção cotidiana da vida, mas que tanto o capitalismo quanto o patriarcado não possuem interesse em rever as relações desiguais de gênero.

As transformações do capitalismo, segundo Vergès (2020), oferecem uma oportunidade decisiva para explosão de baixos salários e para a precarização, sobretudo por meio de feminização em escala mundial dos empregos subqualificados nas zonas de abertura econômica e na economia informal (VERGÈS, 2020, p.70), concentrando essa feminização da pobreza entre as mulheres racializadas.

A concepção de gênero não considera que a sua dimensão seja mais ou menos produtora de desigualdades que outras dimensões sociopolíticas e econômicas, como classe e raça e sim, indica que não é possível entender e atuar com vistas às mudanças estruturais se não considerarmos a complexidade das interações e determinações que são produzidas por essas três dimensões: gênero, classe e raça.

A essas interações utiliza-se o termo interseccionalidade, conceito criado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, ativista americana de direitos civis e pesquisadora da teoria crítica racial, que examinou o racismo como algo naturalizado na sociedade por meio das instituições e leis, e não apenas por indivíduos. Seu objetivo era chamar a atenção para o fato de que as opressões se articulam de forma diferente para as mulheres negras, uma vez que elas além de enfrentarem as questões ligadas ao gênero, também existem as de raça. Contemplando também ainda mulheres com deficiência ou de diferentes classes sociais e mulheres mais velhas.

Desse modo, assumir a categoria de análise gênero obriga a pensar de outra forma as transformações urbanas e a incluir as mulheres na construção das cidades. Assim, reconhece as

diferenças entre homens e mulheres e seus diferentes acessos aos ambientes sociais, emprego, renda, habitação, segurança e tempo, significa reconhecer também, a riqueza da contribuição das mulheres e sua experiência histórica, incluindo a grande mudança social das últimas décadas, partindo de uma perspectiva sobre sociedade e urbanismo diferente e muito mais enriquecedora. As mulheres têm expertise no uso cotidiano de uma cidade e sua posição nas múltiplas esferas, assim como ligação direta a outros grupos sociais, cujo cuidado elas se encarregam, fazendo com que sejam as interlocutoras essenciais para as políticas públicas.

2.2. Cidades patriarcais: favorecendo as desigualdades

O acesso das mulheres às cidades nunca se dá da mesma forma que os homens. Segundo Gonzaga (2004), há menos de 80 anos as mulheres passaram a poder andar sozinha nas ruas das cidades. Historicamente, o planejamento urbano das cidades foi pensado por homens e mesmo que as mulheres tenham cada vez mais acesso aos ambientes profissionais e sua presença nas cidades, nas ruas e espaços públicos nos dias de hoje seja inegável, essa constatação é distinta de realmente pensar a produção desse espaço tendo como preocupação política e analítica a estrutura e dinâmica das relações de gênero.

A elaboração dos Planos Diretores das cidades e as políticas urbanas foram pensadas seguindo lógicas econômicas elaboradas, em sua grande maioria, por homens, que valorizam as atividades de produção, trabalho e consumo. Arelado às influências do sistema patriarcal da sociedade que vivemos, esse modelo de desenvolvimento urbano das cidades promove desigualdades e injustiças, que incidem de forma mais intensa sobre as mulheres, atingindo principalmente as de baixa renda.

O patriarcado estabelece uma hierarquização entre homens e mulheres, criando papéis de gênero, definições socioculturais do que é apropriado para cada sexo, estabelecendo culturalmente responsabilidades, deveres e lugares para cada um, (MONTANER, MUXI, 2014, p 253).

De acordo com Heleieth Saffioti o patriarcado é uma “[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais” (SAFFIOTI, 1992: 1994). O uso do termo patriarcado, enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, nos permite tornar visível a dominação nas mais diversas esferas: familiar,

trabalhista, nas mídias ou na política. Desse modo compõe a dinâmica social como um todo, incluindo o subconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo, enquanto categorias sociais.

Este sistema de dominação se reflete nas cidades, mas é importante destacar que as cidades e seus espaços públicos como conhecemos, são reflexos do processo histórico que vivemos, herdeiros da Modernidade e, como ressalta Caldeira (2000, p.302-303), carrega os traços do “ideal moderno da vida pública urbana”: ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc. O que nos remete a um espaço “neutro”, quando ele não é, pois não se destina a todos como o nome sugere, ainda segundo Caldeira (2000), os espaços públicos que estão sendo criados nas grandes metrópoles contemporâneas negam esse ideal e, ao contrário, assumem a desigualdade e a separação como valores estruturantes.

Dessa forma, o fato de as mulheres estarem presentes nos espaços públicos não significa que esses espaços são de fato adequados às suas necessidades ou que discutam criticamente as relações de gênero ou contribuam para a produção de espaços mais inclusivos. É com este olhar crítico acerca das relações sociais com a produção dos espaços que faremos essa análise, considerando subsídios na obra de Henri Lefebvre, que superou a concepção tradicional do espaço como um receptáculo – o espaço é também nível de determinação, e confrontou sua suposta neutralidade com sua função instrumental, destacando as complexidades e as potencialidades do espaço (LEFEBVRE, 1992).

Entendendo por espaços públicos aqueles que são de uso público, ou de propriedade do poder público, que podem ser acessados e desfrutados sem custo por toda população, independentemente de renda, gênero, raça ou orientação sexual. Tais espaços consistem em áreas abertas como ruas, praças, jardins e parques, e em espaços abrigados, de livre acesso, criados para a fruição da população, como bibliotecas públicas e museus.⁷

⁷ Instituto Nazionale di Urbanistica [INU] (2013); UN-Habitat (2015). A elaboração da Carta de Espaços Públicos foi liderada pelo Instituto Nacional de Urbanismo da Itália, responsável pela organização da Bienal de Espaços Públicos. Consolidada na segunda edição da Bienal, em 2013, deu origem à publicação conjunta com a ONU Habitat “Ferramenta Global para Espaços Públicos: de princípios globais para políticas e práticas locais”, em 2015

Ao discutir o conceito de espaço público, faz-se necessário o entendimento de que é um termo complexo, multidimensional e, segundo Laval (2005), se estabelece em três dimensões correlacionados ao mundo do privado: público *versus* privacidade, intimidade; público *versus* propriedade ou de interesse particular; público *versus* não difundido, de conhecimento particular ou restrito.

O espaço público também pode ser definido como local de diferentes práticas sociais contemporâneas, onde grupos distintos buscam o reconhecimento cultural, político podendo ser comparado a uma arena de controvérsia política democrática.

Segundo Santos (1996), o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá. Apresenta ainda que “a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”. (SANTOS, 1996, p.51).

Santos define também três modos de agir no espaço geográfico: o Agir Técnico, o Agir Formal, e o Agir Simbólico. O primeiro refere-se a todo e qualquer fenômeno técnico, relacionado a materialidades, intencionalidades, circulação, trabalho e formas usadas, ou seja, técnicas e tecnologias existentes na totalidade; o Agir Formal, abrange as esferas jurídicas, leis e normas e da gestão do Espaço geográfico; enquanto o Agir Simbólico, define as ações políticas, emotivas (sensoriais), afetivas e culturais. Desta forma, estes três modos de agir compõem o Espaço Geográfico.

Segundo Lefebvre, o espaço está essencialmente vinculado com a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1976, p.34). O que nos faz refletir sobre essas relações através do enfoque gênero como forma de desvendar as pluralidades, heterogeneidades e singularizações nas classes sociais, contrapondo-se a saberes universais e finalistas. Identificar regularidades, hegemonias e chegar às leis universais, é um conhecimento que privilegia práticas, experiências, o saber cotidiano.

Inicia-se o debate sobre cotidianidade, mas segundo Castro (1992), com riscos de simplificação no uso do termo, uma vez que evitar tais riscos é também ponto de agenda que se orienta para o aprofundamento do conhecimento de gênero. Ao contrário do que pode sugerir o termo

cotidianidade, ou seu uso ao nível das aparências, não se confunde necessariamente o conhecimento sobre cotidianidade com o seu objeto e prática, a vida cotidiana.

Pensar a cidade e seus espaços, a partir da nossa cotidianidade, pode nos colocar como atores das possíveis transformações, ressaltando o cotidiano, observando suas práticas sujeitas à lógica de programação. O cotidiano, por ser programado, não deixa de apresentar mais diversidades e possibilidades do que se imagina, podendo ser um lugar central de alienação, mas que contém também condições de resistência. Como apresenta Lefebvre:

Se o espaço se torna lugar da re-produção (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutra. Essa contestação não pode desaparecer, pois é o rumor e a sombra prenhe de desejo e de expectativa que acompanham a ocupação do mundo pelo crescimento econômico, pelo mercado e pelo Estado. (LEFEBVRE, 1977, p.209)

Entretanto, Lefebvre(1977), enfatiza que mesmo situações cotidianas aparentemente insignificantes podem exercer, ainda que de forma limitada, influência sobre a predominante lógica de reprodução das relações sociais de produção. O processo de vida social, política e intelectual é fortemente moldado pelo modo como a produção da vida material se desenrola. Conforme a interpretação de Marx (2008), a sociedade se divide em Infraestrutura, que concentra as transformações materiais, as condições econômicas de produção e força de trabalho. Superestrutura, esfera jurídica, política, religiosa, filosófica, artística, formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência.

A essas duas estruturas sociais, Flávio Villaça (2001) adiciona o conceito da estrutura territorial, formada pelo centro principal das cidades, subcentros de comércio e serviço, conjunto de bairros residenciais e as áreas industriais. As três estruturas se articulam e se relacionam.

Ao relacionar os movimentos entre a estrutura territorial e a superestrutura, Villaça questiona o papel que as classes sociais desempenham na estruturação do território urbano e, no sentido contrário, a influência da segregação espacial na dominação sociopolítica e como acontece a dominação política pelo espaço urbano. (Villaça, 2001 p.12).

Esses questionamentos podem ser relacionados às disputas de gênero dentro das mesmas relações, refletindo qual o papel do patriarcado na estruturação do território. E qual papel o espaço urbano desempenha na dominação da mulher? Como a divisão sexual do trabalho se reflete na relação da mulher com o espaço urbano?

Como resultado dessa separação de papéis, a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade por tarefas de reprodução, como manutenção do lar e cuidado dos filhos e família. O que a coloca em situação de vulnerabilidade às inadequações da infraestrutura urbana como falta de água, energia, saneamento. E pela ausência ou precariedade dos equipamentos públicos como escolas, creches, postos de saúde, restaurantes populares, pavimentação e adequação de passeios, iluminação pública, áreas de lazer.

A divisão sexual do trabalho imposta pela ideologia patriarcal traz consequências na relação da mulher com o espaço público das cidades, uma vez que ao limitar as possibilidades de seu deslocamento, passa a definir os seus trajetos, sua escolha a moradia, no caso de mulheres de classe média, que definem seu local em função da proximidade de supermercados, escolas, creches e outros equipamentos. Essa lógica demonstra que o uso e ocupação dos espaços pelas mulheres ocorre pela necessidade de cumprir suas obrigações cotidianas, sem se apropriarem dos espaços urbanos.

Ao considerar a apropriação cotidiana dos espaços públicos como uma primeira etapa para a geração de processos de transformação e mudança social na escala da cidade, não excluimos a necessidade de outras frentes de ação para a criação da consciência cidadã, sendo de extrema importância reconhecer o papel que o espaço pode desempenhar no processo de mudança. Tronase necessário buscar uma libertação da lógica do cotidiano preconceituoso vivido.

Segundo Benjamin (1982), a separação da casa como espaço feminino e a rua como espaço masculino, começa no século XIX. Com a saída do homem para o trabalho fora de casa, nas oficinas, fábricas e escritórios, fica relegado a mulher os cuidados do núcleo familiar. A historiadora de arquitetura holandesa Hilde Heynen fala sobre essa domesticidade também como uma construção do século XIX e seus termos que definem o surgimento de toda uma ideologia de gênero entre chefes de família e as cuidadoras da comunidade. Essa ideologia articulada em termos de gênero, espaço, trabalho e poder, prescreve normas bastante precisas sobre os requisitos essenciais da vida familiar. A mulher tem que saber as necessidades das crianças, as formas adequadas de organizar os alimentos, os cuidados com os panos, os móveis, com a saúde, corpo, as melhores maneiras de equilibrar trabalho, lazer e as atividades familiares. A domesticidade passa a ser, portanto, discutida em termos de arranjo legal, de configuração

espacial, padrões comportamentais, efeitos sociais e relações de poder. Este discurso construído passa a ser amplamente divulgado.

A maioria dos espaços públicos, sejam simbólicos ou materiais são vistos como espaços “masculinos”, onde algumas mulheres têm a sensação de estarem sofrendo uma colonização espacial por parte dos homens, sendo conscientes de sua invisibilidade, de sua exclusão no âmbito público em sua utilização e ocupação, o que se torna mais evidente em alguns horários do dia, quando a presença da mulher nos espaços é menor. Podemos verificar estas restrições na utilização dos espaços nas visitas feitas às áreas da pesquisa, onde temos a presença maior de mulheres em horários específicos relacionados às atividades de cuidado em detrimento a outros horários do dia, onde a presença masculina predomina.

De acordo com Calió (1992), a sociedade deve se preocupar em incorporar perspectivas não-sexistas e não-patriarcais, estimulando a igualdade e a diversidade, tanto para o homem como para a mulher, e que procure integrar campos de conhecimento que no dia a dia da vida não se separam.

Segundo Araújo (2000, apud Burgos, 2021, p.19), a relevância dos estudos e das lutas nesse campo, dentre outros aspectos consiste na articulação de diferentes dimensões da vida social para compreender como a subordinação da mulher e a dominação masculina foi historicamente construída, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das confirmações biológicas.

A historiadora Maria Odila Dias, em seu texto *Mulheres sem História*, coloca como exemplo dos efeitos da subordinação da mulher e dominação masculina, a invisibilidade da mulher na história da urbanização das cidades e as relações de poder na estruturação da sociedade, apresentando o crescimento incipiente da cidade de São Paulo ao final do século XVIII, em que a população até às vésperas da Abolição, era formada prioritariamente por mulheres e, no entanto, poucas aparecem na história da cidade. Diante da consolidação da economia da exportação, a urbanização se tornara um processo secundário, tendo como resposta a pobreza e o crescimento desordenado da cidade. Nesse cenário, as mulheres de média e alta classe, não circulavam. E quem circulava pelas ruas da cidade? Mulheres pobres, livres, vendedoras de doces, lavadeiras, forras, escravas, artistas e meretrizes.

Segundo Dias (1983, p.32), essas mulheres circulavam pelas fontes públicas, tanques, lavadouros, pontes, ruas e praças da cidade, onde era jogado o lixo das casas e o mato crescia a ponto de ocultar escravos fugidos. “[...] o seu espaço social era justamente o ponto de interseção onde se alternavam e se sobrepunham a área de convívio das vizinhanças e dos forasteiros; a do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino; as fibrilas da escravidão e do trabalho livre, o espaço do trabalho doméstico e de sua extensão ou comercialização pelas ruas. Sob o pano de fundo destas formas sociais transitórias é que se articulam papéis femininos propriamente históricos, de improvisação, mudança e vir a ser, dificilmente adaptáveis aos padrões hegemônicos de comportamento das mulheres das classes dominantes, e que pouco tem a ver com a identidade abstrata do conceito de “condição feminina”, como se pudesse existir, universal e fixa [...]”.

Dias, apresenta ainda a realidade de uma mão de obra feminina disponível, mas que não era aceita, uma vez que nas lojas não se admitiam mulheres como balconistas e apenas exceções tinham o seu comércio estabelecido, armazém ou loja de molhados. As fábricas de tecido mal aproveitavam essa mão de obra com serviços pagos através de diárias e que as mulheres muitas vezes realizam em casa como costureiras. E retrata a constatação de Velloso em 1822 a cidade está sobrecarregada de mulheres pobres⁸.

A partir do período da Independência, ainda de acordo com Dias as fontes oficiais foram tomando consciência de forma desajeitada e preconceituosa da grande presença de mulheres na cidade, onde quase quarenta por cento dos habitantes eram mulheres sós, chefes de família, muitas eram concubinas e mães solteiras. E onde estão essas mulheres nos registros históricos da formação da cidade de São Paulo? Este fenômeno não foi exclusividade de São Paulo, estudos apontam que em Salvador, Rio de Janeiro e no processo de urbanização da Europa também tenham apresentado características semelhantes, inclusive do grande número de famílias chefiadas por mulheres sós. Este processo de multiplicação da pobreza, uma vez que estas mulheres estavam subordinadas a trabalhos precários, acompanhava o crescimento da população.

⁸ Velloso, Antônio Rodrigues de Oliveira. — Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo. Rio, Typ. Nacional, 1822, p. 113.

Essa descrição não se distancia da realidade de hoje na grande maioria das cidades, demonstrando as desigualdades como elemento estruturante da formação dos espaços, como defende BURGOS (2021. p.34), falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes.

2.3. Por um urbanismo feminista

A desigualdade de gênero em nosso país é uma realidade incontestada e pode ser observada e vivenciada em vários aspectos. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2015), Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça 1991-2015, as mulheres seguem ainda com dificuldades de entrada no mercado de trabalho, ocasionado muitas vezes por exercerem atividades de cuidado. Enquanto as mulheres que têm acesso ao mercado de trabalho, seguem em dupla jornada respondendo também por essas atividades.

De acordo com o IBGE⁹, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiência. E que, em sua maioria, exercem trabalho informal. Constituem a maioria das usuárias do transporte público e têm o uso dos espaços públicos impactados pelo risco de violência e assédio. Realidade que não difere da situação encontrada nos espaços pesquisados, uma vez que temos maioria de mulheres exercendo trabalho informal nesses espaços, utilizando o transporte público e realizando atividades de cuidado.

Relatório sobre gênero e deslocamentos na América Latina, demonstrou que as distâncias dos deslocamentos a pé das mulheres são entre 11% e 16% mais longas que as dos homens¹⁰e essa escolha não é voluntária, mas uma consequência das desigualdades de gênero e do planejamento dos transportes públicos que têm como objetivo facilitar prioritariamente a produção econômica, em detrimento ao que se chama de mobilidade de cuidado, que são viagens

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados da Agência IBGE Notícias. Acesso: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

¹⁰ CASAS, Marina; ESPINOSA, Cindy; LARA, Carlos. Gender determinants in urban mobility policies in Latin America.

feitas para realizar as tarefas domésticas e de cuidado com outras pessoas, executadas prioritariamente pelas mulheres.

Figura 3- Quadro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua anual

Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo				
Brasil				
Sexo	Ano			
	2016	2017	2018	2019
Total	16,7	16,5	16,8	16,8
Homens	11,0	10,8	10,9	11,0
Mulheres	20,9	20,9	21,3	21,4
Mulheres - Homens	9,9	10,1	10,4	10,4

Fonte: IBGE

As mulheres acabam adotando estratégias para uso de determinados espaços ou deixam de ocupá-los por medo. Criando rotas para chegada e partida de forma diferenciada, tendo cuidado com escolha do vestuário, como forma de se prevenir de assédios, e formação de grupos, para andar com mais segurança em algumas áreas.

Proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes significa levar em conta este cenário e buscar inovações que eliminem barreiras físicas e simbólicas. Isso significa incorporar a inclusão da perspectiva de gênero nas discussões sobre as cidades. (INSTITUTO SEMEIA; ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS, 2020 p. 14)

Intervenções na cidade que integrem a perspectiva de gênero visam reorganizar o espaço e melhorar seu uso. A inclusão da perspectiva de gênero nas agendas urbanas tem se tornado consenso internacionalmente ao longo dos anos. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável¹¹, por exemplo, apresenta dois de seus dezessete objetivos direcionados a essa problemática: objetivo 5 – igualdade de gênero, e objetivo 11 – cidades e comunidades sustentáveis (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, [2021]).

O esforço para alcançar o objetivo 5 é transversal a toda a Agenda 2030 e reflete a importância deste, no desenvolvimento sustentável do planeta, visando intensificar as realizações não apenas nas áreas de saúde, educação, trabalho, mas prioritariamente no combate às violências e discriminações baseadas no gênero. Promovendo assim, o empoderamento das mulheres para que possam atuar na promoção do desenvolvimento sustentável, participando ativamente na política, na economia e em qualquer área de tomada de decisão.

Essas agendas apontam problemas que devem ser superados para que as cidades sejam de fato sustentáveis e garantam o direito à cidade para todas as pessoas. Dentre esses problemas, estão a ineficiência da mobilidade urbana e a violência de gênero nos espaços públicos. Temas como: segurança pessoal, cuidados com as crianças, cuidados com os idosos, acessibilidade e mobilidade configuram a rotina dessas mulheres nas cidades e devem ser refletidos na construção dos espaços de forma a proporcionar equidade aos habitantes.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto YouGov¹², divulgada em 2014 pela Actionaid¹³, no Brasil, Índia, Tailândia e Reino Unido, o assédio em espaços públicos é um problema global. A pesquisa contou com a participação de 2.500 mulheres acima de 16 anos nas principais cidades destes países. O Brasil e a Tailândia lideram entre os países onde as mulheres mais relataram assédio em suas cidades. (BRASIL, 2016).

Os dados apresentados pela Actionaid, demonstram que 98% das mulheres ouvidas, acreditam que iluminação dá mais segurança nas ruas, 79% acreditam que a má qualidade dos serviços públicos dificulta suas vidas, limitando acesso de 33% delas ao trabalho e 22% à

¹¹ Plano de Ação pactuado pelo Brasil e mais 192 países que integram as Nações Unidas (ONU) com o objetivo de libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o planeta através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas.

¹² YouGov é uma empresa líder internacional de pesquisa de mercado baseada na internet, sediada no Reino Unido, com operações na Europa, América do Norte, Oriente Médio e Ásia-Pacífico.

¹³ Actionaid é uma organização não governamental internacional, cujo objetivo principal é trabalhar contra a pobreza em todo o mundo.

educação. E para 53% das mulheres entrevistadas, o problema aumenta casos de assédio, assalto e estupro.

Demonstrando assim, como os espaços públicos não são sensíveis às necessidades de gênero, mas também, como contribuem com a manutenção de um ciclo de opressão que dificulta à mulher a ocupar de fato seu papel na sociedade de forma igualitária.

Outro ponto importante diz respeito à mobilidade, aqui apresentada como categoria de pesquisa, uma vez que a mobilidade é ponto importante na lógica patriarcal que vivemos de apropriação da cidade. Os sistemas de mobilidade ainda são pensados em função daqueles que desempenham tarefas produtivas, em detrimento aos que realizam trabalhos reprodutivos não remunerados, trabalho que recai majoritariamente sobre as mulheres, prejudicando dessa forma, o acesso dessas mulheres aos espaços e a cidade.

Ressalta-se que as mulheres correspondem ao maior número de usuárias do transporte público e transporte ativo¹⁴. Segundo pesquisas sobre mobilidade urbana que introduzem o recorte de gênero, as mulheres são em menor quantidade proprietárias de veículos privados. Além disso, por conciliarem com mais frequência às atividades profissionais, de reprodução e cuidado, as mulheres realizam deslocamentos com inúmeras paradas e suas rotas, muitas vezes, incluem trajetos a pé.

Em relatório sobre gênero e deslocamentos na América Latina, demonstrou-se que as distâncias dos deslocamentos a pé das mulheres são entre 11% e 16% mais longas que as dos homens¹⁵. A escolha pelo meio de transporte a pé não é necessariamente voluntária, mas uma consequência das desigualdades de gênero e do planejamento dos transportes públicos que têm como objetivo facilitar prioritariamente a produção econômica em detrimento ao que se chama de mobilidade de cuidado, que são viagens feitas para realizar as tarefas domésticas e de cuidado com outras pessoas, executadas prioritariamente pelas mulheres.

¹⁴ Ver dados Pesquisa Origem e Destino realizada pelo Metrô de São Paulo a cada 10 anos. Em 2007, as principais viagens das mulheres eram realizadas por transporte público (39%) ou a pé e de bicicleta (38%), enquanto a maioria dos homens se deslocava por veículos individuais motorizados (35%). <https://summitmobilidade.estadao.com.br/guia-do-transporte-urbano/mulheres-sao-a-maioria-no-transporte-ativo-e-coletivo/>. Acesso em: 12/08/23

¹⁵ CASAS, Marina; ESPINOSA, Cindy; LARA, Carlos. Gender determinants in urban mobility policies in Latin America.

De acordo com Madriaga (2016, p.10.), essa categorização de viagem não é levada em consideração nas pesquisas de deslocamento nas cidades, seja nas perguntas ou análises das viagens, fazendo com que sejam menos visíveis e simbolicamente menos importantes.

Ainda segundo Madriaga, o trabalho de cuidado não tem sido integrado ao desenho do transporte. Um conceito inovador desenvolvido por ela de *mobilidade do cuidado*, visa incorporar esta categoria nas pesquisas de mobilidade, identificando de forma efetiva o número de viagens entre homens e mulheres com este fim, permitindo um maior entendimento dos padrões para que o transporte público responda da melhor maneira às necessidades de gênero.

Insegurança, medo e assédio ainda são palavras associadas aos deslocamentos femininos, segundo pesquisa dos Institutos Patrícia Galvão¹⁶ e Locomotiva (2019), realizada em 2019, com 1.081 brasileiras que utilizam transporte público e por aplicativo. Desse total, 97% dizem já ter sido vítimas de assédio em meios de transporte. A pesquisa também aponta que o tempo gasto no deslocamento entre sua casa e o trabalho ou instituição de ensino é fator decisivo em suas vidas: 72% delas, alegam que esse fator determina se irão aceitar um emprego ou permanecer nele. E quase metade das entrevistadas, 46%, afirma não se sentirem seguras para usar os meios de transporte.

O medo também é presente na rotina das mulheres que optam por se deslocarem de bicicleta. É muito comum que ciclistas mudem seus trajetos, percorrendo caminhos mais longos para não passar em locais desertos ou que as faça se sentirem inseguras. Apesar do percentual ainda pequeno de usuárias, a bicicleta é um modal com muito potencial. O percentual de mulheres ciclistas aumenta de acordo com a estrutura e circulação de pessoas no local, o que serve como um indicador de segurança do espaço.

O planejamento urbano tem gradualmente integrado as vivências das crianças e das pessoas com mobilidade reduzida. No entanto, a perspectiva de gênero, além de incorporar todas as outras vivências, reconhece que as mulheres têm padrões de mobilidade distintos. Essa compreensão se estende à concepção dos espaços públicos, que deve contemplar as múltiplas necessidades dos habitantes. Abordar as questões de gênero no planejamento urbano não significa criar espaços

¹⁶ O Instituto Patrícia Galvão, fundado em 2001, é uma organização social sem fins lucrativos, que atua de forma estratégica na articulação entre as demandas pelos direitos das mulheres e a visibilidade e o debate público sobre essas questões na mídia.

segregados que excluam as demandas dos demais cidadãos. Pelo contrário, implica garantir uma abordagem inclusiva que leve em consideração o ponto de vista, as opiniões e as contribuições das mulheres para a construção da cidade contemporânea.

No planejamento urbano, Hayden (1984), foi responsável pela primeira sistematização sobre as diversas contribuições teóricas feministas na questão urbana. Seu artigo *What would a non-sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work* (Hayden, 1981), apresenta a disparidade entre o processo de suburbanização das cidades dos Estados Unidos no pós-guerra e a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho a partir de 1970. Ela tece uma crítica ao processo de produção capitalista dos espaços, a partir de um padrão industrial de subúrbios residenciais, analisando como estes espaços foram produzidos a partir de uma concepção hegemônica da família, seu consumo e os papéis sociais femininos.

Segundo Hayden, a casa suburbana das famílias brancas norte-americanas, era uma “caixa vazia a ser preenchida por mercadorias” (HAYDEN, 1981). Logo os produtos que deveriam preencher a habitação deveriam ser consumidos pelas mulheres, considerando o zelo doméstico como sua missão histórica, enquanto os homens recebem salários como funcionários na indústria, garantindo assim a renda familiar e o padrão de consumo. Porém esta representação fosse reforçada incessantemente pelas políticas governamentais e pela indústria, a realidade era outra. As novas demandas de consumo determinavam às mulheres a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, forçando as mesmas a se deslocarem a longas distâncias aos locais de trabalho. Dessa forma, restava a conciliação entre trabalho e família através da compra de serviços de manutenção e cuidados. Assim a mercantilização da educação das crianças, dos cuidados com os idosos, do tratamento de doentes e manutenção do ambiente doméstico era feita através da exploração de outras mulheres, ainda mais oprimidas e vulneráveis do que as trabalhadoras suburbanas.

Hayden apresenta, a partir desta observação sobre o subúrbio residencial, um modelo urbano paradoxal, que moldava a condição feminina: a imposição do papel doméstico às mulheres, que não poderia ser superada a não ser no caso de a posição social da mulher ser transformada, porém, esta posição social não mudaria caso as responsabilidades domésticas permanecessem sendo a base de sustentação do modelo hegemônico de família.

A autora propõe uma saída para este modelo urbano paradoxal através de um projeto de cidade não sexista. Este projeto contaria com a participação de arquitetos e urbanistas na orientação do trabalho através de um processo participativo das mulheres não inseridas no padrão industrial de família, criando planos e projetos de reforma por quarteirões. Com objetivo de congregiar as atividades da vida social, habitação e trabalho aos serviços essenciais como: mercado, creches, escolas, restaurantes comunitários, transporte e áreas verdes. Sua proposta é que núcleos fossem formados nestes espaços e que os serviços fossem fonte de emprego para os próprios moradores da área, através de cooperativas, solucionando assim, dois problemas, a separação entre moradia e trabalho para as mulheres e a ausência de serviços e comércios nas zonas habitacionais. É o desenho urbano e o planejamento do espaço buscando resolver dilemas dos papéis sociais paradoxais desempenhados pelas mulheres.

Uma voz contemporânea relevante no campo do urbanismo é Zaida Muxí, que advoga pela incorporação da perspectiva feminista na prática do urbanismo. Ela argumenta que a ênfase deve ser colocada na escala da proximidade e na realidade cotidiana como o alicerce político para a concepção de projetos urbanos. Isso só pode ser alcançado por meio da sinergia entre o trabalho arquitetônico e a participação ativa da comunidade interessada no espaço projetado, bem como de suas experiências de vida.

Com estas preocupações, Muxí retoma a função ética do urbanismo, de projetar cidades inclusivas, receptivas às diversidades sociais, considerando o “direito à cidade” como um direito humano, não de um sujeito universal homogeneizador das necessidades”, e sim, das pessoas reais, especialmente das mulheres. Pois assim como as pessoas que vivem nas cidades estão em constante transformação, as políticas e construções dos espaços precisam acompanhar essas transformações.

Segundo Muxi (2018), o urbanismo com perspectiva de gênero aborda: mobilidade segura e acessível para as mulheres, incluindo a criação de ruas bem iluminadas, calçadas largas, transporte público confiável e áreas de lazer seguras; espaços públicos inclusivos que sejam acolhedores para todas as pessoas, levando em consideração atividades como cuidados com crianças, encontros sociais e exercícios físicos; habitação acessível através de políticas habitacionais que levem em consideração as necessidades das mulheres, incluindo a acessibilidade econômica e a segurança em bairros residenciais. A autora também destaca a

importância da participação ativa das mulheres no processo de planejamento urbano, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas perspectivas sejam consideradas na tomada de decisões. Além da prevenção da violência de gênero através de projetos de espaços urbanos que propiciem ambientes em que as mulheres se sintam seguras e protegidas. É a equidade no uso dos espaços públicos, evitando que estereótipos de gênero limitem a liberdade de movimento e o acesso das mulheres a diferentes partes da cidade.

Assim, o urbanismo com perspectiva de gênero ou urbanismo feminista, visa criar cidades mais inclusivas, seguras e equitativas para todas as pessoas, reconhecendo que as experiências das mulheres na cidade são únicas e devem ser valorizadas no processo de planejamento urbano.

Entendendo a importância da construção de cidades mais justas e acessíveis, analisaremos as intervenções realizadas nos espaços públicos no âmbito do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís pela perspectiva de gênero.

3. O PROGRAMA MUNICIPAL DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PROCIDADES/BID: UM CENTRO PARA TODOS?

3.1. Breve histórico

A prefeitura de São Luís iniciou os primeiros estudos de viabilidade para intervenções no centro histórico nos anos 2000 através de uma parceria com o Governo Federal coordenada pela Caixa Econômica Federal, que à época buscava desenvolver um produto a ser ofertado para a reabilitação das áreas centrais e sítios históricos do país.

Contou, então com o apoio técnico da consultoria Pact-arim¹⁷, composta por arquitetos franceses, que utilizaram uma metodologia para desenhar um programa de revitalização para o centro histórico de São Luís, o ateliê SIRCHAL¹⁸, com o objetivo de fomento habitacional como

¹⁷ Pact Arim é uma instituição francesa, sem fins lucrativos, que atua em áreas históricas, viabilizando a reabilitação de imóveis habitacionais privados, abordando aspectos sociais, econômicos, técnicos etc. Página Internet: www.pact-arim.org

¹⁸ SIRCHAL é um programa de cooperação técnica do governo francês, que trata da revitalização de centros históricos da América Latina e do Caribe, através de uma rede que realiza encontros técnicos, sob a forma de ateliês e seminários internacionais. Página Internet: www.archi.fr/SIRCHAL

ferramenta para estagnar o processo de abandono dos imóveis da região e de empobrecimento da área.

Uma Carta Consulta foi preparada com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pleiteando recursos de empréstimo. A proposta previa várias intervenções na área central que foram elencadas através de um processo participativo da comunidade através da União de Moradores do Centro Histórico. Ao longo dos anos, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração voltado para centros históricos, o PAC- Cidades Históricas, onde São Luís apresentou parte das propostas de intervenções previstas no Programa de Revitalização do Centro Histórico via Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desta forma, parte das intervenções foram executadas através do PAC - Cidades Históricas. E, quando enfim, o município conseguiu efetuar a assinatura do contrato de empréstimo, muitas alterações precisaram ser feitas no escopo do Programa.

Figura 4 - Timeline: Processo de preparação do Programa até sua assinatura.



Fonte: Autora (2023)

Dando início em 2016, o Programa de Revitalização é o primeiro programa municipal voltado para a área central que até então só havia recebido grandes programas estaduais e federais.

O termo revitalização utilizado no título do programa, segundo a Carta de Lisboa, engloba:

[...] operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas. (Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada - 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa, 1995)

As intervenções realizadas pelo programa recebem a denominação de requalificação, quando feitas em espaços públicos. Segundo a Carta de Lisboa, o conceito de requalificação urbana aplica-se a:

[...] sobretudo a locais funcionais da “habitação”; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma actividade adaptada a esse local e no contexto actual. (Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada - 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa, 1995).

Entendendo que os objetivos do programa visam a Reabilitação Urbana do território, conforme conceito da Carta de Lisboa:

É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito. (Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada - 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa, 1995).

Trata-se de um programa mais modesto em relação a valores, comparados aos grandes investimentos já realizados na área, e com um prazo curto de execução. Porém, foi realizado em um período peculiar no cotidiano do centro, uma vez que este território estava concluindo ações oriundas do PAC - Cidades Históricas, e ao longo do processo foi surpreendido pela Pandemia da COVID-19 e com o lançamento do Programa Nosso Centro, promovido pelo Governo do Estado em 2019.

É neste contexto específico que as ações do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís foram realizadas, seguindo premissas de desenvolvimento sustentável e as salvaguardas socioambientais estabelecidas pelo BID. Esta pesquisa visa realizar análise dos resultados das intervenções nos espaços públicos, considerando os processos participativos com a comunidade exigidos por organismos multilaterais e como esses processos de fato influenciam e dividem o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento e sobre as decisões e recursos que os afetam. Partindo, assim, da perspectiva de gênero como um dos objetivos para o desenvolvimento de cidades sustentáveis a serem atingidos pelos investimentos realizados pelo BID.

O BID desenvolveu Políticas Operacionais Gerais e Setoriais que incluem salvaguardas ambientais e sociais aplicáveis a todos os projetos do Banco, com o objetivo de fortalecer seu compromisso com a sustentabilidade ambiental da área de intervenção. Essas normas são de observância obrigatória pela equipe do Banco e guia a identificação de impactos ambientais e sociais potenciais causados por intervenções feitas pelo BID.

Estas Políticas estabelecem os padrões de informação e consulta à população do território que as operações financiadas pelo BID devem cumprir. As principais Políticas Operacionais pertinentes vigentes são:

- 102 Acesso à informação
- 703 Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas e Diretrizes
- 704 Gestão de Riscos de Desastres e Diretrizes
- 708 Serviços Públicos Residenciais
- 710 Reassentamento Involuntário
- 761 Igualdade de Gêneros
- 765 Povos Indígenas e Diretrizes

As diretrizes da política estão estruturadas em duas categorias principais: incorporação das questões sociais e salvaguardas ambientais, em que estabelece procedimentos, e normas para assegurar a qualidade e sustentabilidade socioambiental, das operações nos setores público e privado. O Banco procura evitar os impactos negativos sobre o meio ambiente; quando o impacto é inevitável, as operações financiadas pelo Banco requerem medidas de mitigação; no caso de impactos que não podem ser totalmente mitigados, deve-se implementar mecanismos de compensação. Portanto, somente serão financiadas operações e atividades que cumpram as diretrizes desta política.

Todas as operações financiadas pelo Banco serão analisadas e classificadas segundo seus possíveis impactos socioambientais. De acordo com a classificação estipulada por ele, o Programa Municipal de Revitalização do centro Histórico de São Luís foi enquadrado na Categoria B:

As operações que possam causar impactos ambientais negativos e impactos sociais conexos principalmente locais e de curto prazo para os quais já existem medidas efetivas de mitigação serão classificadas na Categoria "B". Essas operações normalmente exigirão uma avaliação ambiental e/ou social concentrada nas questões

específicas identificadas no processo de análise, e um plano de gestão ambiental e social (PGAS).

O programa de São Luís não contou com a elaboração de Plano de Gestão Socioambiental, mas foi necessário a elaboração de algumas ferramentas de acompanhamento e mitigação: Plano de Comunicação Social¹⁹ para todas as ações, onde estavam previstos a matriz de comunicação, o instrumental de registro das ações, estratégias de comunicação a serem utilizadas pelas empresas executoras das obras e ações e o Sistema de Registro de Queixas e Reclamações para o Programa. Além deste instrumento, foi elaborado um Projeto de Trabalho Técnico Social para cada intervenção que seria executada pelas empresas durante o período das obras, que previu a execução de oficinas durante o período das obras, incluindo ações de capacitação para os trabalhadores de rua cadastrados e ações de lazer voltadas para a comunidade dos entornos, além de ferramentas de registro de queixas e reclamações.

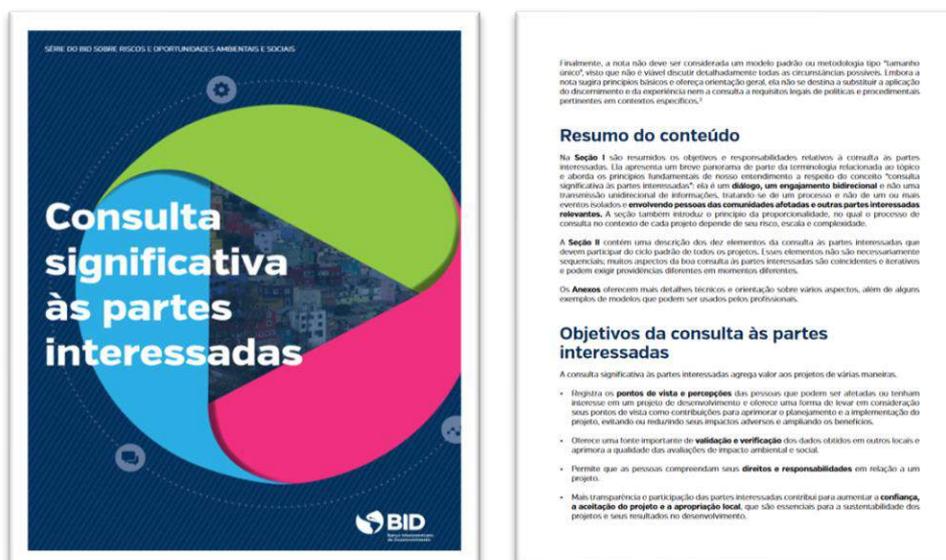
A participação comunitária nesses projetos urbanos executados por organismos internacionais nos faz refletir como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), percebe esse processo de engajamento participativo. Sua definição para participação popular diz que se trata de “[...] um processo através do qual as partes interessadas influenciam e dividem o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento e sobre as decisões e recursos que os afetam” (SOARES, 1998, p.22-23). De acordo com a instituição, os métodos participativos podem ser utilizados em todos os tipos de projetos e em todas as fases de sua implementação.

A participação popular é uma exigência de suas políticas de salvaguardas socioambientais desenvolvida por sua Unidade de Salvaguardas Sociais e Ambientais (ESG, sua sigla em inglês). O BID define as regras de participação popular através de uma metodologia de Consulta Significativa das Partes Interessadas. Como partes interessadas, o banco entende que:

[...] abrange não apenas às populações diretamente atingidas, como conjunto de atores sociais que direta ou indiretamente tenham relação com o projeto ou com as políticas propostas, incluindo governo e agências implementadoras, organizações da sociedade civil, acadêmicos, populações locais e os próprios bancos. (SOARES, 1988, p.22-23)

¹⁹ Ver anexo 01- Plano de Comunicação

Figura 5 - Guia de Consulta significativa às partes interessadas



Fonte: BID (2017)

Porém esta participação que os agentes multilaterais concedem à comunidade e sociedade civil em geral, não ameaça sua soberania ou dos agentes executores, mutuários do poder público, pois esta não tem o poder de alterar as suas políticas. O poder de decisão permanece nas mãos dos mutuários, no caso, da prefeitura de São Luís, que em suas atuações rotineiras de intervenções urbanísticas, não tem o hábito de realizar nenhum trabalho de escuta ativa sistemática com as comunidades afetadas, que proporcione a geração de dados e diagnósticos que possam subsidiar as decisões ou elaboração de programas de necessidades para futuras intervenções.

O processo participativo é uma oportunidade para a gestão pública ouvir a comunidade e transformar suas demandas em ações a serem executadas pelo programa, mas acaba sendo realizado apenas com o intuito de cumprir os itens de relatório exigidos pelo BID, onde o registro oficial da comunidade discordando da intervenção proposta pode ocasionar paralização dos trabalhos e, em situações críticas, quebra de contrato.

A participação eficaz dessas comunidades não deve ser imposta de maneira uniforme, mas sim adaptada às suas necessidades e realidades específicas. Conhecer o território de abrangência dos programas propostos através de diagnósticos que contemplem a comunidade local com toda

a sua diversidade e especificidade, garantindo o direito a participação de todas e todos nas discussões e aprovações das propostas, é uma forma de aproximar a comunidade da co-criação de programas e ações que possam atender de fato suas demandas.

Entender o território e a população que reside e transita pela área, é um dos pontos primordiais para iniciar o processo participativo e estabelecer ferramentas eficazes de mobilização e comunicação para garantir ampla participação de todos e todas as partes interessadas e afetadas pelas ações propostas.

3.2. São Luís, o Centro e suas características

São Luís é a capital do estado do Maranhão. Fundada por franceses em 8 de setembro de 1612, recebeu esse nome em homenagem ao rei da França Luís XII. Conhecida por ser a única cidade brasileira fundada por franceses, invadida por holandeses e colonizada por portugueses, São Luís está localizada no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar.

Figura 6 - Mapa de localização do Centro de São Luís

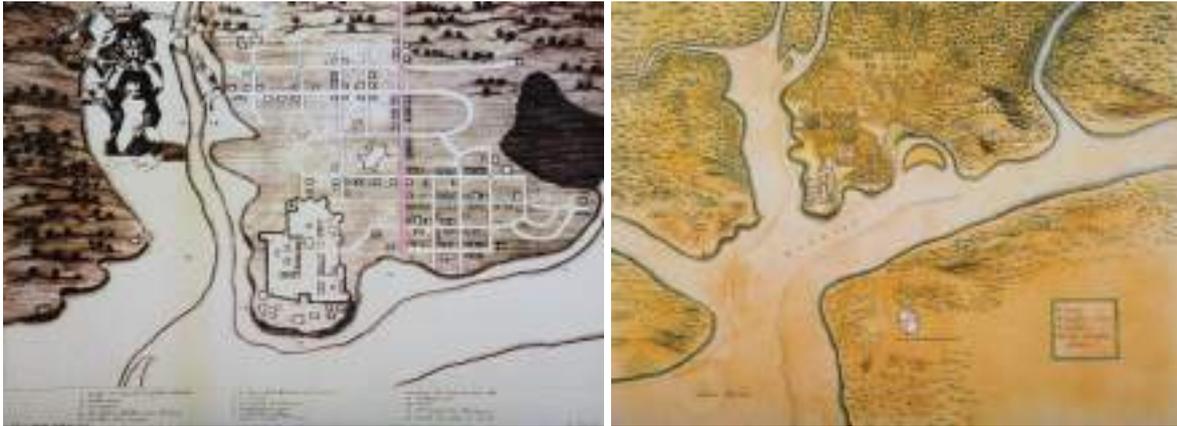


Fonte: Autora (2023)

O Centro de São Luís é reconhecido mundialmente pelo seu adjetivo “histórico” e oficialmente reconhecido pelo patrimônio estadual, federal e municipal. Em 1974, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, efetuou o tombamento do sítio formado por 1.342 imóveis contendo edificações com autêntica arquitetura e urbanismo luso-brasileiros. Destacando-se os registros materiais que remetem ao núcleo fundacional da cidadela fortificada e ao traçado original do engenheiro-mor do reino, Francisco Frias de Mesquita, no início do século XVII.

Frias de Mesquita adotou na traça de São Luís as Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias, de 1573, incluídas nas Ordenações (Instruções) Filipinas, que no campo urbanístico refletiram as expectativas renascentistas de beleza, simetria, e ordenação racional dos espaços públicos, surgidas com a descoberta do desenho em perspectiva. A União Ibérica (entre 1580 e 1640), quando a Coroa Portuguesa esteve sob domínio espanhol, determinou este desenho próprio e particular ao desenvolvimento do núcleo urbano. (São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara - Guia de Arquitetura e Paisagem, 2008, p. 14)

Figura 7- Cartografias de São Luís

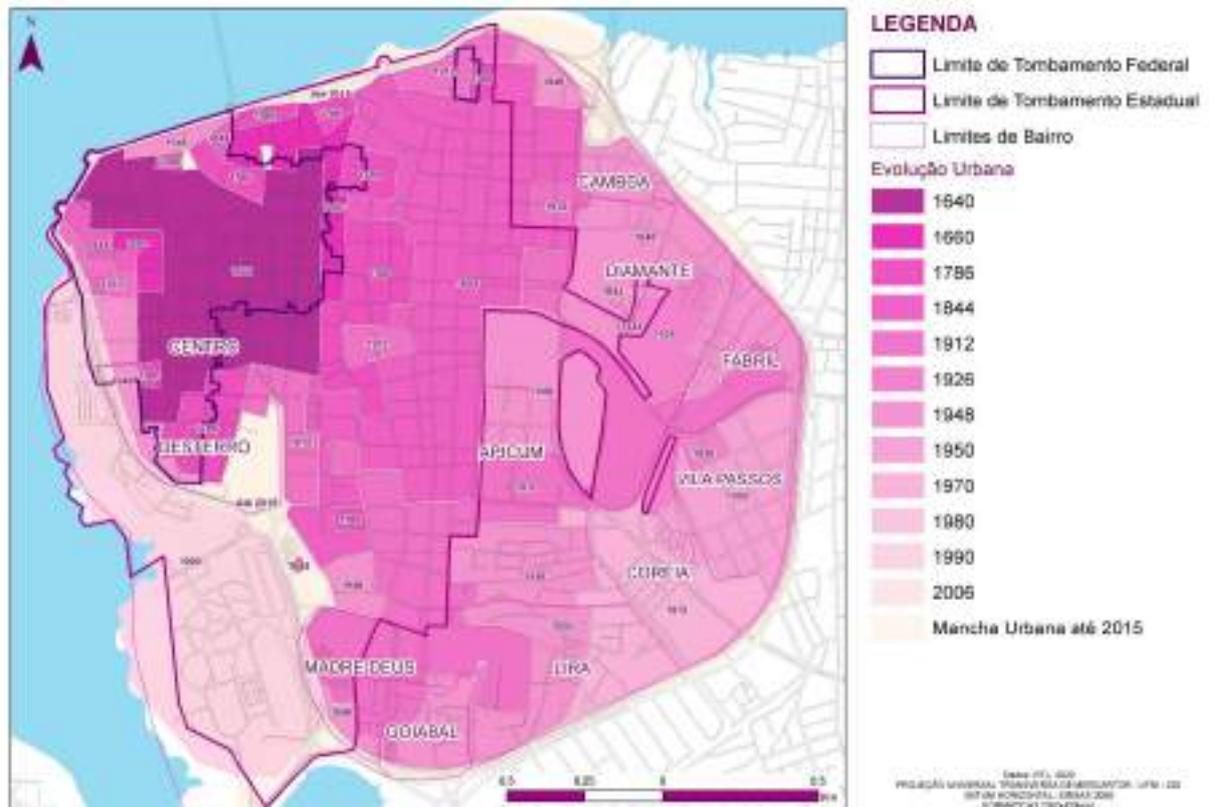


Fonte: Livro de Gaspar Barleus_Biblioteca Nacional RJ

Apenas após a consolidação da forma urbanística orientada por Frias de Mesquita, juntamente com modelo das edificações a serem construídas pelos novos moradores, foi que a Coroa Portuguesa passou a incluir o Estado do Maranhão e a elevar São Luís à categoria de vila.

Com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, foi dada a permissão para a instalação das primeiras indústrias têxteis no país, o que propiciou a São Luís que desenvolvesse curtumes, indústria e o soque do arroz. A Companhia Geral do Comércio encaminhava para São Luís e Alcântara a riqueza produzida pela agroexportação de arroz e algodão e pela comercialização de couros, impulsionando assim, o processo de urbanização da cidade.

Figura 8 - Mapa evolução urbana de São Luís.

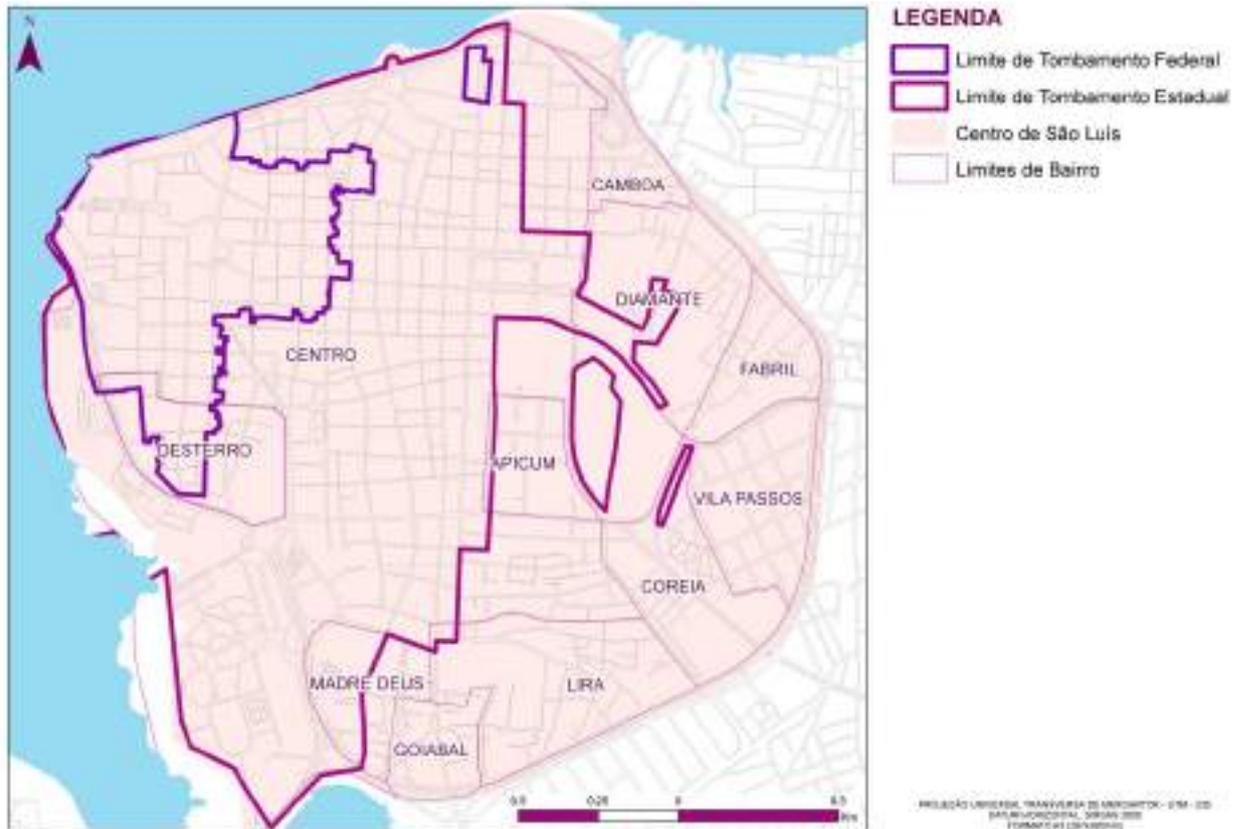


Fonte: Semispe (2021). Adaptação Autora (2023)

A cidade manteve seu crescimento lento até o séc. XIX, quando sua localização favorável às atividades portuárias acabou impulsionando a exportação de algodão e cana de açúcar. Os conjuntos homogêneos remanescentes dos séculos XVIII e XIX guardam características de quando o Estado do Maranhão teve posição de destaque na produção econômica do Brasil, como um dos grandes exportadores de arroz, algodão e matérias-primas regionais. Nesse período, São Luís foi considerada a quarta cidade mais próspera do Brasil.

Em 1997, o centro histórico de São Luís foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural Mundial por manter uma tradição cultural rica e diversificada, além do exemplo de cidade colonial portuguesa, possuindo seu traçado preservado e um conjunto arquitetônico bastante representativo. Em toda a cidade, são cerca de 4 mil imóveis tombados.

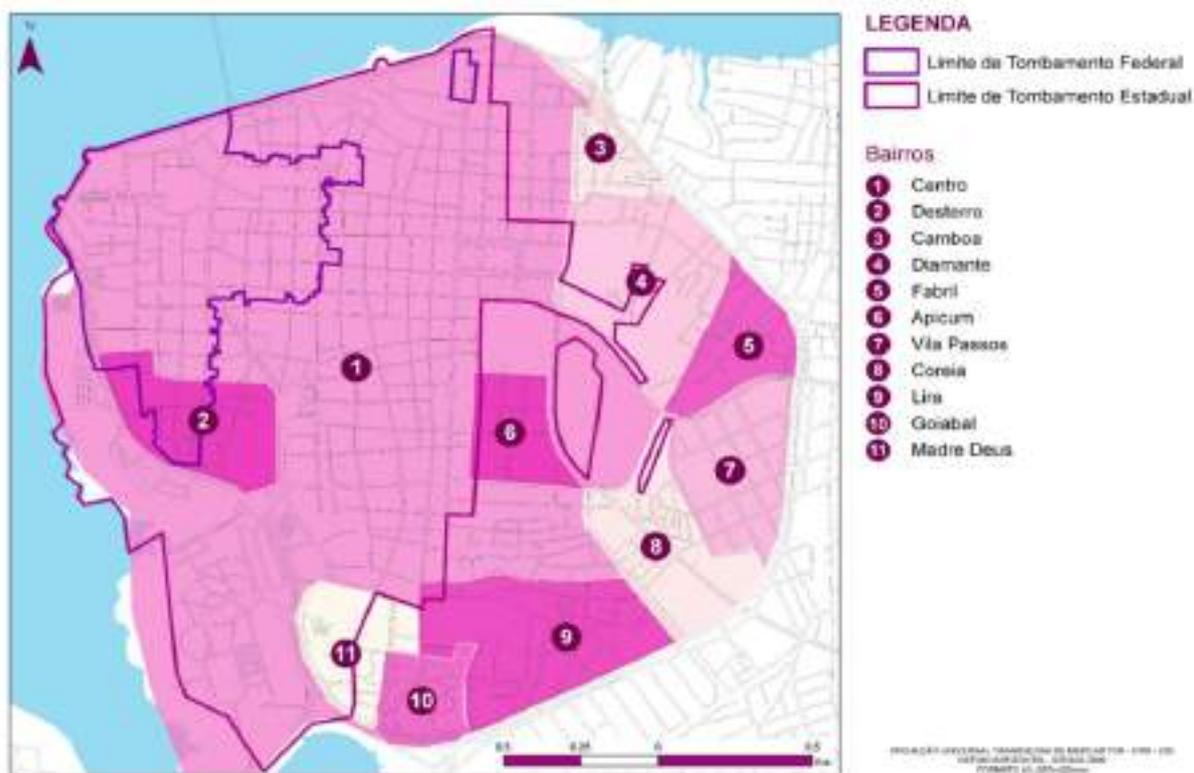
Figura 9 - Mapa da área central e os limites de tombamento.



Fonte: Autora (2023)

O Centro Histórico está localizado ao noroeste do município de São Luís entre o Rio Bacanga e o Rio Anil, correspondendo a uma área de 220 hectares, atualmente circundada por uma via arterial primária com cerca de 8km de extensão conhecida por Anel Viário, no qual se encontram 11 bairros: Centro, Desterro, Camboa, Diamante, Fabril, Apicum, Vila Passos, Coreia, Lira, Goiabal, Madre Deus.

Figura 10 -Mapa da área central (Anel Viário) e os seus 11 bairros



Fonte: Autora (2023)

É sobre este território que, desde o final da década de 1970, incidem ações públicas referentes aos “programas de reabilitação” e “revitalização”, os quais impulsionaram o desenvolvimento da área em termos econômicos, sociais, infraestruturais, urbanísticos, culturais, de gestão e outros. Dentre esses destacam-se o Projeto Reviver, sob comando do Governo Estadual, parte integrante do PPRPHSL (Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico de São Luís) que durou de 1979 a 2011.

Em 2009 a cidade de São Luís é incluída no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC das Cidades Históricas, desenvolvido pelo governo federal. E em 2016 tem início, no âmbito municipal, o Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís através de acordo de empréstimo entre a prefeitura de São Luís e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Executado pela Secretaria Municipal de Projetos Especiais – SEMPE atual Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais – SEMISPE.

A área da pesquisa está entre os monumentos históricos e bens patrimoniais que desempenham um papel de marco referencial simbólico da identidade cultural de São Luís, equipada com infraestrutura e equipamentos urbanos com usos habitacional, comercial e institucional. Mas também na área de entorno imediato da região tombada, onde se encontram bairros populares.

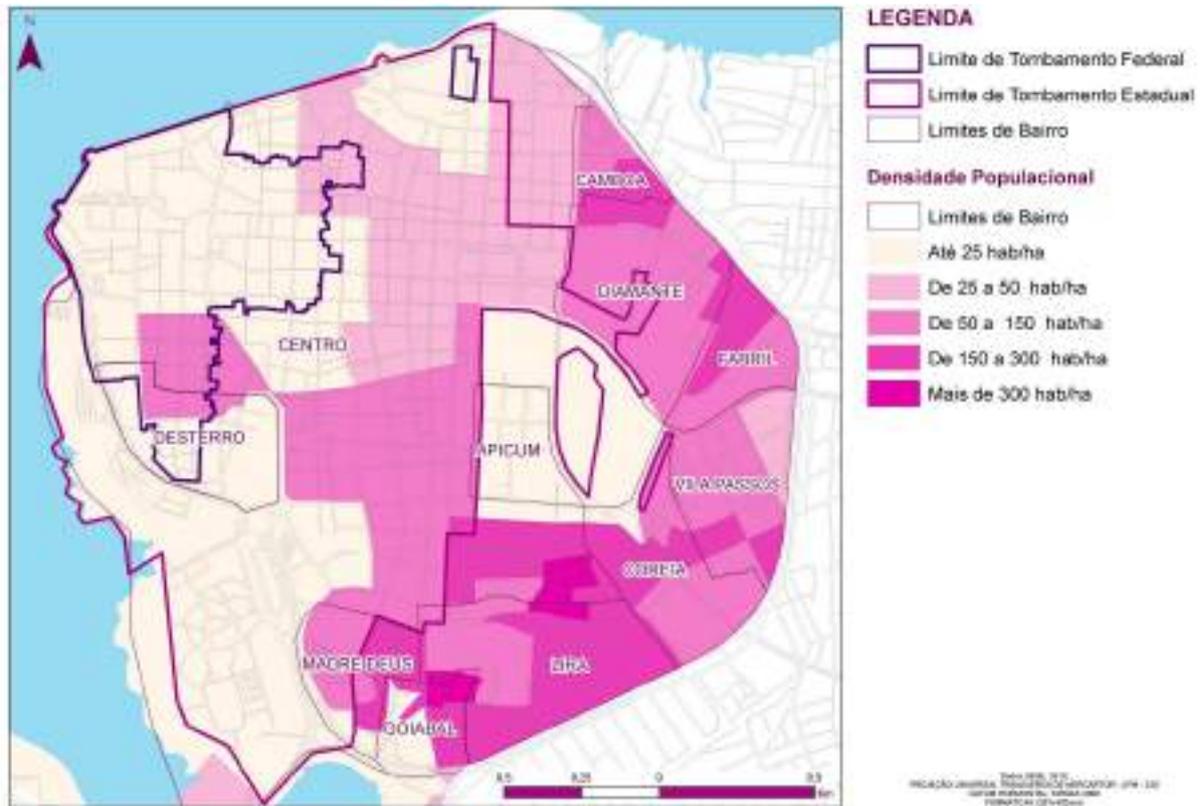
Segundo Lopes (2015), a formação em São Luís, até a metade do século XX, se deu pela ocupação contínua do antigo Caminho Grande, passando pelo João Paulo (que se consolidou como um subcentro nos anos 1940) até a Vila do Anil. E através da construção de aterros, ganhando áreas ao mar. Foi desta forma com a consolidação da área da Casa da Tulhas, no século XVII, a avenida Beira-Mar, no século XVIII e início do XIX, o Anel Viário nos anos 70 e o aterro do Bacanga nos anos 80. Apenas na década de 1970, com a construção das pontes sobre o Rio Anil e da barragem do Bacanga, a cidade passa a ocupar os territórios ao norte, em direção às praias, e ao sul, com a implantação do Porto do Itaqui.

Estas áreas seguem com intensa relação com a região central, seja pela convergência de todo o sistema de transporte público da cidade para a Praça Deodoro, coração da área central, seja pelo abastecimento de comércio popular que durante muito tempo serviu a população, além da concentração de muitas instituições públicas alocadas na região. Os processos de reabilitação e intervenções na área, executada nas diversas esferas de governo, também contribuíram para a permanência dessa relação pelos laços culturais, em alguns momentos mais efervescentes e outros mais escassos, contribuindo para a formação desse território e suas características.

Caracterização socioeconômica

São Luís possui uma população de 1.014.837 habitantes distribuídos em 46,81% residentes masculinos, 53,19% residentes femininas, destes 94,45% fazem parte da população urbana e 5,55% da população rural. Enquanto a população absoluta da área central corresponde a 38.287 habitantes, cerca de 3,7 % da população total de São Luís, distribuídos da seguinte forma:

Figura 11- Mapa de adensamento populacional da área central (Anel Viário) e os 11 bairros



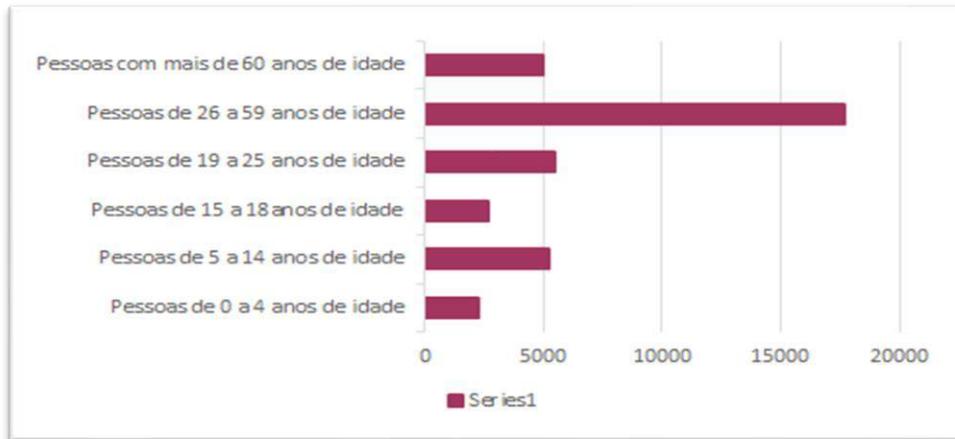
Fonte: Autora (2023)

Na área central, esta população está dividida em 16.961 homens e 21.326 mulheres, demonstrando assim a maioria feminina na população da área. Segundo IBGE (2010), temos 61% de mulheres pretas, 29% de mulheres brancas, 0,04% de mulheres indígenas e 9% de mulheres pardas.

A faixa etária predominante dos moradores da área central é de 26 a 59 anos, totalizando 46% da população. Contrariando, assim, o senso comum que imagina um centro composto predominantemente por pessoas idosas. Acima de 60 anos temos apenas 13% da população residente; crianças de 0 a 4 anos 0,05%; crianças de 5 a 14 anos 13%; jovens de 15 a 25 anos são 21%.

Quanto a raça/etnia, o território do centro possuem 66% da sua população composta por pessoas que se autointitulam negras, cerca de 22.958.

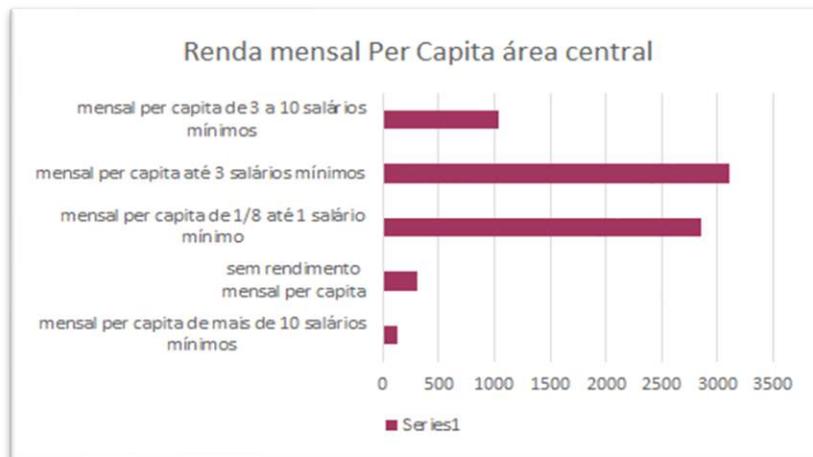
Figura 12 -Gráfico de faixa etária da população da região Central



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Autora (2023)

Esta população, na sua maioria, é de baixa renda, trabalhando na informalidade e nos setores de economia criativa:

Figura 13 - Gráfico renda *per capita* da área central.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Autora (2023)

As áreas de maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade encontram-se no bairro Centro, região de tombamento estadual e que sofre com ações de abandono dos imóveis, ocupações e a presença de comércio popular.

Figura 14- Quadro de renda *per capita* nos bairros da área central

Bairros da área central	Renda mensal <i>per capita</i> de até 1/8 salário mínimo	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 1 a 2 salários mínimos	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 2 a 3 salários mínimos	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 3 a 5 salários mínimos	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 5 a 10 salários mínimos	Renda mensal <i>per capita</i> de mais de 10 salários mínimos	Sem rendimento mensal <i>per capita</i>
Centro	71	362	1048	1432	1108	428	382	263	86	86
Desterro	1	11	25	38	39	16	11	4	0	6
Camboa	20	61	170	239	146	58	41	11	9	29
Diamante	6	19	78	134	110	29	21	11	3	19
Fabril	4	23	120	169	106	32	26	17	8	29
Apicum	0	5	16	53	55	24	38	42	10	3
Vila Passos	0	11	48	84	98	33	27	11	4	3
Coreia	9	50	163	267	168	55	26	5	1	28
Lira	10	67	204	364	243	52	24	11	1	54
Goiabal	6	30	141	213	101	20	11	2	2	39
Madre Deus	3	24	48	140	135	55	36	18	3	8
Total	130	663	2061	3133	2309	802	643	395	127	304

Fonte: IBGE (2010)

Essa situação foi agravada com o período pandêmico e será exposta com os novos dados do censo 2023. O que já podemos sentir, segundo informações do Cad Único²⁰2022, onde 7.891

²⁰ Cadastro Único realizado pelo Governo Federal

pessoas encontram-se abaixo da linha de pobreza²¹; 4.884 pessoas da área são mulheres chefes de família. O que demonstra que temos um centro de baixa renda, feminino, negro e jovem, com pessoas em idade produtiva que estão em vulnerabilidade social. E é essa população que recebeu as intervenções do Programa de Revitalização e foram impactados diretamente pelas obras.

3.3. As ações do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís e as áreas de estudo

O Município de São Luís e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram contrato de empréstimo nº 2715/OC-BR. PROCIDADES/BRL 1117-São Luís em 29/11/2016 referente ao Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís. O custo total do Programa é estimado em US\$27,180.000,00, sendo que o Banco financiou US\$13,590,000.00, e a contrapartida local, foi equivalente a US\$13,590,000.00.

O Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís visa a requalificação de espaços públicos que integram a parte histórica da cidade e seu entorno imediato. As ações compreendem reformas e trabalho socioambiental nessas áreas, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável do local por meio de atividades estratégicas que ativam os processos de revitalização urbana, cultural, socioeconômica e de habitação.

O Órgão Executor do Programa é o Município de São Luís, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), criada pelo Decreto Municipal nº 42165, de 14/12/2011, vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Projetos Especiais (Sempe). Atual Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (Semispe). Com o apoio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (Fumph).

O objetivo geral do Programa é contribuir para a revitalização do Centro Histórico de São Luís mediante a implementação de projetos estratégicos que promovam sua recuperação urbana, cultural, socioeconômica e habitacional.

O Programa foi dividido em três componentes, identificados e descritos a seguir:

1. Componente 1: Projetos Estratégicos

²¹ Fonte: CECAD/ CAD ÚNICO base janeiro 2022

O componente de projetos estratégicos reúne todas as contratações relacionadas a elaboração de projetos e obras, estando dividida em 3 subcomponentes: revitalização urbana, revitalização socioeconômica e revitalização cultural.

Para cada subcomponente foi escolhido um projeto-piloto, implementado durante a execução do Programa. Como projeto do primeiro subcomponente, foi selecionada a requalificação do Parque do Bom Menino, Praça da Bíblia e entorno.

Como projeto do segundo subcomponente foi escolhida a urbanização do ancoradouro e das ruas da Vila Gorete e Rua dos Veleiros, que consiste em uma intervenção para a recuperação de um espaço degradado, tornando-se área de lazer, de geração de emprego e renda à população do entorno. Apoiando a cadeia produtiva de pesca artesanal de São Luís, por intermédio da implantação de infraestrutura adequada para ancoragem, armazenamento e venda do pescado.

E como projeto do terceiro componente foi selecionada a obra de reabilitação do antigo Cine Roxy para implantação do Cine Teatro da Cidade cujo objetivo é promover encenações teatrais, apresentações de canto lírico e popular, exposições de música orquestradas, canto coral, trabalhos audiovisuais, palestras, convenções de natureza diversa e outros eventos socioculturais.

As ações executadas dentro desse componente foram:

- Requalificação do Parque do Bom Menino, Praça da Bíblia e entorno;
- Requalificação da Praça da Saudade, Praça da Misericórdia e entorno;
- Requalificação do Terminal da avenida Vitorino Freire e entorno;
- Obras de acessibilidade para área de tombamento federal (perímetro 01);
- Reabilitação dos imóveis da rua Portugal nº 251 e 285;
- Elaboração de estudos e projetos para reabilitação do Complexo de Santo Ângelo

2. Componente 2: Melhorias habitacionais

Esse eixo financiou a contratação da empresa internacional de consultoria, Horwath HTL, para realizar um diagnóstico e desenvolver estratégias de intervenção para atender demandas habitacionais que afetam o Centro Histórico de São Luís (CHSL), inclusive: (I) ocupação irregular de imóveis; (II) desocupação de imóveis de valor histórico; (III) ocupação de imóveis deteriorados por famílias de baixa renda; e (IV) terrenos baldios.

Essas estratégias propuseram soluções para a posse de terras, a recuperação física dos imóveis e a melhoria das condições habitacionais das famílias da área. Além do diagnóstico e

estratégias de adensamento, a empresa de consultoria realizou a revisão e o desenvolvimento de instrumentos de planejamento que orientarão o processo de requalificação da área central em novas etapas, dando subsídio para elaboração de nova Carta Consulta.

A consultoria elaborou um banco de dados em SIG (sistema de informação georreferenciada), disponível online para acesso e pesquisa de qualquer cidadão, onde reuniu informação de outras secretarias municipais e instituições de diferentes esferas. A proposta é que a ferramenta possa ser utilizada no planejamento estratégico de políticas públicas no território. Além da elaboração de minutas para apoio, e a revisão da legislação referente à área central, que possibilitem a utilização da aplicação de instrumentos legais na área.

Este componente executou também o acompanhamento das obras de reabilitação de dois imóveis habitacionais, executados pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico em parceria com o IPHAN. Os imóveis localizados na rua do Giz, 445 e rua da Palma 195/205, são contrapartida do Programa, uma vez que suas intervenções foram oriundas de convênio entre o município e o governo federal através do IPHAN. Foi contratado uma empresa de consultoria especializada para elaboração e execução de trabalho técnico social com as famílias cadastradas e contempladas com um dos 22 apartamentos já entregues.

3. Componente 3: Fortalecimento institucional

Este componente propiciou a aquisição de equipamentos, mobiliário e sistemas de informação para as secretarias e os órgãos parceiros diretamente envolvidos nas atividades do Programa, dentre as quais: (I) a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP); (II) a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM); (III) a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR); (IV) a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH); (V) o Instituto Municipal de Paisagem Urbana (IMPUR); e (VI) o Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID) e a Universidade Federal do Maranhão.

Outra ação diz respeito à capacitação do corpo técnico da Unidade Gestora do Programa (UGP), na área de gestão de projetos com a metodologia PM4R, que é baseada nas melhores práticas, ferramentas e padrões internacionais em gerenciamento de projetos adaptados pelo BID para o mundo do desenvolvimento, e que tem como objetivo reduzir a diferença entre o que você planeja e o que executa em seu projeto.

Na área de governança ambiental e social houve capacitações para implementação de consultas significativas de partes interessadas e impacto ambiental. Além da capacitação de 44 técnicos municipais em Master BIM Coordenação e Gestão, com objetivo de preparar o município para implementação da metodologia e tecnologia BIM (Building Information Modelling), conforme legislação federal.

4. Gestão do Programa

O Programa financiou ainda:

(I) os gastos associados à gestão do Programa e a contratação de pessoal básico e de apoio para a Unidade de Gestão do programa (UGP);

(II) os gastos de comunicação social e disseminação das principais ações desenvolvidas no marco do Programa;

(III) gastos associados ao monitoramento e à avaliação das atividades do Programa;

Foram realizadas auditorias independentes nas áreas contábil e financeira pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão que, através de termo de cooperação com BID, foi capacitado para realizar as auditorias externas.

Figura 15- Mapa das intervenções do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Autora (2023)

A área de intervenção do Programa de Revitalização corresponde ao Anel Viário de São Luís. Com intervenções pontuais, e que nem sempre se conectam, o programa atuou em pontos específicos do território central e das áreas de tombamento estadual e federal.

Para a pesquisa desenvolvida, propõe-se analisar as requalificações do Parque do Bom Menino, Praça da Bíblia, Praça da Saudade e Praça da Misericórdia. Entendendo que essas amostras apresentam um resumo dos vários usos e públicos atendidos pelo Programa. Nelas podemos analisar os usos desses espaços pela comunidade de entorno, visando a perspectiva das mulheres que utilizam as áreas requalificadas, além do olhar das trabalhadoras de rua contempladas pelo programa que realizam suas atividades comerciais nesses espaços. Ambas as categorias foram convidadas a participar de todas as etapas de implantação das ações, desde a elaboração dos estudos e projetos, a execução das obras e atividades previstas pelo projeto de trabalho técnico-social de cada requalificação.

3.3.1. Parque do Bom Menino e Skate Park

Histórico

O Parque Bom Menino tem sua formação histórica em meados dos anos de 1811, quando se torna oratório público com a nomenclatura “Quinta do Barateiro”, cujo proprietário era José Gonçalves da Silva, o “Barateiro” (BUENO, 2016, p.120). Em 1812 inicia uma série de construções que viriam a compor o Morgado das Laranjeiras, que após nove anos passaria a ser chamada de “Quinta do Barão de Bagé”.

Após a área passar por vários administradores, em 2000 passou a ser conhecida como Quinta das Laranjeiras quando foi adquirida pelo Governo do Estado do Maranhão e, logo após foi incorporada ao Patrimônio Público Municipal de São Luís.

O Parque do Bom Menino constitui-se como um dos últimos resquícios de área verde do que já foi uma das maiores propriedades particulares de São Luís, a Quinta das Laranjeiras (LOPES, 2008, p.250).

Em 24 de abril de 2013, através do decreto municipal nº43.825, o Parque do Bom Menino foi transformado em unidade de conservação ambiental com uma área de 49.242,00 m² e precisou passar por intervenções de forma que ordenasse suas atividades e requalificar a área para atender ao Plano de Manejo (2018) e aos anseios da comunidade.

A intervenção do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ BID

O investimento do Programa de Revitalização do Centro Histórico foi de R\$16.46 milhões na requalificação do Parque do Bom Menino e na Praça da Bíblia, pois se tratava de um único contrato, tanto na etapa de elaboração de projetos quanto na etapa de execução das obras. O objetivo era organizar e estruturar os espaços urbanos, proporcionando condições para a sua apropriação não só pelos moradores, mas também por visitantes e turistas, por meio do lazer e

da sua socialização, e ainda, contribuir com as consequentes melhorias da qualidade de vida e melhoria da saúde pública.²²

Foi necessário adequar os elementos construídos ao zoneamento ambiental; regularizar e ajustar a infraestrutura física dos pontos comerciais existentes; melhorar a acessibilidade, sinalização, iluminação pública, sistema de saneamento e drenagem. O escritório de projetos, Architectus S/S Arquitetura e Engenharia, desenvolveu um projeto em 2018 que buscou eliminar usos inadequados e ambientes insalubres, realizando a menor supressão possível de vegetação e aumento da cobertura vegetal na área do parque e entorno.²³

Figura 16- Foto aérea Parque do Bom Menino. Foto: Meireles Jr.



Fonte: Semispe (2021)

A elaboração do Plano de Manejo previu a reorganização das áreas que cumpririam a função ecológica e quais concentrariam as edificações. Nos trechos norte e sul do parque, foram retirados equipamentos de ginástica e edificações, mantida a pista de cooper e aumentada a vegetação, com o acréscimo de diversidade e inclusão de espécies nativas. E, ainda, uma trilha com pontos específicos para observação da avifauna (*birdwatching*).

²² Relatório de Progresso do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís PROCIDADES/ BRL 1117. Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais

²³ Memorial Descritivo Estudos Socioambientais e projetos executivos para requalificação do Parque do Bom Menino e Praça da Bíblia

A Requalificação contou ainda, com a elaboração e execução dos projetos executivos de paisagismo, urbanização, iluminação, construção e reforma de quiosques, quadras, campo de futebol, playground, WC's, pórtico de entrada, mobiliário urbano (bicicletário, lixeiras, bancos); projetos de sistema viário, drenagem, pavimentação, sinalização horizontal e vertical, melhoria de acesso ao transporte público e promoção da acessibilidade universal. Os projetos contemplam ainda a área da Praça da Bíblia que possui, aproximadamente, 7.500m² e o entorno do Parque e da Praça, composto por cerca de 1.270m e 530m, respectivamente, totalizando 21.318,20m² de área de entorno de vias.

O Parque possui um ginásio poliesportivo conhecido como ginásio Tião, que recebeu limpeza e pintura nas estruturas metálicas da cobertura, nas fachadas e no piso. A parte inferior das arquibancadas foi fechada com alvenaria. O gradil, as cestas de basquete e traves foram recuperados. Uma das quadras descobertas foi transformada em campo de futebol e os acessos foram adaptados de acordo com normas de acessibilidade.

Figura 17 - Foto noturna e diurna do Ginásio Tião. Foto: Meireles Jr



Fonte: Semispe (2021)

O anfiteatro, marco da arquitetura modernista maranhense, instalado na região sul do parque, foi recuperado e recebeu intervenções para atender com maior segurança os eventos no local. A nova configuração permite a instalação de palcos móveis, a arquibancada tem degraus e corrimãos para facilitar o acesso. Foram instalados camarim com sala de ensaio e guarda de equipamentos, apoio e banheiros para o público. O painel artístico existente, feito pelo artista

Antônio Alves de Almeida (1922-2009), importante nome para a arte maranhense, foi recuperado por seus filhos e recebeu iluminação cênica. E junto à fachada principal do anfiteatro, foi instalado um espelho d'água com fonte. A restauração dos murais foi realizada por dois dos nove filhos do autor.

Figura 18- Foto aérea do anfiteatro do Parque do Bom Menino. Foto: Meireles Jr



Fonte: Semispe (2021)

Figura 19 - Foto painel modernista entrada anfiteatro. Foto: Meireles Jr



Fonte: Semispe (2021)

O bloco que abrigava a guarda municipal foi demolido e uma nova edificação foi construída no centro do parque, com visibilidade para todos os acessos e infraestrutura adequada para

abrigar os guardas. Foi instalado um circuito de videomonitoramento ao longo de todo o parque, com uma sala de controle implantada no prédio.

Foi executado um projeto paisagístico que respeitou as árvores centenárias tombadas que ali estão e as espécies cultivadas pelos moradores antigos do entorno. Também foram corrigidos pontos irregulares de lançamento de águas pluviais e de esgoto no sistema público de saneamento e drenagem do parque com a reestruturação do sistema de esgoto, conduzindo dessa forma, os efluentes, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

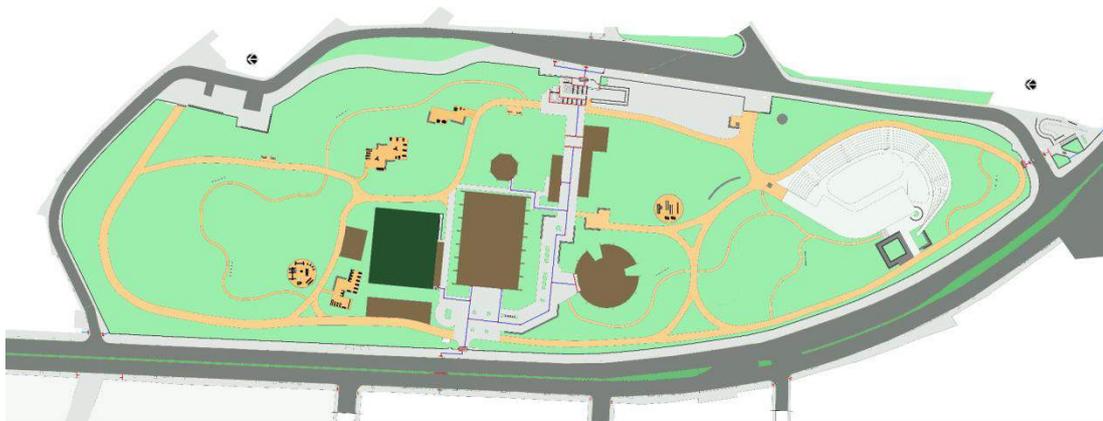
E para solucionar os problemas de alagamento, foi resgatada a proposta idealizada pela arquiteta Rosa Grena Kliass através de biovaleta (barragens de pedra argamassada), prevista em 2005, mas que havia sido executada apenas um pequeno trecho próximo ao bloco de apoio. Com a intervenção, a biovaleta passou a atravessar o terreno no sentido longitudinal, concentrando toda a distribuição de drenagem incidente sobre a área do parque e seu entorno imediato. Reduzindo assim, o impacto das enxurradas, aumentando a infiltração do solo e filtrando a água da chuva, o que contribui para a melhoria da qualidade das águas. O paisagismo integra a biovaleta com espécies de mata ciliar e vegetação palustre, que irão colaborar para a fitorremediação da poluição difusa e devem atrair espécies silvestres.

Como proposta para organização dos trabalhadores de economia informal existentes na área com venda de lanche e comércio de plantas, foram instalados quatro quiosques, divididos em dois volumes e separados por uma praça de alimentação com cobertura de policarbonato alveolar. O espaço dedicado aos vendedores de plantas contou com a instalação de estruturas de pergolados em madeira e piso permeável em substituição às tendas existentes. O Parque do Bom Menino recebeu um novo acesso, ao sul, promovendo uma conexão mais fluida com o Skate Park implantado pelo programa e a reabilitação da Praça da Bíblia.

A requalificação da praça da Bíblia tinha como objetivo estabelecer uma relação compositiva com alguns elementos urbanísticos do Parque do Bom Menino. Para a praça da Bíblia foi adotado um padrão estético ortogonal para a conformação dos canteiros, passeios e escadas, em desenho dinâmico que se adapta ao desnível do terreno. A principal mudança diz respeito à criação de um número maior de conexões entre o passeio da Avenida Guaxenduba com a porção central da praça através de um conjunto de escadarias que vencem o desnível de 3 metros

existente entre as duas áreas. A solução propunha dinamizar o uso do lugar e convidar o usuário à exploração dos diferentes espaços.

Figura 20 - Projeto de Requalificação do parque do Bom Menino



Fonte: Semispe (2018)

O entorno desses dois espaços também passou por intervenções com objetivo de promover a segurança viária, garantir a acessibilidade universal, proporcionando a segurança pública, através de integração espacial e melhoria do microclima, além do aumento da biodiversidade urbana.

Todas as calçadas do entorno foram regularizadas e padronizadas com acabamento em concreto vassourado, garantindo o atendimento às normas de acessibilidade pelo uso de uma superfície regular, contínua e com os rebaixamentos de meio-fio necessários nos pontos de travessia. Foi aplicado também, piso tátil em todo o entorno.

O processo de elaboração dos estudos e projetos para requalificação do Parque do Bom Menino e praça da Bíblia, seguiu a mesma metodologia, uma vez que foi realizado de forma conjunta pela empresa projetista, que contou com a participação de uma equipe de trabalho técnico social para realizar a mobilização, pesquisas e elaboração do Projeto de Trabalho Técnico Social.

Dessa forma, atendendo às políticas de salvaguardas socioambientais do BID, foi estabelecido em contrato com a empresa projetista, a realização de 3 oficinas de participação

pública, onde a primeira foi realizada com as secretarias e órgãos envolvidos nas aprovações e gestão dos espaços. Foi registrada a ausência do Instituto Municipal da Paisagem Urbana – IMPUR, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, Subprefeitura do Centro Histórico e Superintendência Estadual do Patrimônio Histórico, órgãos importantes para gestão e definição do programa de necessidades para intervenção. Ver lista de presença e memória da reunião em anexo III.

Figura 21 - Representantes da equipe da Semispe, empresa projetista e órgãos envolvidos



Fonte: Architectus (2018)

O relatório da Oficina I apresenta como principais destaques da reunião: a importância no balanceamento entre os aspectos ambientais e os usos atuais, principalmente o esportivo. Levantaram a necessidade de identificar o público-alvo dos frequentadores e o seu perfil, além de identificar os usos inadequados e a carência de infraestrutura.

As outras duas oficinas realizadas foram direcionadas à comunidade diretamente afetada pelas obras e usuários do Parque do Bom Menino e praça da Bíblia. Onde contaram com a participação de membros da sociedade civil organizada com sede no espaço do parque, como o

grupo de corrida CORPAS²⁴; o grupo de dança afro-malungos GDAM²⁵; frequentadores do parque, além da participação dos trabalhadores informais da área compostos por:

- 3 comerciantes de plantas;
- 1 comerciante de plantas e artesanato;
- 1 comerciante de água de côco e lanches

A obra de requalificação do Parque do Bom Menino iniciou em setembro de 2019 com a empresa Ducol Engenharia e em de agosto de 2020 foi entregue à comunidade. Encontra-se em funcionamento e com visitação diária a partir das 6h da manhã até às 22h.

Segundo relatório de levantamento realizado pela empresa projetista,²⁶ o perfil dos visitantes do parque, antes das intervenções, era composto por pessoas que buscavam desenvolver atividades físicas como corrida, caminhada e outras atividades realizadas pelo município como grupo de idosos realizados pela Semcas²⁷ e aulas de dança realizada pela Semdel²⁸, em horários específicos, e o restante do período de funcionamento do parque era frequentado por jovens estudantes.

Skate Park Paulo Gomes

A obra do Skate Park de São Luís, localizado ao lado do Parque Bom Menino (Centro), foi entregue no dia 26 de junho de 2022. A pista de skate tem formato “bowl”, que lembra uma piscina e traz uma intervenção artística produzida pelo muralista Fita Zebrada. O espaço foi concebido com um contorno orgânico de 180 metros quadrados de área. Além da pista, o espaço contempla um palco para apresentações de eventos voltados para o segmento. Foram instalados, ainda, assentos de concreto e uma proteção para a circulação de pessoas, visando a segurança do público e dos skatistas. Já a proposta paisagística tomou como princípio a preservação das árvores existentes no terreno e a instalação de canteiros, garantindo áreas verdes no entorno. Este espaço segue com uso esporádico pela comunidade.

²⁴ CORPAS- Corredores do Parque do Bom Menino

²⁵ GDAM – Grupo de Dança Afro Malungos

²⁶ Ver relatório de Oficina II

²⁷ Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

²⁸ Secretaria Municipal de Desportos e Lazer

Importante destacar que a sugestão de incluir um equipamento voltado para prática do uso de skate partiu da gestão pública e a empresa projetista sugeriu sua inclusão na praça da Bíblia para que pudesse ser aproveitado o desnível do terreno, porém, durante as oficinas para a comunidade da praça, a proposta foi apresentada e a comunidade recusou a ideia. Alegando que não queria esse tipo de uso para seu espaço e que o público que uma pista de skate atrairia não era o desejado pela comunidade. Sendo assim, para atender a demanda da gestão e da comunidade da praça da Bíblia, o Skate Park, foi instalado em uma área ao lado do Parque do Bom Menino, próximo ao Corpo de Bombeiros, uma vez que a legislação não permitia mais que nenhuma área do Parque fosse construída ou se tornasse impermeável.

Durante a elaboração inicial dos projetos do Parque do Bom Menino e Praça da Bíblia, não houve a participação de membros da federação de skate ou de outras associações voltadas ao esporte, apenas a participação da Secretaria Municipal de Desporte e Lazer - SEMDEL. Porém, durante a fase licitatória das obras de requalificação, a SEMDEL foi procurada pela Liga dos Skatistas Solidários e os encaminhou à SEMISPE, para apresentação dos projetos.

Os membros da Liga solicitaram alterações ao projeto, transformando o equipamento que seria para modalidade *street*, para um equipamento em formato de *bowl* fechado, atendendo a outra modalidade na prática do esporte. Essas tratativas para alteração do projeto ocasionou uma paralização nas obras do Skate Park para que o projeto fosse refeito juntamente com novo orçamento e projeto estrutural. A obra foi paralisada por um ano e um novo aditivo de valor e prazo precisou ser formalizado junto à empresa executora.

Figura 22 - Foto inauguração do Skate Park Paulo Gomes



Fonte: Semispe (2022)

3.3.2. Praça da Bíblia

Histórico

Localizada nas proximidades do Parque do Bom Menino, a Praça da Bíblia teve seu nome escolhido devido a um monumento que existe no local composto por duas placas de bronze onde estavam escritos os dez mandamentos. Inserida numa zona de transição entre os bairros do Canto da Fabril, Coreia de Baixo, Coreia de Cima e o Centro da cidade, mais precisamente entre as Avenidas Alexandre de Moura e Guaxenduba, a praça tornou-se um espaço de circulação de pedestres entre bairros, principalmente nos horários da manhã e final da tarde.

A praça foi fundada em 1979, sendo palco de grandes eventos, mas foi abandonada pelo poder público nos últimos anos. Após sua construção, o espaço passou por pelo menos 4 reformas, uma delas no ano de 2002, onde foram realizadas obras como pavimentação, melhoria na iluminação, reparos e pintura, realizados pelo Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR).

A outra reforma ocorreu no ano de 2016 e foi realizada pela Prefeitura de São Luís, sob a coordenação também do Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), em parceria com o Comitê Gestor da Praça da Bíblia, onde foram realizados serviços de poda, limpeza, corte de galhos e troncos, pintura de canteiros e readequação da iluminação pública, além da implantação do seu Comitê Gestor, eixo do Programa São Luís Cidade Jardim.

Figura 23 - Praça da Bíblia antes da intervenção



Fonte: Semispe (2018)

A intervenção do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ BID na praça da Bíblia

Entregue em agosto de 2020, as obras da praça foram executadas pela Ducol Engenharia, na mesma contratação para requalificação do Parque do Bom Menino e Skate Park. A praça e o entorno foram requalificados com projetos de melhoria de pavimentação, paisagismo, iluminação, drenagem, passeios de pedestres, canteiro central, incluindo acessibilidade universal desenvolvidos pela Architectus S/S Arquitetura e Engenharia.

Figura 24 - Vista aérea Praça da Bíblia



Fonte: Semispe (2022)

Figura 25-Praça da Bíblia após intervenção

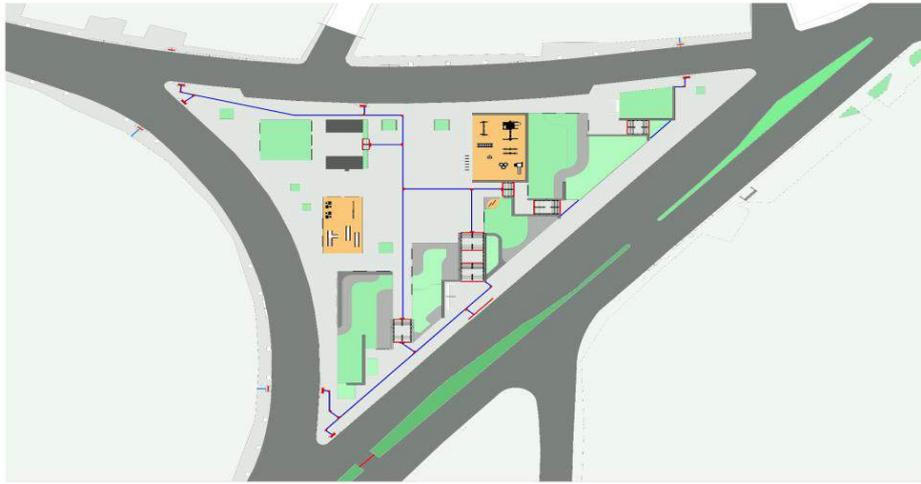


Fonte: Autora(2023)

O objetivo da obra foi organizar e estruturar este espaço urbano, proporcionando a sua apropriação pelos moradores do entorno e visitantes. Foi adotado um padrão estético ortogonal para a conformação dos canteiros, passeios e escadas, em desenho dinâmico que se adapta ao desnível do terreno. A principal mudança diz respeito à criação de um número maior de conexões entre o passeio da Avenida Guaxenduba com a porção central da praça, através de um conjunto de escadarias que vencem o desnível de 3 metros existente entre as duas áreas. A solução visa dinamizar o uso do lugar e convidar o usuário à exploração dos diferentes espaços.

O espaço tem 7.500 metros de extensão e conta com três quiosques de alimentação, playground para a recreação infantil, academia ao ar livre para idosos, sala para o Comitê Gestor da Praça da Bíblia, nova parada de ônibus, abrigo de táxi, local para banca de revista, área verde, área livre para recreação, passeios, espaço para a realização de eventos sociais e culturais.

Figura 26 - Projeto de Requalificação da Praça da Bíblia



Fonte: Semispe (2018)

Foi implantada iluminação em LED, além de novo mobiliário urbano como bicicletário, lixeiras, bancos, dentre outros. Toda a estrutura conta com rampas para acesso por pessoas com dificuldades de locomoção, banheiros e sinalização.

3.3.3. Praça da Misericórdia

Histórico

A Praça da Misericórdia está localizada em frente ao Hospital Santa Casa de Misericórdia, tendo sido batizada, ainda no século XIX, como Largo do Hospital da Misericórdia. Porém, um decreto da Câmara Municipal, em 1894, mudou o nome para Praça Conselheiro Silva Maia. Já em 1903, alteraram para Praça da Caridade, mas ainda hoje é conhecida como Praça da Misericórdia. Está localizada no Centro Histórico de São Luís, entre a Rua da Misericórdia, Rua da Santa Rita e Rua do Norte. É uma das praças mais antigas da cidade com um desenho clássico de praças coloniais.²⁹

Possui o perímetro de um quadrilátero, com um passeio circundando toda a sua face mais externa, com quatro entradas perpendiculares entre si, uma em cada lado da praça, ligando o

²⁹ São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem

passaio externo a outro mais ao interior da praça. Este interior era constituído de dois canteiros e um pátio circular, acessado por passagens diagonais que cortam os canteiros. O piso do pátio central e das passagens diagonais difere-se do restante da praça, por ser confeccionado em ladrilhos cerâmicos nas cores branca e preta.

Figura 27 - Vista aérea da Praça da Misericórdia antes da intervenção



Fonte: Semispe (2018)

A praça encontrava-se bastante degradada, com mobiliário danificado, iluminação pública insuficiente, fonte de água danificada e com a vegetação sem manutenção, tomando conta de várias áreas e ocasionando sensação de insegurança. Além da existência de um comércio informal no segmento de alimentação que funcionava de forma precária, sem infraestrutura adequada. Este comércio de alimentação com venda de frutas, lanches e até refeições, atende boa parte das pessoas que acessam a Santa Casa de Misericórdia e os hospitais e clínicas do entorno. Incluindo funcionários, pacientes e acompanhantes.

Figura 28-Ponto de táxi na praça da Misericórdia antes da intervenção



Fonte: Semispe (2018)

Figura 29-Tendas para comercialização de lanches



Fonte: Semispe (2018)

Figura 30-Barreira arquitetônica construída na praça



Fonte: Semispe (2018)

Figura 31 -Calçadas deterioradas e sem acessibilidade



Fonte: Semispe (2018)

A intervenção do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ BID na praça da Misericórdia

A elaboração dos estudos e projetos seguiu o mesmo processo metodológico utilizado no Parque do Bom Menino e praça da Bíblia, através da execução de 3 oficinas participativas com a organização feita pelo consórcio projetista e com coordenação da SEMISPE, em 2018. Dessa forma, a primeira oficina ocorreu com a participação de secretarias e órgãos envolvidos no projeto nos âmbitos municipal e estadual. Esta oficina organizou-se em 6 momentos principais: apresentação geral das equipes e representantes envolvidos; análise inicial da situação atual das praças; levantamento e análise das restrições das legislações específicas; levantamento sociais; apresentação dos estudos preliminares; dinâmica com os participantes através de painéis.³⁰

Figura 32-Registro de oficina I com Semispe, projetista e órgãos envolvidos



Fonte: Semispe (2018)

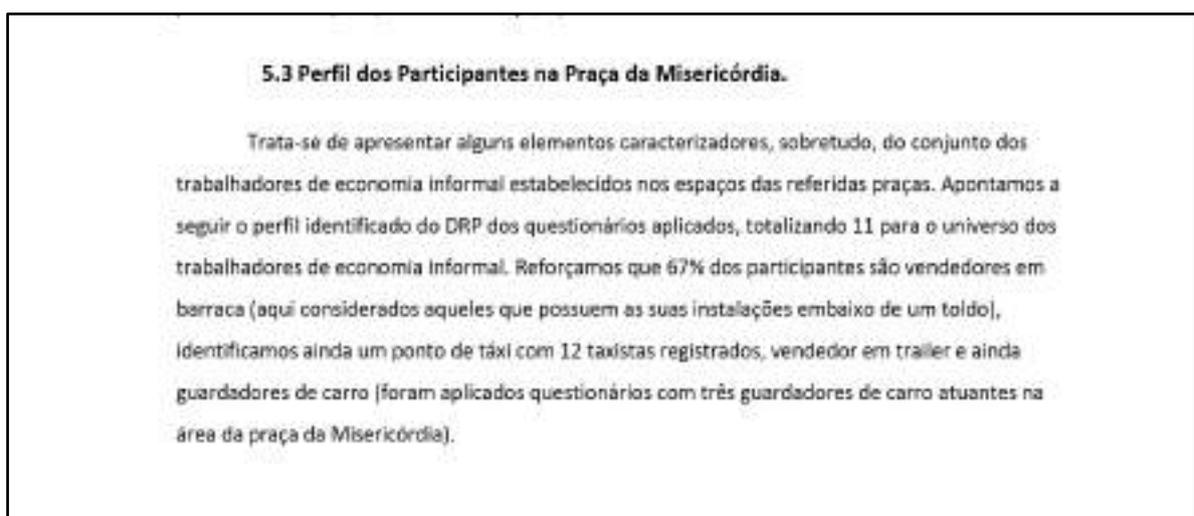
E como resultados destacamos as ocupações físicas na praça, uma vez que os participantes apresentaram propostas que visavam a organização dos espaços entre os diversos usos existentes. Sobre os ambulantes e vendedores em quiosques e barracas, propuseram uma organização tanto espacial como visual, realocando os trabalhadores de rua para área próxima ao Hospital do Socorrão (Hospital Djalma Marques). Porém após parecer técnico nº 04/2018 emitido pela Semispe, a solução não poderia ser adotada no projeto e os trabalhadores de rua deveriam permanecer na praça. Desse modo, foi proposto um quiosque fixo para a praça com um programa

³⁰ Relatório de Levantamentos e Dados, Consórcio Natureza Urbana e HProj, 2018

de necessidades mínimo. Além disso, foi proposto o redesenho da praça com a retirada das muretas, redução de vagas de estacionamento e priorização de espaço para pedestres.³¹

Observa-se que as propostas apresentadas pela comunidade durante as oficinas realizadas em 2018 visavam atender as demandas de estrutura física do espaço, levando em consideração os usos conhecidos por eles. O perfil dos participantes das Oficinas com a comunidade, segundo relatório de Levantamentos e Dados elaborado pela equipe do Consórcio foi:

Figura 33- Recorte relatório de levantamento e dados Fase I Levantamento de Dados. Consórcio Natureza Urbana e Hproj, 2018, p.186.



Fonte: Semispe

Podemos destacar o público de trabalhadores de economia informal, sua faixa etária e tempo de trabalho na área. Destes trabalhadores 50% estão há pelo menos 20 anos desenvolvendo suas atividades nesse local, observando-se a perpetuação das atividades como legado de família.

O segundo Relatório Técnico da Oficina de Projeto II, ocorreu após o desenvolvimento da Fase 2 – Estudos Preliminares, com o objetivo de apresentar as propostas desenvolvidas até esta fase do estudo. Teve a participação de algumas secretarias municipais e da comunidade, conforme lista de frequência em anexo IV. A reunião ocorreu no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, no dia 30 de maio de 2018.

³¹ Ver Relatório de levantamento e dados Fase I Levantamento de Dados. Consórcio Natureza Urbana HProj, 2018.

Figura 34- Convites entregues à comunidade para participação das oficinas de projeto



Fonte: Semispe (2018)

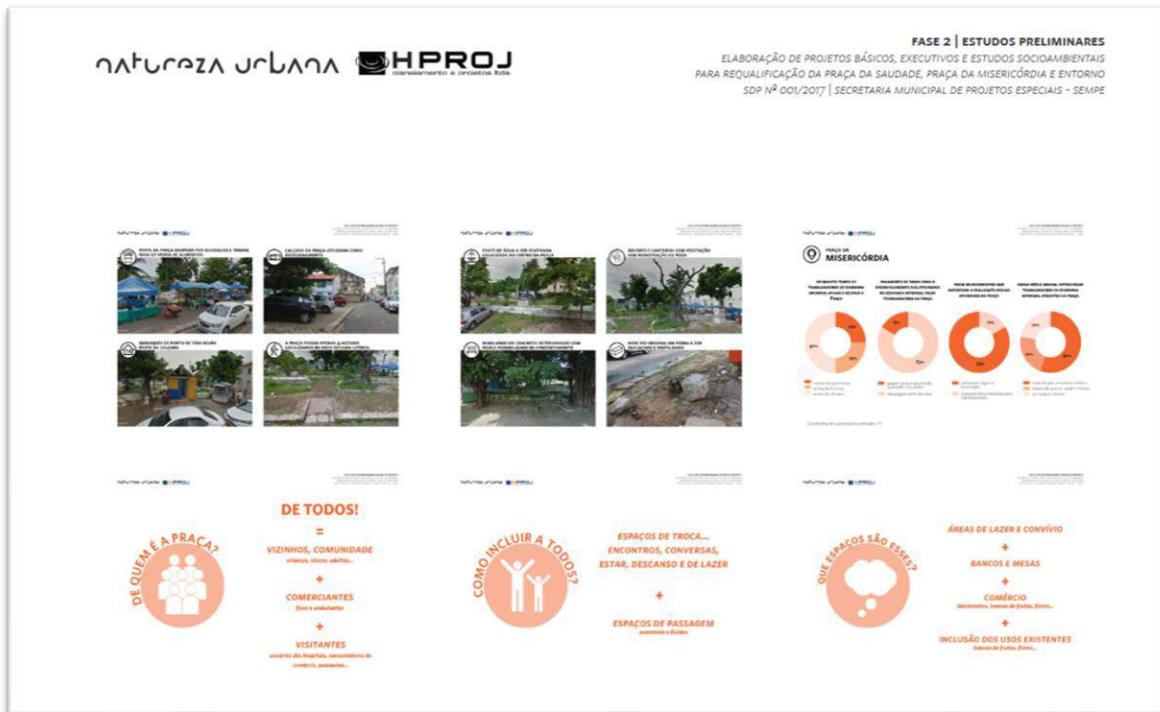
A dinâmica da oficina foi orientada pelo Consórcio projetista e, na oportunidade, houve uma apresentação das problemáticas encontradas na praça, seguido pela apresentação de dados quantitativos sobre a situação dos trabalhadores da economia informal. Segundo relatório, foram apresentados projetos referenciais sobre os temas específicos das praças, no intuito de criar um imaginário de como poderia ficar a praça. Seguindo a metodologia do slide dos sonhos, as pessoas receberam papel e caneta para escrever o que gostariam que a praça tivesse e como poderia ser.

Figura 35-Slide utilizado na oficina para questionar os sonhos para a praça da Misericórdia



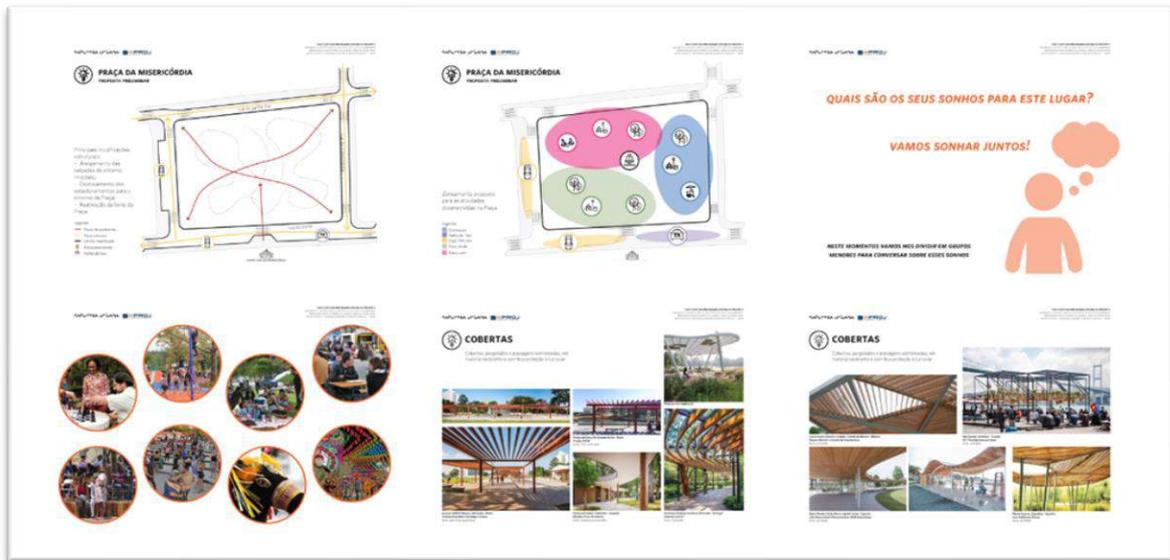
Fonte: Semispe (2018)

Figura 36-Slide utilizado pelo Consórcio durante Oficina II



Fonte Semispe (2028)

Figura 37-Slide utilizado durante oficina de projeto na Praça da Misericórdia



Fonte: Semispe (2018)

Segundo relatório apresentado, os principais pontos abordados pelos participantes da oficina foram: infraestrutura instalada; uso e ocupação e função da praça, cujos destaques dizem respeito a ausência de banheiros públicos; melhoria da qualidade dos bancos; ausência de bebedouro; melhor qualidade de piso e acessibilidade; melhoria da iluminação. Além destas, outras necessidades foram discutidas, tais como: melhoria no paisagismo; espaço para prática de atividades físicas e de lazer; área de alimentação e estrutura obsoleta para ponto de táxi existente.

[...] A fonte instalada na área central da praça é vista pelos participantes como um problema a ser resolvido, gera insegurança para os usuários e casos de prostituição e consumo de drogas. Há uma escultura instalada junto à fonte que deverá ser preservada pelo projeto de revitalização da praça. Outras questões tratam da gestão do espaço em si, buscando estabelecer parceria público-privada e incentivo ao hospital para participação na praça, melhoria da segurança com a instalação de posto policial ou guarda municipal. [...] (Produto 8: Relatório Técnico da Oficina de projeto II)

Como registro das principais decisões temos:

- Os trabalhadores de economia informal serão incluídos no projeto com as atividades que já exerciam;
- Locais para o correto descarte do lixo, a iluminação e a acessibilidade terão prioridade no projeto;

- A construção de banheiros públicos.

A terceira oficina contou com a participação da comunidade, trabalhadores da área e algumas secretarias para aprovação dos estudos de finalização dos projetos executivos, bem como a aprovação do Projeto de Trabalho Técnico Social. A dinâmica seguiu de responsabilidade do Consórcio projetista que buscou validar as informações passadas pelos atores sociais da Praça, referentes à localização dos pontos de trabalho de cada trabalhador cadastrado. Em seguida, apresentaram a proposta final para validação da comunidade.

A Praça da Misericórdia foi entregue no dia 1º de dezembro de 2020 e teve sua execução feita pela empresa Edeconsil. Agora o espaço conta com piso em granilite, canteiros e iluminação, banheiro adaptado para uso por pessoas com deficiência, bancos e lixeiras. Toda a praça conta com piso tátil e rampas, além de travessias elevadas.

A intervenção restaurou a fonte de água existente na praça, criou área de playground, entregou quiosques para comercialização de alimentos e triciclos equipados para os trabalhadores de rua. Os dois blocos de construção para abrigar as novas instalações de quiosques e banheiros foram localizados de forma estratégica afim de causar pouco impacto ao desenho da praça. O conceito arquitetônico adotado pelo Consórcio Natureza Urbana e HProj, manteve o traçado original da praça, respeitou as suas características históricas e seu entorno. Adequando-a aos usos contemporâneos, sem perder a ambiência que o espaço preservou.

Figura 38-Planta baixa projeto de requalificação da praça da Misericórdia



Fonte: Semispe (2018)

3.3.4. Praça da Saudade

Histórico

A Praça da Saudade ao longo dos anos recebeu outras denominações como Praça do Campo Santo, Praça do Gavião e Praça do Cemitério. Ela está localizada no bairro Madre Deus, em frente ao Cemitério do Gavião, entre a Rua Norte e Rua do Passeio no sentido norte-sul e entre a Rua Medeiros de Albuquerque e Rua Oliveira Lima, no sentido leste-oeste³².

As reformas realizadas ao longo dos tempos alteraram substancialmente essa praça, inclusive suprimindo seu chafariz. A última reforma registrada remete ao ano de 1998, quando a pavimentação passou a ser de concreto estampado e foram construídos expositores de alvenaria e azulejo para os arranjos florais, a iluminação foi reforçada com a colocação de postes e contou também com a instalação de bancos de madeira e ferro, e lixeiras.

Figura 39-Vista aérea da praça da Saudade antes da intervenção



Fonte: Semispe (2018)

³² Ver Relatório de Levantamentos e Dados Fase 1: Levantamento de Dados, Consórcio Natureza Urbana HProj, 2018.

A praça contava com pouca presença de vegetação, uma vez que esta era restrita às árvores existentes (cerca de 10 árvores de médio e grande porte). Estruturas como dois quiosques de lanchonetes, barracas de alimentação, banca de jornal e ponto de táxi fazem parte do conjunto edificado da Praça da Saudade.

Apresentava calçadas estreitas e com manutenção precária, dificultando a circulação de pedestres. No local, existem duas áreas para estacionamento de automóveis, na Rua Medeiros de Albuquerque e na Rua do Passeio. Ressalta-se a inexistência de faixas de pedestre em todo o perímetro da praça e a iluminação pública é pouco eficiente, com luminárias localizadas acima das copas das árvores, criando áreas pouco iluminadas.

A intervenção do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ BID na praça da Saudade

Antes caracterizada por uma grande área cimentada e carente de verde, a praça passou por alterações com objetivo de ampliar a vegetação. O espaço agora conta com arquibancada em alvenaria e área para floristas onde foram criadas ainda coberturas de madeira proveniente de reflorestamento. A obra foi executada pela empresa Edeconsil e os projetos foram desenvolvidos pelo Consórcio Natureza Urbana e HProj em meados de 2019 e 2020 tendo sido entregue à comunidade em dezembro de 2020.

Figura 40-Planta baixa projeto de requalificação da praça da Saudade



Fonte: Semispe (2018)

Desse modo foram entregues oito quiosques aos comerciantes da Praça da Saudade. Os quiosques possuem bancadas com pia, prateleiras para organização dos produtos, dispensa para armazenamento, chapa para o preparo dos lanches e depurador. Os espaços têm instalações elétricas, hidráulicas e de gás. Foram construídos banheiros adaptados para pessoas com deficiência e espaço para troca de fraldas.

Também foram doados 14 triciclos aos comerciantes que trabalham no local. Os equipamentos contam com guarda-sol, estufa para acondicionamento correto dos lanches, espaço para refrigeração de bebidas e espaço para guardar os produtos, de acordo com os usos de cada comerciante.

Figura 41-Foto aérea praça da Saudade



Fonte: Semispe (2021)

Figura 42-Vista aérea da praça da Saudade



Fonte: Semispe (2021)

Durante o período de preparação dos estudos e projetos, o Consórcio Natureza Urbana e HProj seguiu a metodologia exigida em contrato com a realização de 3 oficinas de projeto

contando com a participação do poder público e da comunidade envolvida, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo BID, no tocante a participação popular em intervenções públicas.

Figura 43- Convite da Oficina de projeto para a comunidade da Praça da Saudade

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
NATUREZA URBANA E PROJETO

BID

SEMPE

Tem mudança que precisa de todo mundo para dar certo!

Enquanto cidadão(ã), você é nosso convidado(a) para nossa "Oficina de Projetos" que irá discutir e avaliar a primeira etapa do projeto da **PRAÇA DA SAUDADE**.

A Prefeitura de São Luís tem o prazer de, junto com você e as Empresas do Consórcio Natureza Urbana e H Proj Planejamentos e Projetos Ltda, apresentar os estudos sobre a obra de requalificação da Praça da Saudade, Misericórdia e Entorno.

PARTICIPE DO FUTURO DO SEU BAIRRO!

OFICINA DE PROJETO:
PRAÇA DA SAUDADE

CONVERSA DE APRESENTAÇÃO DAS IDEIAS INICIAIS.

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS.

DATA	HORÁRIO	ATENÇÃO NOVO LOCAL
QUARTA-FEIRA 30 MAIO 2018	DAS 14 ÀS 16H	AUDITÓRIO DO CENTRO DE CRIATIVIDADE ODYLO COSTA FILHO RAMPA DO COMÉRCIO, 200 - CENTRO/REVIVER

Fonte: Semispe (2018)

Seguindo a mesma configuração utilizada para a praça da Misericórdia, a primeira oficina ocorreu com a participação exclusiva do poder público, enquanto as outras duas contaram com a participação da comunidade. Na segunda oficina, foram abordados temas segundo registro do Consórcio projetista, como: segurança, lixo, organização dos usos e ocupação e gestão da praça. Apontaram a ausência de bebedouros e banheiros públicos e melhorias no sistema de iluminação como forma de fortalecer o sentimento de segurança dos frequentadores. Além da necessidade de compatibilizar os usos cotidianos com os usos festivos. Com a mesma metodologia aplicada

Figura 46-Registro das expectativas da comunidade quanto ao projeto da praça da Saúde

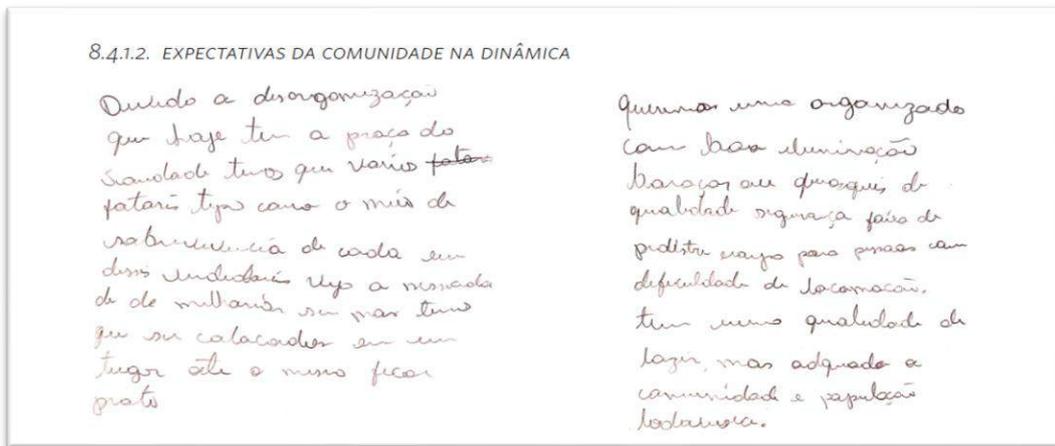
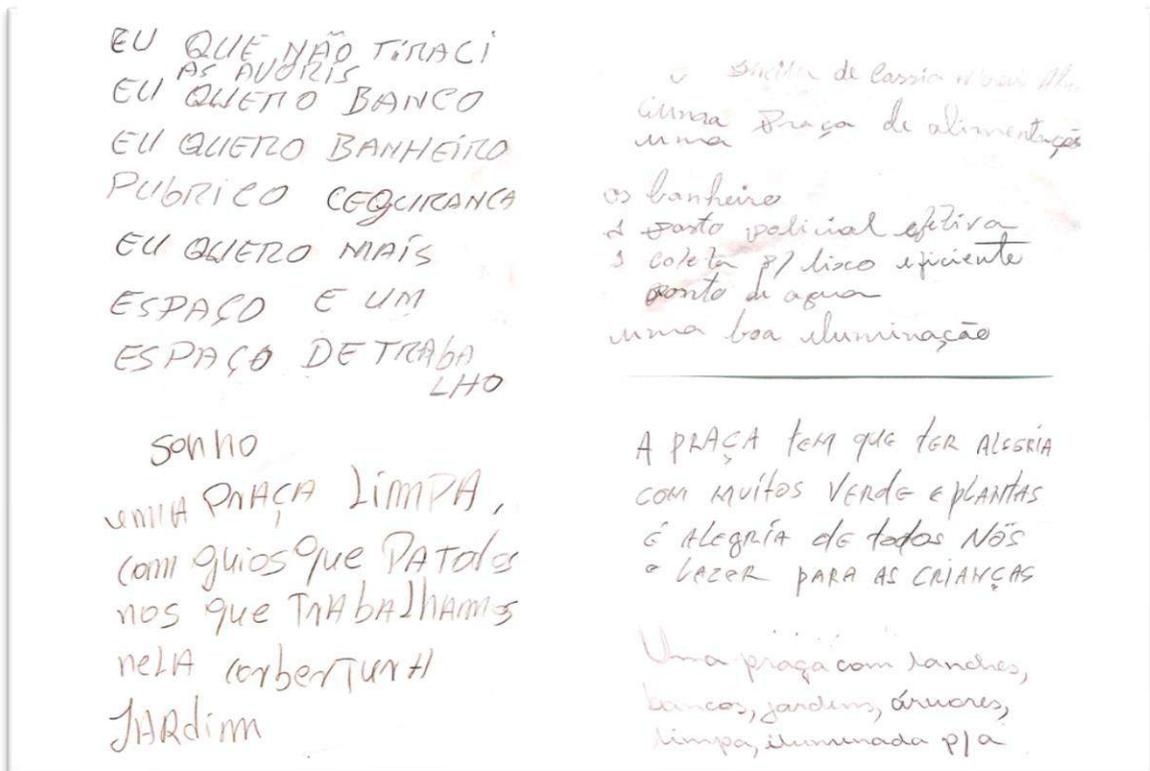


Figura 47-Registro das expectativas da comunidade quanto ao projeto da praça da Saúde



4. NARRATIVAS URBANAS

Inspirados na abordagem centrada na pessoa de Jane Jacobs, que se destaca ao enfatizar a importância de observar minuciosamente as atividades cotidianas e interações das pessoas nos espaços urbanos, nosso objetivo é explorar as narrativas orgânicas que surgem quando as pessoas interagem com seus ambientes urbanos. Valorizamos a diversidade, interconexão e vitalidade dos espaços urbanos, destacando as histórias individuais e comunitárias que se entrelaçam para criar o tecido das cidades. Conforme Jacobs (2007) observou, as experiências humanas e a complexidade das interações sociais nos espaços urbanos oferecem uma base sólida para o estudo das narrativas que emanam das cidades.

Através dessas narrativas urbanas compartilhadas por mulheres que residem ou frequentam os espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do centro Histórico de São Luís, examinamos as análises relacionadas ao Parque do Bom Menino e Skate Park, à Praça da Bíblia, à Praça da Misericórdia e à Praça da Saudade. Estas análises baseiam-se em entrevistas de pesquisa de satisfação conduzida pela Semispe, observações de campo feitas durante o estudo e na Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, na qual as mulheres convidadas avaliaram as Praças da Misericórdia e Saudade, bem como, os trechos que conectam esses dois locais,

4.1. Análise de Satisfação pós-ocupacional dos espaços públicos requalificados pelo Programa

Todos os espaços requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís já foram entregues a população e estão em uso, desta forma, realizamos uma análise dos dados pós ocupacionais apresentados pela Semispe em Pesquisa de Satisfação realizada nas áreas do Parque do Bom Menino e Skate Park, Praça da Bíblia, Praça da Saudade e Praça da Misericórdia no período de dezembro de 2021 a maio de 2022. A equipe de trabalho técnico social da Semispe entrevistou as frequentadoras e frequentadores; trabalhadores e trabalhadoras contemplados pelo programa.

Foram ouvidos 52 frequentadores distribuídos da seguinte forma: 20 pessoas na Praça da Saudade; 10 pessoas na Praça da Misericórdia; 14 pessoas na Praça da Bíblia e 8 pessoas no

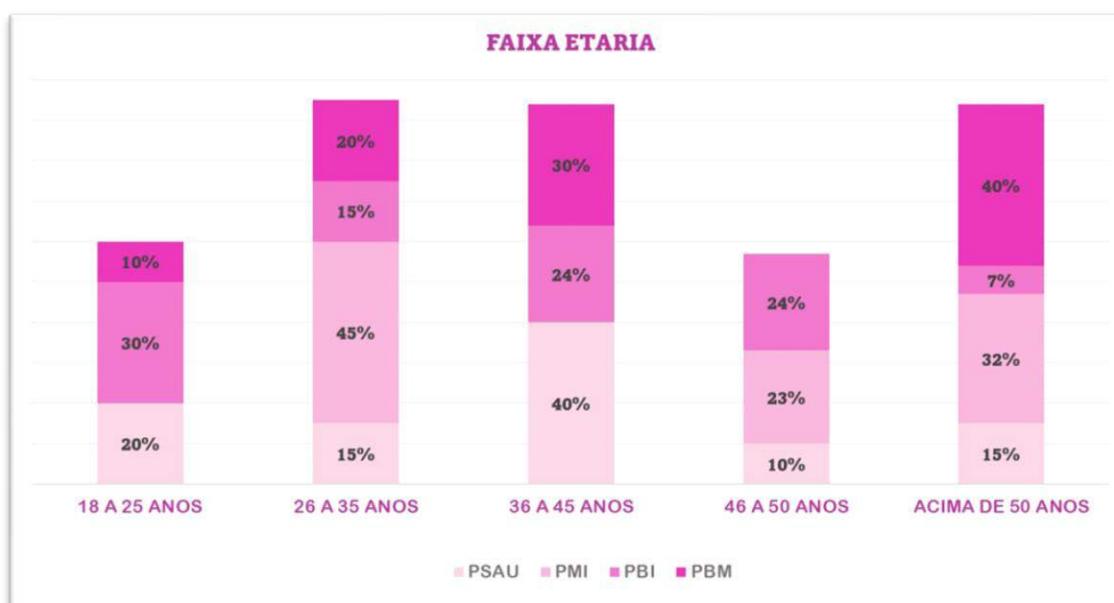
Parque do Bom Menino. A pesquisa propôs avaliar a satisfação do público afetado, aferindo o impacto dos novos equipamentos públicos no cotidiano dos seus frequentadores e frequentadoras. Tratamos os dados com olhar nas percepções das mulheres traçando um comparativo com as outras percepções registradas.

Segundo o registro apresentado, foi feita uma avaliação de satisfação utilizando dois modelos de questionários³³ com perguntas abertas e fechadas, que tratam de uma avaliação pós-ocupação de desempenho de um ambiente construído, já passado um tempo das intervenções e possui como foco os ocupantes – vendedores e vendedoras de rua contemplados no programa; frequentadores e frequentadoras; moradores e moradoras dos espaços requalificados, levando em consideração suas percepções.

A primeira identificação dos entrevistados foi por gênero e faixa etária, em seguida foram aplicadas perguntas relacionadas a: situação socioeconômica; características/ satisfação com os espaços públicos requalificados; satisfação com a execução do Trabalho Técnico Social – TTS, perguntas restritas aos vendedores cadastrados pelo programa. Segundo os dados apresentados, a faixa etária predominante dos usuários da pesquisa é de 36 a 45 anos, não foram registrados dados sobre a participação infantil nos espaços, embora sua presença tenha sido detectada ao longo de todas as visitas.

³³ Modelo do questionário em anexo V

Figura 48- Gráfico de faixa etária dos frequentadores das Praças da Saudade (PSAU), da Misericórdia (PMI), da Bíblia (PBI) e Parque do Bom Menino (PBM)



Fonte: Semispe (2022)

Com relação à faixa etária, alguns aspectos chamam a atenção como: a ausência de registro de público jovem de 18 a 25 e de 36 a 45 na praça da Misericórdia, demonstrando a presença majoritária de público de 26 a 35 anos convivendo com idosos acima de 50 anos.

Uma das causas dessa presença de idosos, consiste no fato de a praça da Misericórdia estar localizada em uma região ainda bastante residencial, composta por imóveis oriundos de famílias de moradores antigos da área, que voltaram a utilizar esse espaço, após a requalificação.

As características arquitetônicas do espaço e as intervenções realizadas também propiciam sua utilização por esse público: o estreitamento das vias carroçáveis e substituição da pavimentação asfáltica por blocos intertravados, favorecendo a redução da velocidade dos veículos que circulam no entorno da praça; o alargamento das calçadas e a substituição da sua pavimentação por piso rígido ou monolítico que oferece mais segurança ao caminhar; a instalação de travessias elevadas, eliminando desníveis entre as calçadas e o piso da praça; instalação de rampas e sinalização com piso podotátil favorecendo a presença de pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida; bancos com encostos e áreas sombreadas, favorecendo a permanência no

espaço para contemplação e conversas. A praça da Misericórdia também se tornou um local de convivência e passagem para trabalhadores da área de saúde dos hospitais, clínicas e farmácias do entorno, além de local para refeições para esse público.

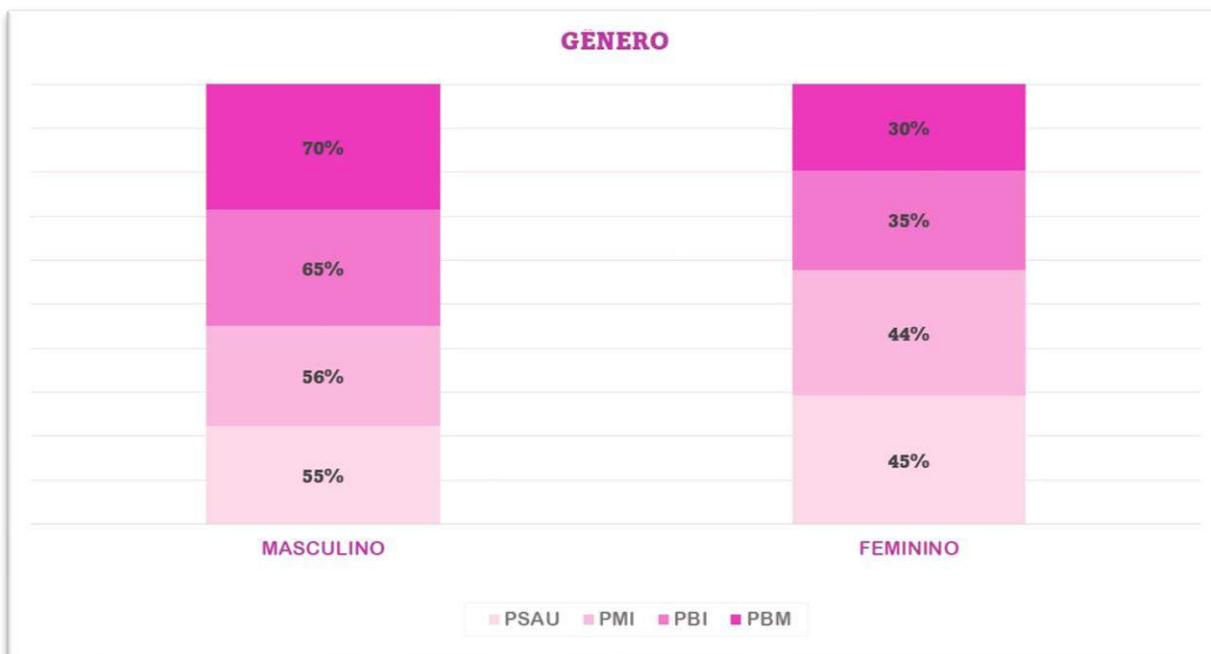
Em contraponto, temos a praça da Saudade com uma presença predominante de jovens e de pessoas de 36 a 45 anos e pouca utilização do espaço por idosos. As características da praça e do seu entorno fortalecem a utilização por esse público e não favorecem a presença de idosos, uma vez que a área é conhecida historicamente por ser um bairro repleto de manifestações culturais e vida noturna. Embora a intervenção arquitetônica tenha inserido acessibilidade; pavimentação rígida na área da praça; travessias elevadas; substituição de pavimentação asfáltica das vias de entorno por bloco intertravados, ocasionando a redução de velocidade pelos veículos que trafegam no seu entorno, a disposição do mobiliário urbano foi pensada na utilização do espaço em eventos, o que não propicia a utilização da praça como espaço de estar e convivência de idosos. A instalação de uma área de praça de alimentação, com mesas e vários quiosques para lanchonetes e bares, favorece a utilização pelo público mais jovem, conforme apontado nos dados da pesquisa de satisfação.

O Parque do Bom Menino, apresentou uma frequência maior entre idosos acima de 50 anos, 40%, seguido de pessoas entre 36 e 45 anos com 30%, frequentadores entre 26 e 35 totalizaram 20%, jovens entre 18 e 25 anos apenas 10%. Essa frequência acentuada de pessoas idosas é favorecida pela utilização do parque pelo grupo de idosos coordenado pela Semcas³⁴, que utiliza o parque para suas atividades semanais, além de ser um espaço fechado e onde funciona a sede do sistema de vídeo monitoramento da Guarda Municipal, o que propicia uma sensação de segurança para os usuários e usuárias.

Quando acrescentamos a essa análise de dados da faixa etária dos frequentadores desses espaços, os dados referentes à presença de mulheres, verificamos que existe uma predominância masculina em todas as áreas.

³⁴ Semcas- Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

Figura 49-Gráfico de dados de gênero para os frequentadores entrevistados.



Fonte: Semispe (2022).

Na praça da Misericórdia e praça da Saudade temos uma diferença de cerca de 10 pontos percentuais enquanto na praça da Bíblia e Parque do Bom Menino, essa diferença se agrava bastante. Esses números nos fazem questionar: se as mulheres são maioria na população moradora da área central, por que não são maioria na utilização desses espaços?

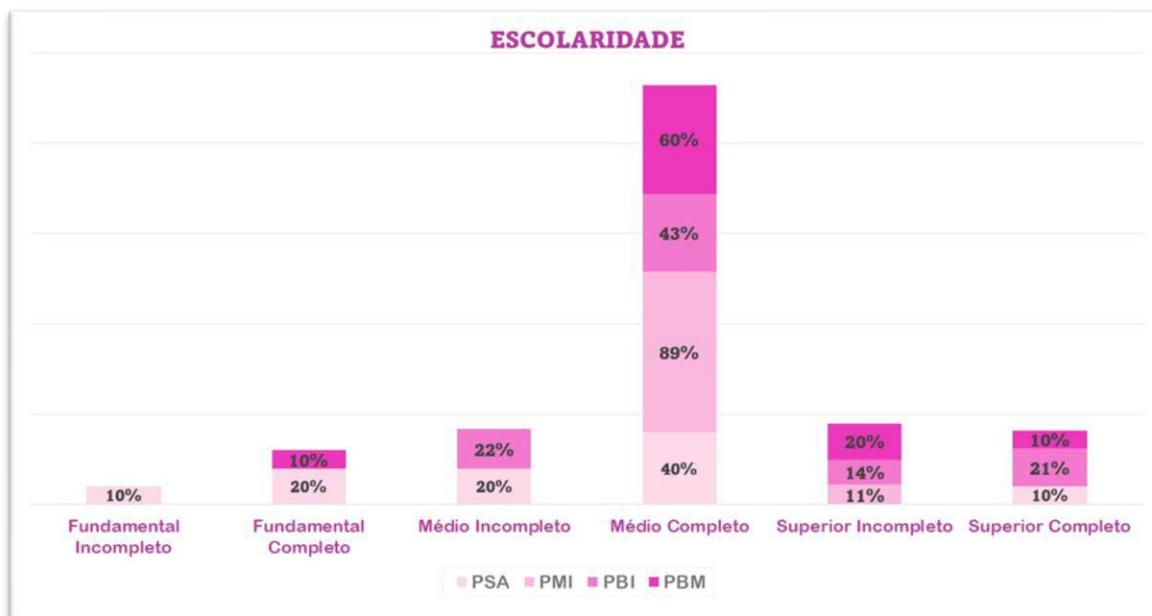
Percebemos, pela avaliação dos dados, que os espaços onde há um equilíbrio maior entre homens e mulheres são justamente nas duas áreas em que a frequência maior é de moradores e ou trabalhadores do entorno, caso das praças da Saudade e Misericórdia. Destacamos que a área de entorno da praça da Misericórdia é voltada para atividades de saúde com a presença de hospitais e clínicas, um segmento que historicamente tem uma grande presença feminina nas áreas de atendimento ao público, enfermagem e serviços gerais. Enquanto a área de entorno da praça da Saudade tem forte presença de comércios voltados para alimentação.

Os espaços urbanos tendem a refletir a normalização das categorias dicotômicas homem/mulher (a heteronormatividade), a ortodoxia e as dinâmicas que condicionam as práticas sociais no cotidiano, empoderando ou limitando as possibilidades individuais (Coletivo Aleph,

2020).³⁵ Dessa forma, a presença da mulher pode ser restrita nos espaços públicos por essa normalização, prejudicando seu direito de viver a cidade e seus espaços, o que explicaria a predominância masculina nos espaços analisados.

Segundo a pesquisa realizada, os frequentadores dos espaços requalificados, e entrevistados pela equipe da Semispe, possuem em sua maioria, o ensino médio.

Figura 50-Gráfico de escolaridade dos frequentadores entrevistados

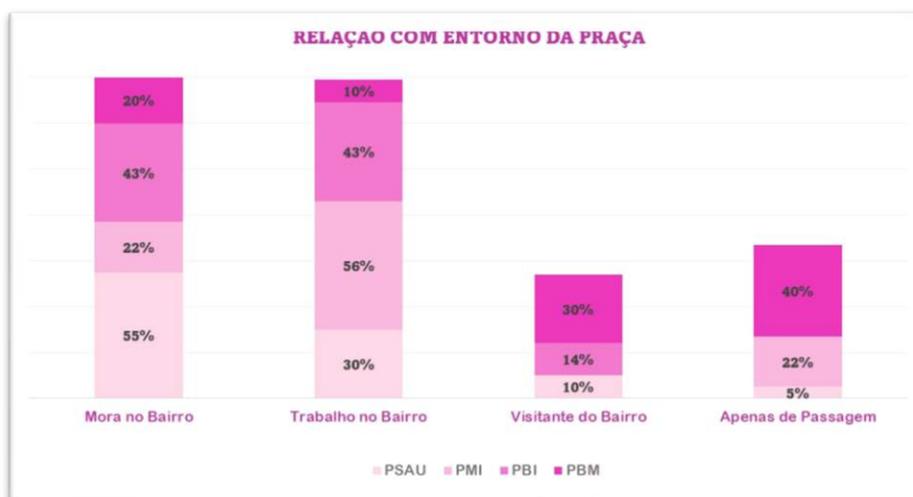


Fonte: Semispe (2022)

Deste público de frequentadores podemos apresentar que, em sua maioria, são moradores e moradoras do bairro ou trabalhadores do entorno que estabeleceram uma relação com esses espaços. Com exceção do Parque do Bom Menino que apresenta uma frequência grande de pessoas de outros bairros da cidade que estão de passagem ou de visita à área.

³⁵ **Coletivo Aleph**, «Um olhar não heteronormativo sobre mobilidade e permanência em espaço urbano», *Fórum Sociológico* [Online], 36 | 2020, posto online no dia 08 outubro 2020, consultado o 23 agosto de 2023. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/9036>; DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.9036>

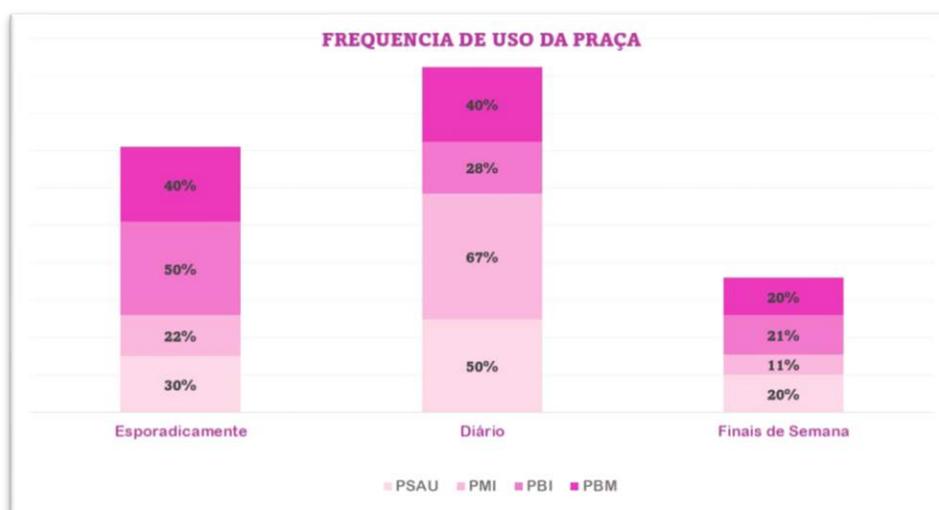
Figura 51-Gráfico representando a relação com o entorno dos espaços



Fonte: Semispe (2022)

Quanto à frequência de usos desses espaços, segundo a pesquisa, esta cai bastante no período do final de semana.

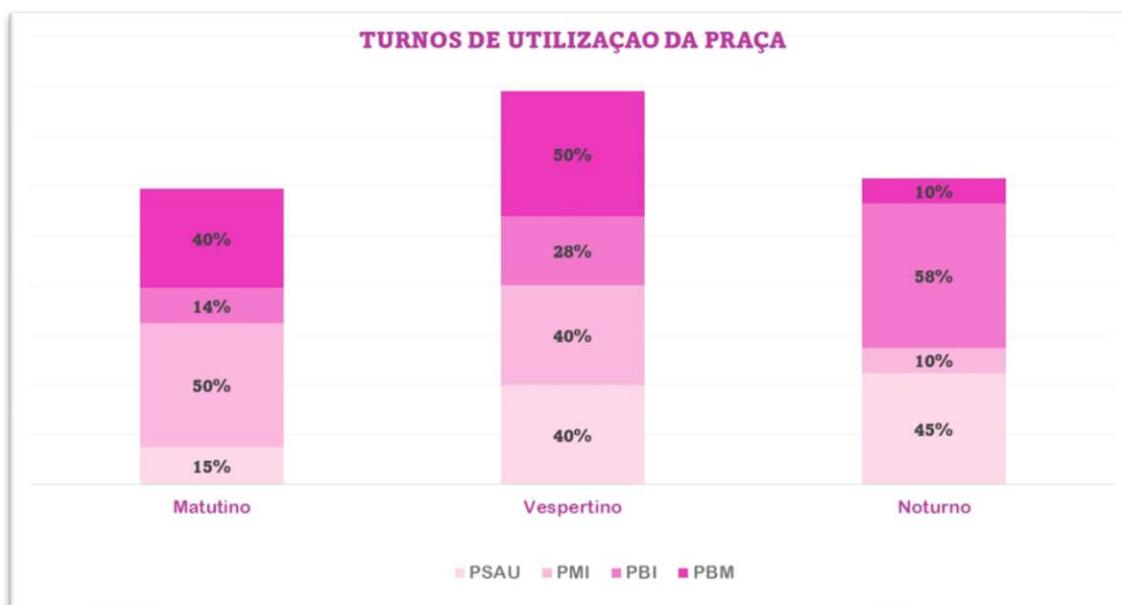
Figura 52-Gráfico de frequência de uso dos espaços



Fonte: Semispe (2022)

Quando nos referimos aos turnos de maior utilização, estes variam de acordo com as especificidades de usos de cada espaço.

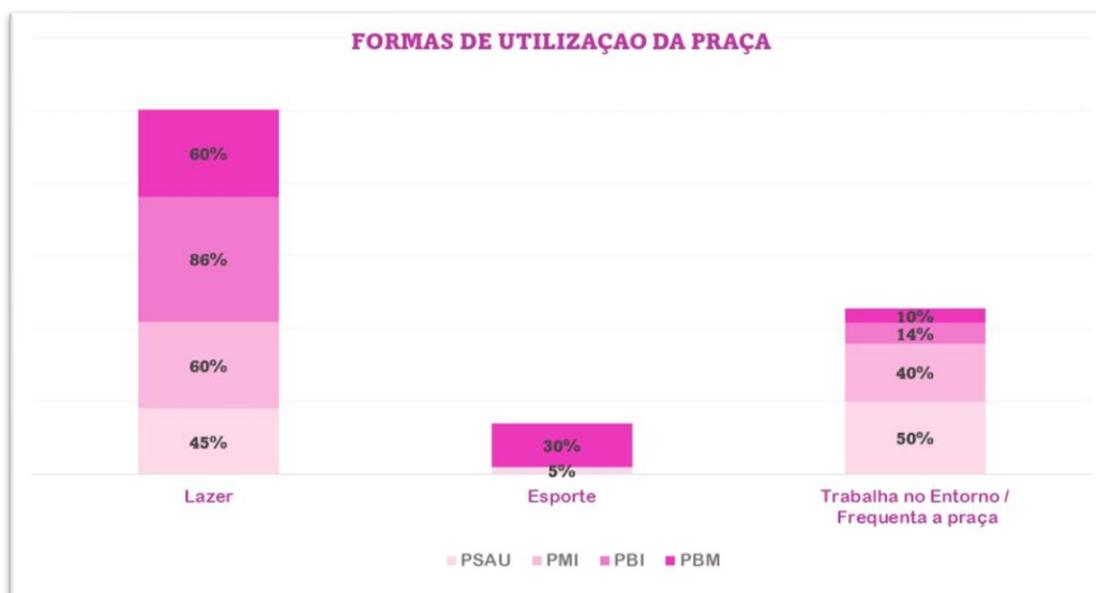
Figura 53- Gráfico turnos de utilização dos espaços.



Fonte: Semispe (2022)

A praça da Misericórdia e Parque do Bom Menino têm sua maior utilização no período diurno, o que pode ser compreendido no caso da praça da Misericórdia pela grande presença de idosos e frequentadores que trabalham no entorno da praça, não estando no espaço no período noturno. O parque do Bom Menino tem sua utilização voltada para atividades esportivas e contemplação, sendo um espaço com cercamento e horário de funcionamento das 6h às 22h. Enquanto as praças da Saudade e Bíblia, possuem uma predominância de uso noturno, voltado para os quiosques de alimentação e para frequentadores mais jovens. Quando cruzamos os dados de frequência de mulheres, percebemos que no caso da Praça da Bíblia, também é onde temos o menor percentual de mulheres. Ou seja, à noite a presença das mulheres frequentadoras diminui nesses espaços, predominando mulheres que desenvolvam atividades de trabalho.

Figura 54- Gráfico formas de utilização dos espaços.



Fonte: Semispe (2022)

A pesquisa não quantificou dados de crianças frequentadoras desses espaços, mas registrou a presença desse público nos equipamentos de playground de todos os espaços acompanhados em sua maioria de suas mães ou mulheres cuidadoras. Trazendo uma demonstração do impacto das atividades de cuidado atrelado a frequência das mulheres nesses espaços.

Dentre os dados coletados, destacamos também os referentes a iluminação pública e segurança. Com exceção do Parque Bom Menino onde 20% informou estar insatisfeito com a iluminação pública, os outros frequentadores demonstraram estar bem satisfeitos. A praça da Saudade apresentou 80% de satisfação, a praça da Misericórdia 56%, Parque do Bom Menino 56% e praça da Bíblia 36%. Quanto à segurança, 60% dos entrevistados no Parque do Bom Menino e praça da Saudade estão satisfeitos com a segurança, enquanto 45% na praça da Misericórdia e 29% na praça da Bíblia.

A avaliação pós-ocupacional (APO) realizada pela Semispe, aponta que os projetos do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, cumpriram o seu objetivo de trazer soluções e adequações para os espaços requalificados e apresentam dados positivos de satisfação dos frequentadores entrevistados. Mas não leva em consideração os efeitos das

intervenções no cotidiano das mulheres afetadas diretamente e frequentadoras desses equipamentos. Os resultados seguem apontando as mulheres como menor grupo de frequentadoras dos espaços, mesmo após as requalificações realizadas. E muitas vezes tem sua presença aliada ao cumprimento de outras atividades relacionadas ao cuidado e a reprodução como: levar crianças para o parquinho infantil, acompanhar idosos. Sua baixa frequência no turno noturno, demonstra também a falta de apropriação dessas mulheres nesses espaços. Outro aspecto importante que podemos destacar, dentre esses dados, é a ausência dos segmentos mais vulneráveis como frequentadores dos espaços públicos analisados, uma vez que o centro possui segundo IBGE (2010), grande parte da população que reside no bairro Centro, onde estão localizadas as áreas de estudo, requalificadas pelo programa, recebendo entre um quarto a dois salários-mínimos. A ausência de registro desse segmento como frequentadores dos espaços públicos analisados nos remete a desigualdade nos acessos aos espaços públicos desse território.

O direito à cidade, seus recursos e oportunidades urbanas, segundo Rolnik (2018) é um conceito fundamental que engloba não apenas a liberdade de movimento, mas também o acesso a moradia adequada, serviços públicos, cultura e lazer e outros aspectos que constituem uma cidade justa e equitativa.

Quanto aos comerciantes de rua contemplados pelo programa, a pesquisa de satisfação realizada registrou o nível de satisfação com relação às intervenções realizadas e ao processo pelo qual passaram. A pesquisa abrangeu os comerciantes que desenvolvem suas atividades nesses espaços e foram cadastrados pelo programa, objetivando informações sobre suas percepções quanto a possível melhoria da situação socioeconômica; satisfação com os espaços públicos requalificados; e satisfação com a execução do Trabalho Técnico Social - TTS.

A metodologia utilizada foi semelhante à usada com os frequentadores dos espaços, aplicando os questionários em meses, dias e horários aleatórios, visando ouvir o maior número de beneficiários. Foram entrevistados 26 (vinte e seis) trabalhadores autônomos, sendo 11 (onze) homens e 13 (treze) mulheres, dentro do universo de 44 comerciantes autônomos cadastrados pelo programa neste recorte da pesquisa.

Figura 55- Quadro de comerciantes cadastrados

Intervenções	Comerciantes (as) de rua	Total de mulheres	Percentual	Mulheres Chefes de família
Parque do Bom Menino	5	3	60%	100%
Praça da Bíblia	4	3	60%	100%
Praça da Saudade	23	19	82,60%	68%
Praça da Misericórdia	12	5	41,66%	100%

Fonte: Semispe

A faixa etária desses comerciantes está entre 22 e 70 anos e estes receberam compensações divididas entre: quiosques, área de pergolados para venda de plantas e triciclos equipados de acordo com seu produto. Sendo assim, temos:

Figura 56- Quadro de compensações

Compensações	Parque do Bom Menino	Praça da Bíblia	Praça da Saudade	Praça da Misericórdia
Quiosques	01	03	08	06
Pergolados	04	-	-	-
Triciclos	-	01	14	06

Fonte: Semispe

Destaca-se que os 14 (quatorze) beneficiários da praça da Saudade e 1 (um) que receberam triciclos, não exercem mais suas atividades nesses espaços, uma vez que esta compensação se trata de um equipamento móvel doado pelo município e pode ser utilizado em qualquer local da cidade.

Figura 57- compensações da Praça da Misericórdia quiosques e triciclos.



Fonte: Autora (2023)

A renda das comerciantes e dos comerciantes segundo relatório apresentado pela Semispe, demonstra que cerca de 50% dos comerciantes de rua dos espaços das praças da Bíblia, Misericórdia e Parque do Bom Menino teve seus rendimentos aumentados para o equivalente a dois salários-mínimos e 20% dos trabalhadores teve aumento de seus rendimentos mensais para mais de três salários-mínimos.

Com relação ao grau de satisfação quanto a melhoria das condições para o desenvolvimento de suas atividades profissionais e melhoria econômica, 100% dos entrevistados do Parque do Bom Menino e praça da Saudade; na praça da Misericórdia, 67% destacaram que melhoraram economicamente e profissionalmente e 33% declaram-se insatisfeitos com o tipo de compensação recebida. Estes se referem ao triciclo, pois consideram pequeno e desconfortável para exercer suas atividades.

4. 2. Caminhadas e observações

4.2.1. Parque do Bom Menino e Skate Park

Como pesquisa empírica de observação dos usos e frequências do parque, foram feitas diversas visitas ao longo de 2023, em dias e horários distintos. O objetivo das visitas foi observar a frequência de mulheres e os usos que elas fazem desses espaços. Como registro da pesquisa, foram sistematizadas as percepções de duas visitas que ocorreram da seguinte forma:

- No dia 29 de abril de 2023, sábado às 17h00, acompanhada pelo meu companheiro, que se manteve distante;
- No dia 27 de maio de 2023, sábado às 11h00, sozinha.

As duas experiências foram registradas em fotos e caderneta de anotações com as percepções das visitas.

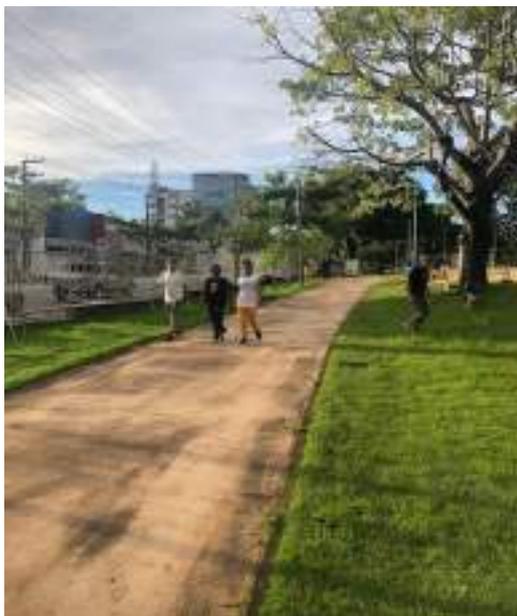
A visita realizada no dia 29 de abril à tarde, registrou um parque bem movimentado, com a presença de pessoas de várias idades em atividades esportivas e de lazer. Durante a caminhada no parque ficou perceptível a forte presença masculina nas áreas de esporte coletivo como ginásio e quadras de futebol, onde não havia nenhuma mulher participando das atividades. As mulheres estavam concentradas nas áreas destinadas a piquenique, acompanhando crianças no parquinho ou fazendo caminhadas na pista de cooper.

Figura 58-: Foto da quadra esportiva com jogo de futebol e a presença apenas de homens



Fonte: Autora (2023)

Figura 59-Foto de mulheres fazendo caminhada na pista de cooper, do parque Bom Menino



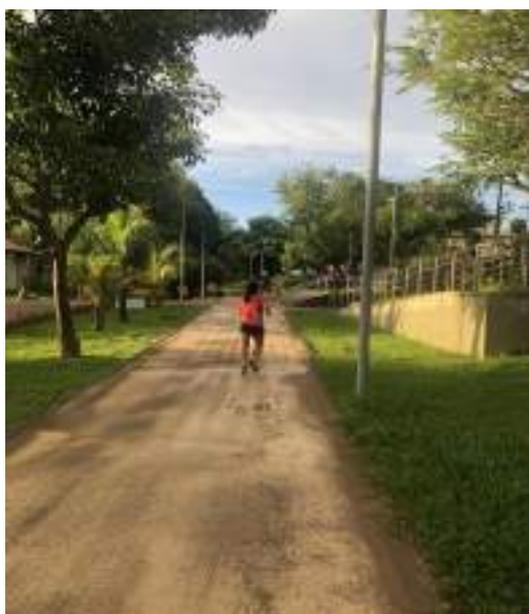
Fonte: Autora (2023)

Figura 60 - Foto de mulher utilizando o parque para lazer



Fonte: Autora (2023)

Figura 61-Foto de mulher correndo na pista de cooper, do parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

Figura 62-Foto de mulher correndo na pista de cooper, do parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

Figura 63-Foto do uso da área de piquenique do parque do Bom Menino por mulheres e crianças



Fonte: Autora (2023)

Figura 64-Foto de mulher em momento de lazer com seu pet, na área de piquenique do parque do Bom Menino.



Fonte: Autora (2023)

Figura 65-Foto de grupo de idosas de uma igreja, em passeio pelo parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

Figura 66-Foto de mulheres em momento de lazer no parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

Na visita realizada em 27 de maio às 11h00, o parque também estava com bom movimento de pessoas, embora tivesse menos frequentadores do que o período da tarde registrado na visita anterior. Estava ocorrendo um campeonato de futebol infantil no ginásio, onde só havia a presença de homens; enquanto isso as mulheres se concentraram na área do parque infantil e espaço para piqueniques. Importante registrar que senti uma sensação de incômodo, de estar sendo vigiada quando fui fotografar o campeonato que estava ocorrendo no ginásio, é que um guarda municipal passou a me acompanhar, a distância, no intuito de promover minha segurança enquanto eu fazia os registros fotográficos, com o aparelho celular nas mãos.

Figura 67- Foto campeonato de futebol no Ginásio Tião no Parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

As mulheres estavam presentes nas áreas de piquenique e parquinho infantil acompanhando crianças. Destacamos também a tentativa de inclusão de gênero nas discussões com a equipe de projetista e equipe municipal de gestão do parque, após algumas provocações

da chefe de equipe do BID, que apresentou alguns estudos sobre urbanismo feminista e propostas de inclusão utilizadas em outros países e lugares que o BID atua, durante a etapa de elaboração dos projetos. A equipe técnica de arquitetos da Semispe sugeriu que fossem incluídos um banheiro agênero, conhecido como gênero neutro, que pudesse atender a qualquer grupo de gênero e um banheiro família. Essas sugestões não foram acatadas pela gestão pública com a justificativa de que não estava previsto a construção de novos banheiros e que os existentes seriam reformados, mantendo assim as baterias de banheiros já conhecidos como feminino e masculino. Percebeu-se uma resistência interna da gestão pública em entender a necessidade da inclusão de banheiros diversos, e assim buscar soluções projetuais para atender a demanda. Na sinalização e identidade visual do parque houve um avanço que pode ser percebido nas marcações da pista de caminhada, onde o símbolo de mulher corredora foi inserido ao lado do já conhecido símbolo masculino.

Figura 68-Foto de sinalização com inclusão de gênero na pista de cooper do Parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

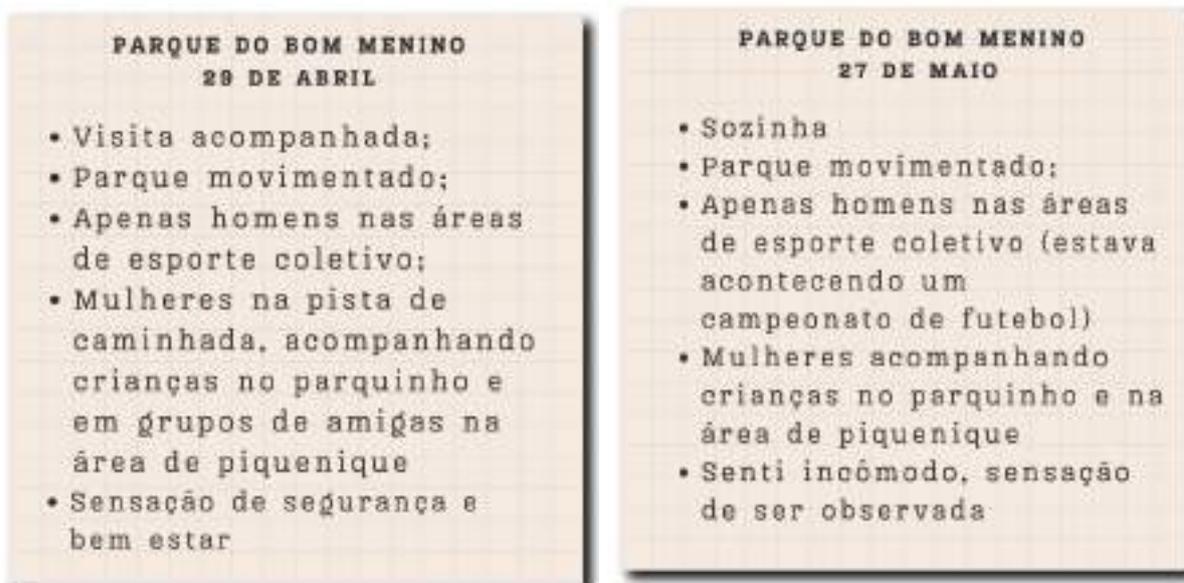
Figura 69-Foto de sinalização com inclusão de gênero no Parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

Podemos traçar um comparativo entre as visitas, apontando as sensações e percepções abaixo:

Figura 70-Quadros resumo das visitas realizadas ao Parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)

Durante as visitas, constatou-se que o principal uso do parque continua sendo para práticas esportivas e que sua frequência aumentou comparada ao período anterior às intervenções. Podemos perceber uma presença quantitativa masculina maior no parque em virtude da prática de esportes coletivos, enquanto a presença de mulheres se concentra na pista de caminhada, parquinho infantil e locais de descanso e contemplação. Os horários de maior uso seguem sendo o final da tarde. Quanto à área de skate park segue sem registro de frequência, pois em nenhuma das diversas visitas realizadas, após sua inauguração em 2022 e nem nas duas visitas registradas para a pesquisa desse trabalho realizadas em 2023, se constatou a utilização desse espaço.

Figura 71- Foto do parquinho infantil e a presença de mulheres acompanhando as crianças



Fonte: Autora (2023)

Figura 72-Foto registro da área de piquenique e parquinho infantil do Parque do Bom Menino.



Fonte: Autora (2023)

Figura 73- Foto letreiro do Parque na área de piqueniques



Fonte: Autora (2023)

4.2.2. Caminhadas e Observação pela Praça de Bíblia

As visitas realizadas na Praça da Bíblia seguiram a mesma metodologia de observação utilizada no Parque do Bom Menino. Foram diversas visitas de observação realizadas desde a sua inauguração e duas visitas registradas para comporem esta pesquisa:

- No dia 29 de abril de 2023, sábado às 16h00, acompanhada pelo meu companheiro que se manteve distante;
- No dia 27 de maio de 2023, sábado às 10h00, sozinha.

Na primeira visita percebeu-se a frequência maior de mulheres ao final da tarde, acompanhado crianças ao parquinho, utilizando o espaço para passear com pets e algumas jovens jogando bola com amigos. Nesta data, encontramos um grupo de mulheres sentadas na praça, aguardando iniciar o ensaio do seu grupo de dança para apresentação junina, pois o grupo ensaiaria em um local próximo à praça da Bíblia. Todas eram de outros bairros e não tinham hábito de frequentar a praça da Bíblia, algumas estavam acompanhadas de crianças e explicaram que tinham que levá-la porque não tinham com quem deixar.

Perguntadas sobre como se sentiam naquele espaço da praça da Bíblia, as mulheres responderam que estavam gostando do espaço, se sentiam seguras e que era um local muito agradável de ficar. Uma das jovens relatou sua insatisfação com a localização da parada de ônibus, afastada do meio fio da calçada o que fazia com as pessoas que estavam no abrigo não conseguissem ver os ônibus a distância.

À noite a movimentação da praça começa a aumentar e a frequência também assume outras características, agora com um público mais jovem de homens nas áreas dos quiosques de alimentação, confirmando os dados da pesquisa apresentada pela Semispe. E corroborando com a análise de que as mulheres ainda têm sua presença nesse espaço atrelada a atividades de cuidado, como levar o filho ao parquinho, cuidar do pet, ou até procurar um local para acomodar suas crianças enquanto espera para ir a um compromisso.

A praça da Bíblia possui 3 quiosques de lanche, mas que estavam fechados, funcionando apenas à noite. Destacamos que ambos foram cedidos a mulheres que já desempenhavam suas atividades na praça antes da intervenção em barracas e pequenos trailers e que agora seguem desempenhando suas atividades. Durante a visita que fizemos, pudemos perceber uma sensação de segurança e sororidade nos olhares das mulheres que se cruzaram no ambiente, conforme demonstram as fotos, a seguir:

Figura 74-Foto de mulher acompanhando filha no parquinho



Fonte: Autora (2023)

Figura 75-Foto de jovens mulheres conversando na praça



Fonte: Autora (2023)

Figura 76- Jovens meninas jogando bola na praça da Bíblia



Fonte: Autora (2023)

Figura 77- Mulheres na praça da Bíblia de grupo de dança aguardando para ensaio



Fonte: Autora (2023)

Figura 78- Mulher passeando com seu pet na praça da Bíblia



Fonte: autora (2023)

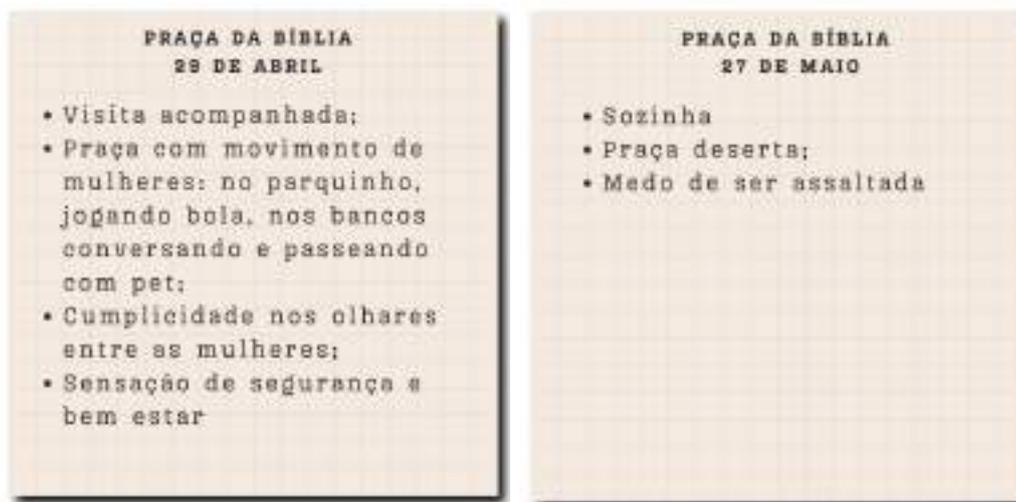
A segunda visita registrada ocorreu no sábado pela manhã, dia 27 de maio por volta das 10h45. Eu estava sozinha fazendo os registros fotográficos, com um celular, e a praça estava completamente vazia, o que me deixou muito insegura para fazer as fotos. Precisei me distanciar para fazer fotos que mostrassem a praça, me deslocando para as calçadas do seu entorno, o trânsito intenso de veículos e motos me deu a sensação de insegurança, medo de ser assaltada por estar com aparelho celular nas mãos fazendo as fotos da praça da Bíblia.

Figura 79- Foto praça da Bíblia deserta durante a visita de campo, sábado pela manhã.



Fonte: Autora (2023)

Traçando um comparativo entre as duas visitas temos:



A praça da Bíblia mantém uma frequência que se inicia ao entardecer e se intensifica à noite, com a utilização dos quiosques de lanches e churrasquinho. As mulheres, embora estejam presentes em diversos horários deixam neste espaço, deixam perceptível que sua utilização está atrelada a atividades de cuidado, como levar as crianças ao parquinho, passear com pet. Importante destacar a presença de crianças e adolescentes sem o acompanhamento de responsáveis, o que denota segurança neste ambiente no período da tarde, com a movimentação na praça.

4.2.3. Caminhadas e Observações pela Praça da Misericórdia

As visitas registradas na praça da Misericórdia seguiram a mesma metodologia que a praça da Bíblia e o Parque do Bom Menino, sendo assim, foram diversas visitas de observação desde as suas inaugurações e duas visitas registradas, ocorridas nos dias 29 de abril e 27 de maio de 2023.

A primeira ocorreu num sábado à tarde por volta das 15h00, mas, estava acompanhada do meu parceiro que continuou me observando a distância. A praça tinha pouca movimentação, os quiosques de lanche e refeição estavam funcionando; notei a presença de algumas senhoras moradoras do entorno conversando na praça. Alguns bares do entorno da praça, localizados na rua de Santa Rita, utilizam a praça para colocar suas mesas. Minha sensação foi de bem-estar, tranquilidade e segurança. A praça da Misericórdia trouxe uma sensação de espaço público de

cidade pequena, com pouca intervenção de barulho e movimentação ao redor, uma vez que a maioria dos frequentadores já se conhecem e estabeleceram relações sociais e de afetividade.

Figura 80- Foto de senhoras conversando na praça da Misericórdia



Fonte: Autora (2023)

Figura 81- Foto da movimentação na praça da Misericórdia



Fonte: Autora (2023)

Figura 82- Foto da Praça da Misericórdia



Fonte: Autora (2023)

Figura 83- Foto Praça da Misericórdia



Foto: Autora (2023)

A segunda visita, ocorreu no dia 27 de maio pela manhã, às 10h30, mas, desta vez, a praça estava mais deserta e apenas um dos quiosques funcionava, o quiosque Mãe e Filha, que serve almoço, prontas para preparar e servir seus fregueses.

Figura 84 - Foto de quiosque na Praça da Misericórdia



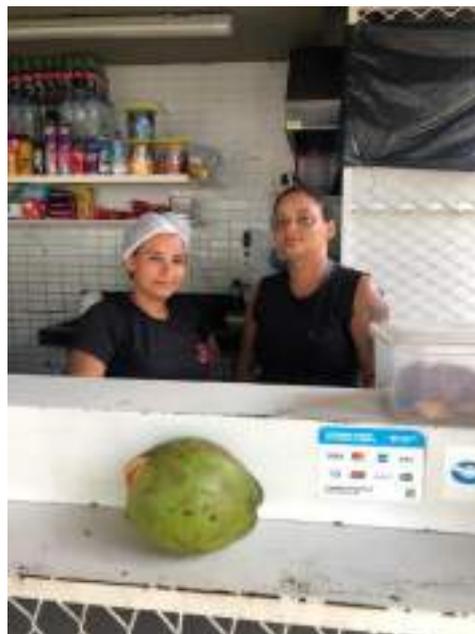
Fonte: Autora (2023)

Figura 86-Foto de quiosques fechados na praça da Misericórdia



Fonte: Autora (2023)

Figura 85- Foto proprietária do quiosque e sua funcionária



Fonte: Autora (2023)

Figura 87- Foto de criança brincando no parquinho da praça da Misericórdia



Fonte: Autora (2023)

Figura 88- Foto de vendedor de frutas e triciclo na praça da Misericórdia



Foto: Autora (2023)

Durante as visitas realizadas o registro das percepções foram:

PRAÇA DA MISERICÓRDIA 29 DE ABRIL	PRAÇA DA MISERICÓRDIA 27 DE MAIO
<ul style="list-style-type: none">• Visita acompanhada• Pouca movimentação• Quiosques em funcionamento• Algumas senhoras na praça• Sensação de segurança	<ul style="list-style-type: none">• Sozinha• Pouca movimentação• Apenas um quiosque em funcionamento para o almoço• Venda de frutas na praça para moradora do entorno• Sensação de segurança

Analisando as visitas realizadas, a praça da Misericórdia pode ser descrita como um espaço de tranquilidade e de encontros de pessoas que circulam no seu entorno ou moram na região, o que transforma o espaço em local de convivência tranquila entre frequentadores, comerciantes e moradores do entorno.

4.2.4. Caminhadas e Observações pela Praça da Saudade

As visitas de observação ocorreram na praça da Saudade em diversos momentos, de acordo com a metodologia adotada, foram realizados dois registros em dias e horários diferentes. A primeira visita registrada na praça da Saudade, ocorreu no dia 29 de abril às 16h00, a praça estava com pouca movimentação, algumas atividades de início dos trabalhos noturnos, com pessoas montando brinquedos infantis, os quiosques fechados, um grupo de pessoas conversando na arquibancada, pessoas passando, cruzando a praça como um caminho para seus destinos e algumas crianças chegando acompanhadas de suas cuidadoras. Homens na área das mesas dos quiosques como se estivessem aguardando a abertura dos estabelecimentos. Os quiosques da praça da Saudade, ao contrário da praça da Misericórdia, funcionam como bares e lanchonetes apenas à noite. A sensação de final de tarde na praça da Saudade é de tranquilidade, mas também como se estivessem se preparando para uma festa que está prestes a começar.

Figura 89- Foto de pessoas circulando pela praça da Saudade e grupo sentado na arquibancada conversando



Fonte: Autora (2023)

Figura 90- Foto de criança chegando na praça acompanhada de sua cuidadora



Fonte: Autora (2023)

Figura 91-- Foto da montagem de brinquedos na praça da Saudade e mulheres utilizando o espaço como passagem para seus destinos.



Fonte: Autora (2023)

Figura 92-Foto da área de mesas nos quiosques. Vendedora de jogos e grupo de homens conversando nas mesas.



Fonte: Autora (2023)

A praça é também um local de encontro entre moradores e trabalhadores da região. Muitas pessoas se cumprimentavam ou paravam para rápidas conversas enquanto passavam pela praça.

Figura 93- Foto de pessoas conversando na praça da Saudade



Fonte: Autora (2023)

A segunda visita registrada, ocorreu no dia 17 de maio pela manhã, às 10h30. Encontramos um espaço totalmente diferente, ocupado por uma feira de hortifruti organizada pela prefeitura, que ocorre todos os sábados pela manhã. Nessa data também estava ocorrendo um brechó, organizado por mulheres na área da praça de alimentação. A praça estava muito movimentada.

Figura 94- Foto da Feira de hortifruti na praça da Saudade



Fonte: Autora (2023)

Figura 95- Foto da área destinada ao comércio de flores na praça da Saudade



Fonte: Autora (2023)

Como registro comparativo entre as duas visitas temos:

PRAÇA DA SAUDADE 29 DE ABRIL	PRAÇA DA SAUDADE 27 DE MAIO
<ul style="list-style-type: none"> • Visita acompanhada • Movimento começando a crescer • Mães com crianças • Grupo de senhoras conversando • Quiosques fechados • Sensação de segurança 	<ul style="list-style-type: none"> • Sozinha; • Praça muito movimentada por feira semanal • Diversidade de público • Segurança

Ao final das visitas de observações, temos a mesma percepção de segurança no espaço, apesar de os registros terem sido feitos em dois momentos, com realidades distintas. À tarde a movimentação priorizava os usos de convivência entre os frequentadores e atividades voltadas para crianças com a presença de mulheres acompanhando as atividades de cuidado. No sábado pela manhã, com a feira ocupando a praça, temos uma diversidade de frequentadores. A praça da

Saudade segue sendo um espaço com maior utilização nos turnos vespertino e noturno, o que foi demonstrado nas pesquisas de satisfação pós-ocupacional realizada pela Semispe. A praça da Saudade pelo predomínio do comércio de alimentos e bebidas tem uma frequência equilibrada de mulheres e homens.

4. 3. Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade

Como última etapa da pesquisa de campo, aplicamos a metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, adequando a metodologia cocriada pelas organizações Rede MÁs, SampaPé! E Fórum de Mulheres da Zona Norte da cidade de São Paulo em um grupo composto por mulheres que foram convidadas a participar da atividade durante dois dias. Iniciando no dia 13 de setembro, uma quarta-feira às 19h00 e o segundo dia, 16 de setembro, um sábado iniciando às 9h00. Os critérios para escolha dessas mulheres estabelecidos é que fossem moradoras da área do centro, trabalhadoras da região e ou usuárias dos espaços públicos do território. Além de diversidades de: faixa etária; raça/etnia; utilização de meios variados de transporte como forma de locomoção e lazer.

O convite foi feito de forma individual, através de contato telefônico ou rede social e foi encaminhado um convite digital via whatsapp, após a confirmação de disponibilidade para participar da auditoria.

Figura 96- Convite digital enviado as mulheres participantes da Auditoria



Fonte: Autora (2023)

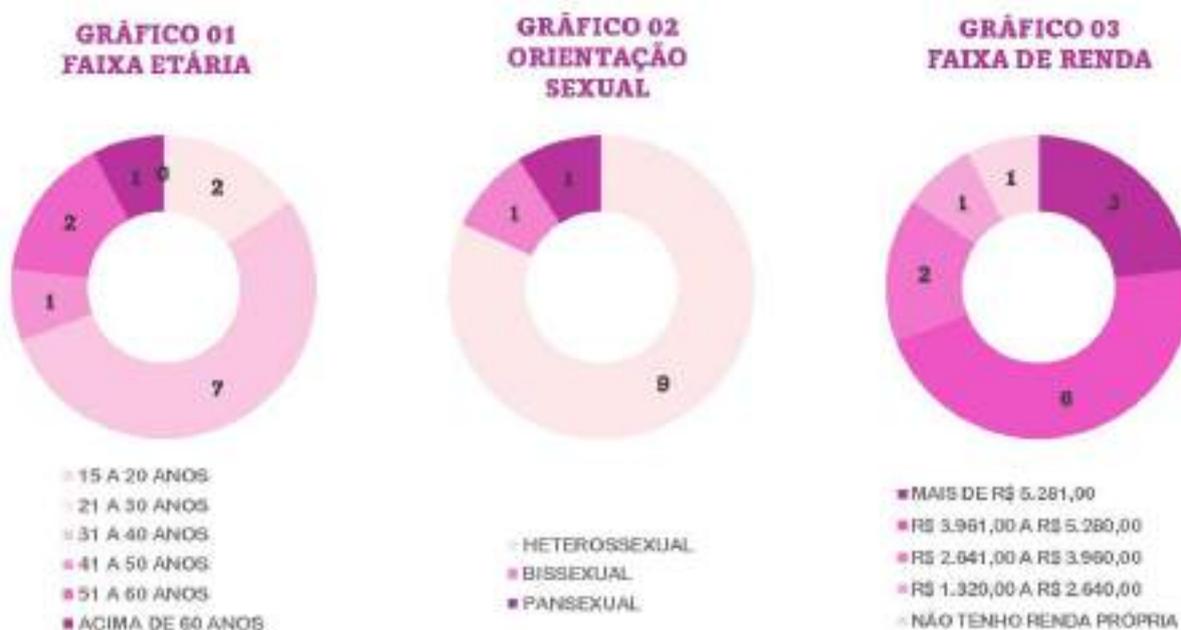
Foram organizados dois locais de apoio para os dois dias de atividades, o primeiro foi a sede do Senac localizado na rua do Passeio e para o segundo dia, o Salão Paroquial da Igreja de São Pantaleão, na rua de São Pantaleão. Ambos estavam próximos à praça da Misericórdia e continham acessibilidade para atender à pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

4.3.1. Análise do Perfil das Participantes

Foram convidadas 19 mulheres para compor o grupo que desenvolveria as atividades durante dois dias. Ao chegarem para o primeiro dia, as mulheres participantes foram solicitadas a preencher uma ficha anônima de caracterização e um termo de autorização de uso das imagens. O objetivo da ficha de caracterização era garantir e registrar que a auditoria fosse feita a partir da

diversidade de perspectivas das mulheres, uma vez que, mesmo entre mulheres, a experiência de segurança e mobilidade no espaço público muda. Destacamos que algumas mulheres participaram de apenas um dos dois dias de auditoria.

As participantes tinham entre 25 e 84 anos e eram compostas por mulheres brancas, pretas e pardas. Quanto à orientação sexual, uma mulher se declarou pansexual e outra bissexual e o restante das participantes se declararam heterossexuais. Com relação à residência, tivemos representantes de diversos bairros da cidade, além do centro.





A maioria das participantes declarou viver em residência própria. Quanto à escolaridade, tivemos um número expressivo de mulheres com ensino superior e pós-graduação. A maioria das mulheres declarou ter renda própria variando entre R\$ 3.961,00 a R\$5.280,00 o que se justifica pelo fato de esse grupo ter escolaridade alta, comparada com a maioria da população.

Dessa forma, foi possível construir um grupo de participantes com perspectivas diferentes, embora ainda não tenhamos conseguido a participação de outros segmentos do amplo universo das mulheres. A variedade de características das participantes da auditoria permitiu que os resultados apresentassem visões complementares e integradas sobre os temas abordados.

Figura 97-Foto de grupo de mulheres iniciando as atividades de auditoria de segurança de gênero no SENAC



Fonte: Autora (2023)

Figura 98-Foto da apresentação da equipe de facilitadoras no início da auditoria de segurança de gênero no SENAC.



Figura 99- Foto participante preenchendo o formulário de caracterização acompanhada dos filhos



Fonte: Autora (2023)

Figura 100- Foto das facilitadoras organizando os mapas para atividade de auditoria de segurança de gênero.



Fonte: Autora (2023)

4.3.2. Resultados das Atividades

Após as boas-vindas às participantes, fizemos uma breve apresentação sobre o tema da pesquisa e o objetivo da aplicação da metodologia para a etapa de pesquisa de campo, destacando que as mulheres que estavam ali presentes eram as especialistas da Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade. Houve uma roda de conversa na qual cada uma se apresentou e disse seu lugar favorito em São Luís.

- A maioria das participantes citou o centro histórico e praias da cidade, apenas uma citou as praias da região em que mora, no Itaqui Bacanga.
- Entre os lugares citados, destacaram-se lugares verdes como praças e parques.

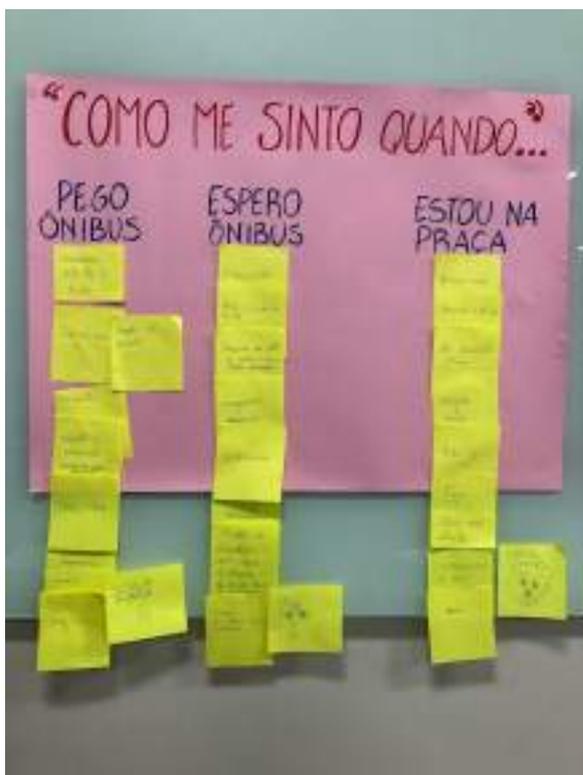
Em seguida iniciamos com a atividade “Como me sinto quando...”, que tinha como objetivo despertar nas participantes ideias e reflexões acerca de suas escolhas de deslocamento. A dinâmica foi explicada de modo breve, sem discussões anteriores para que as participantes pudessem expor o sentimento que primeiro viesse à mente diante dos locais solicitados.

Todas as participantes receberam *post-its* e canetas para que registrassem em até 30 segundos, qual seu “sentimento” em relação a cada meio de locomoção citado. E depois foram convidadas a colar suas respostas nos espaços respectivos no cartaz.

A pergunta provocadora foi: Quais são as primeiras palavras ou frases que vêm à sua cabeça quando vocês pensam em como se sentem quando...?

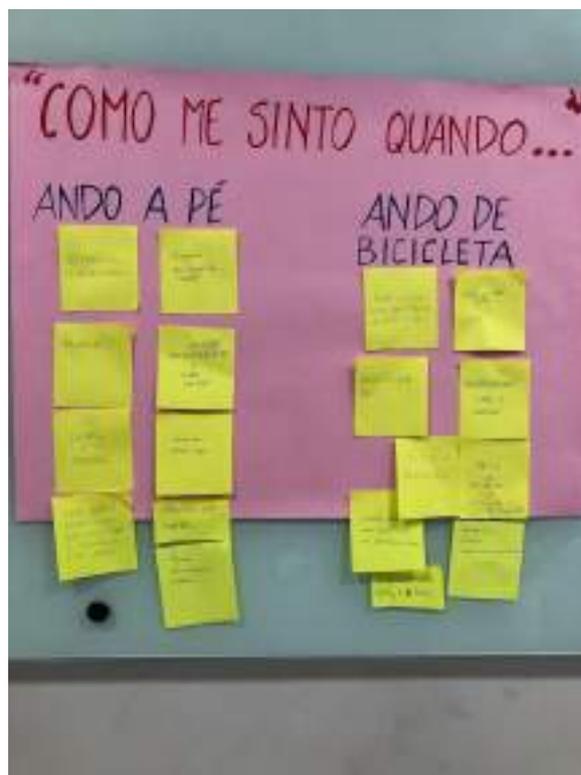
- Ando a pé
- Ando de bicicleta
- Pego o ônibus
- Espero o ônibus no ponto
- Sento/ estou na praça/espço público

Figura 101-Foto cartaz atividade “Como me sinto quando...” desenvolvida na oficina de auditoria



Fonte: Autora (2023)

Figura 102-Foto cartaz atividades "Como me sinto quando..." desenvolvida na oficina de auditoria



Fonte: Autora (2023)

Durante a explicação da atividade, várias mulheres se manifestaram em voz alta expressando comentários negativos quanto a alguns pontos especificados. Destacam-se que alguns comentários foram contraditórios acerca da mesma experiência registrando sensações de bem-estar e de apreensão como “atenta”, “tensa” e “feliz”.

Com relação aos modos ativos, caminhar está associado a sensações de atenção, tensão, observação e liberdade enquanto andar de bicicleta é relacionado a sensações mais positivas como independência, energia, relaxamento e felicidade. Embora nem todas as participantes praticassem, todas expressaram sentimentos positivos, mesmo com a sinalização de preocupação com o trânsito.

As sensações demonstradas com o transporte coletivo foram de apreensão, cansaço, medo, impaciência e insegurança. Contudo também foi descrita a sensação de “alívio”, como se deixar a parada de ônibus e entrar no transporte já retirasse o peso da espera, e diminuísse a situação de

tensão. Já as sensações relacionadas à permanência em espaços públicos e praças foi de relaxamento e felicidade, porém a palavra “atenta” foi lembrada diversas vezes.

A segunda atividade foi a definição do trajeto específico a ser auditado (observado). Inicialmente as participantes marcaram em um mapa da área central, os trajetos que fizeram para chegar até o local da atividade, marcaram também os locais que conheciam no entorno, e costumavam frequentar e locais que não se sentiam à vontade para transitar. Cada participante marcou seu trajeto com uma cor diferente das outras participantes. Após todas se localizarem no mapa, as participantes foram divididas em dois grupos e partiram para escolha de trajetos diferentes que sairiam do prédio do SENAC e se deslocariam para a praça da Misericórdia seguindo até a praça da Saudade.

Figura 103-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa.



Fonte: Autora (2023)

Figura 104-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa.



Fonte: Autora (2023)

Figura 105-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa



Fonte: Autora (2023)

Figura 106-Foto de participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa



Fonte: Autora (2023)

Essa atividade evidenciou um desafio enfrentado por algumas das participantes, que tiveram dificuldade em identificar sua localização no mapa e em adicionar outros pontos de referência. As facilitadoras precisaram intervir nessas situações, e ajudar a identificar os pontos de referência sinalizados pelas participantes para que pudessem ter maior entendimento do mapa.

Todas as participantes vieram de carro próprio ou de carona, sendo assim, não tivemos registro de trajetos feitos de transporte público ou a pé. Após o registro dos percursos realizados pelas participantes, foram definidas duas rotas para realizar a caminhada de análise:

Os grupos saíram do SENAC às 20h00. O grupo que percorreu a rota 1 seguiu pela Rua do Passeio até a Travessa do Monteiro, Rua do Norte até a Praça da Misericórdia, dando a volta na praça pela Rua de Santa Rita, retomando a Rua do Norte e virando na Rua da Palha para chegar à Rua do Passeio, seguindo até atravessar a Rua das Cajazeiras e percorrendo até a Praça da Saudade.

O grupo responsável pela análise da rota 2 saiu do SENAC, na rua do Passeio, passando pela Rua da Palha, Rua do Norte, contornando a Praça da Misericórdia, seguindo pela Rua de Santa Rita, Rua da Cotovia, Rua do Norte, cruzando a Rua das Cajazeiras, seguindo pela Rua do Passeio, Rua Santiago, Rua do Norte, até chegar a Praça da Saudade.

A caminhada noturna do grupo 1 não ocorreu em silêncio, o grupo era composto por 4 mulheres sendo 1 facilitadora e contou com a participação de duas crianças de 4 e 7 anos, filhos de uma das participantes. As crianças se divertiram subindo nos obstáculos e parquinhos das praças e só apresentaram insegurança quanto à presença de insetos e roedores pelo trajeto. O grupo se manteve caminhando próximo e atento, principalmente com as crianças andando em locais mais escuros e com calçadas esburacadas.

- O primeiro trecho foi o mais tenso por estar deserto o que causou um silêncio e incômodo no grupo;

- O incômodo só passou na chegada à Praça da Misericórdia, que apesar de estar com a iluminação apresentando problemas, estava com movimento de pessoas e música;

- As crianças aproveitaram o parquinho e o mobiliário para brincar;

- Algumas mencionaram as sujeiras nas calçadas, mau odor e o estado ruim das calçadas nos trechos seguintes;

- Houve um pouco de tensão na travessia da Rua das Cajazeiras na proximidade do Hospital Djalma Marques, pois não havia sinalização, faixa e se tratava de um trecho largo de rua e em uma ladeira com os veículos descendo em alta velocidade. As participantes atravessaram juntas como se criassem uma barreira de proteção para as crianças;

- Na Rua do Passeio, em frente a um bar, as participantes passaram a andar pela rua, evitando a calçada onde estavam as mesas com homens;

- A área próxima à Praça da Saudade e a chegada a este espaço foi uma sensação de alívio;

- O grupo comentou como a praça estava movimentada e bem iluminada, sensação de segurança com a presença de um grupo de ciclistas e pessoas nos quiosques.

A caminhada noturna do grupo 2 foi realizada por um grupo de 5 mulheres, sendo duas facilitadoras. Durante o percurso andaram em silêncio e sempre próximas umas das outras. Em geral, o grupo caminhava em estado de atenção e alerta. Por vezes, parte do grupo se distanciou alguns metros umas das outras e quem estava mais à frente frequentemente olhava para trás, a fim de observar quem estava mais longe. Nenhuma mulher andou sozinha em nenhum trecho do percurso.

- Algumas participantes comentaram a sensação de medo logo no início da caminhada porque cruzaram com um homem em uma área escura;

- A sensação de insegurança passou na chegada a Praça da Misericórdia com a movimentação dos bares e a música na praça;

- Algumas participantes comentaram o incômodo em vários trechos com lixo e calçadas danificadas;

- Na chegada à Praça da Saudade os comentários foram de alívio, conforto, cheiro de comida e sensação e segurança.

Observação das facilitadoras sobre a dinâmica da caminhada

O grupo 1 estava com duas facilitadoras e uma delas ficou responsável de fazer os registros fotográficos. As observações foram:

• **Trecho 01**- Rua do Passeio à Travessa do Monteiro em frente ao Hospital Português: O trecho estava deserto, como todos os imóveis da travessa fechados. Ao atravessar para a Rua do Norte, uma caminhonete com um homem parou na esquina para adentrar a rua, ficando ao lado do grupo, pois nesse momento, houve uma rápida sensação de susto com essa aproximação, que foi relatada por uma das participantes;

• **Trecho 02** – Praça da Misericórdia: a caminhada por esse trecho foi mais descontraída e mais lenta, algumas participantes se sentaram nos bancos para anotarem suas sensações. As crianças correram e brincaram livremente;

• **Trecho 03** -Rua da Palha a caminho da Rua do Passeio, um pequeno momento de apreensão quando as crianças desceram correndo a rua e se distanciaram do grupo, e uma mãe gritou chamando as crianças.

• **Trecho 04** – Rua do Passeio na lateral do Hospital Djalma Marques, apenas a movimentação no hospital com a saída de uma ambulância, e pessoas no pátio. Esse trecho da rua tem iluminação precária e mau cheiro, além das calçadas esburacadas. Os imóveis do entorno estão na maioria abandonados. As participantes instintivamente se aproximaram e passaram a andar mais juntas;

• **Trecho 05** – Travessia Rua das Cajazeiras: momento de tensão, o grupo não sabia como atravessar. Rua larga, iluminação deficiente, ladeira com carros descendo com velocidade. As participantes atravessaram rápido e juntas, formando uma barreira. Uma delas comentou que se estivesse sozinha não teria atravessado.

• **Trecho 06** – Rua do Passeio até a Praça da Saudade: as participantes comentaram que era bem movimentado, com muitas residências, academia e uma igreja. Sensação de segurança com as fachadas permeáveis. A chegada na praça da Saudade foi muito boa.

O grupo 2 estava com duas facilitadoras e uma fotógrafa para realizar os registros da caminhada noturna. As observações foram:

• **Trecho 01** – Rua do Norte, entre a Rua da Palha e a Praça da Misericórdia - próximo à Santa Casa: O trecho estava mal iluminado e deserto. Quando passamos por esse trecho, cruzamos com um homem andando sozinho, que cumprimentou com um “boa noite” duas de nós que andavam um pouco mais à frente. Ao passar por elas, ele olhou para trás e observou seus corpos, logo após seguiu. A sensação descrita pelo grupo foi de insegurança quanto a assalto ou importunação sexual.

• **Trecho 02** - Praça da Misericórdia: Nesse trecho, o trajeto foi mais tranquilo, pois o espaço público estava melhor iluminado e nós encontramos pessoas utilizando a praça (sentadas em mesas de um bar próximo, onde havia um movimento típico do estabelecimento bem como música alta).

• **Trecho 03** – Rua de Santa Rita: Seguimos por esse trecho e novamente percebemos que a iluminação estava precária. Era um trecho com edificações residenciais, mas não havia ninguém passando pela rua naquele momento. O grupo seguiu em estado de atenção.

• **Trecho 04** – Rua da Cotovia e Rua do Norte: este trecho já estava mais movimentado, porém nos deparamos com outros desafios, como a calçada estreita e muitos obstáculos no percurso que dificultou a caminhada (objetos na calçada, lixo, rampas fora do padrão de acessibilidade), o que fez com que o grupo desviasse da calçada algumas vezes, e percorresse o espaço da rua destinado aos carros. Este movimento gerou uma sensação de insegurança quanto a acidentes no percurso.

• **Trecho 05** – Av. Cajazeiras: A seguir realizaram a travessia pela avenida Cajazeiras. Embora seja uma avenida sinalizada, há sempre um fluxo intenso de veículos, até mesmo por ela ser larga. Ao atravessar a avenida, houve uma certa apreensão quanto à segurança viária.

• **Trecho 06** – Rua do Passeio: Em seguida, o grupo caminhou por um trecho da rua do Passeio, que estava um pouco mais movimentado, com comércio e bares funcionando. A iluminação estava boa e seguimos o trajeto com mais segurança.

• **Trecho 07** – Rua do Norte: Durante o trajeto percorrido na Rua do Norte, novamente o grupo ficou em estado de alerta, pois a rua estava deserta e havia muitos lotes vazios e casas abandonadas. Durante o trajeto depararam-se com um idoso, deficiente e morador de rua, que apenas observou a passagem do grupo. Em seguida passou um homem dirigindo uma moto em velocidade lenta e em um determinado momento parou seu percurso. O relato do grupo foi novamente de apreensão e medo de assalto. O grupo seguiu o resto do percurso até a Praça da Saudade.

• **Trecho 08** – Praça da Saudade: Na Praça, o grupo encontrou um ambiente iluminado e com muita movimentação. Pessoas estavam nas lanchonetes, moradores nos bancos das praças e crianças nos brinquedos. A sensação relatada pelo grupo foi de tranquilidade e segurança.

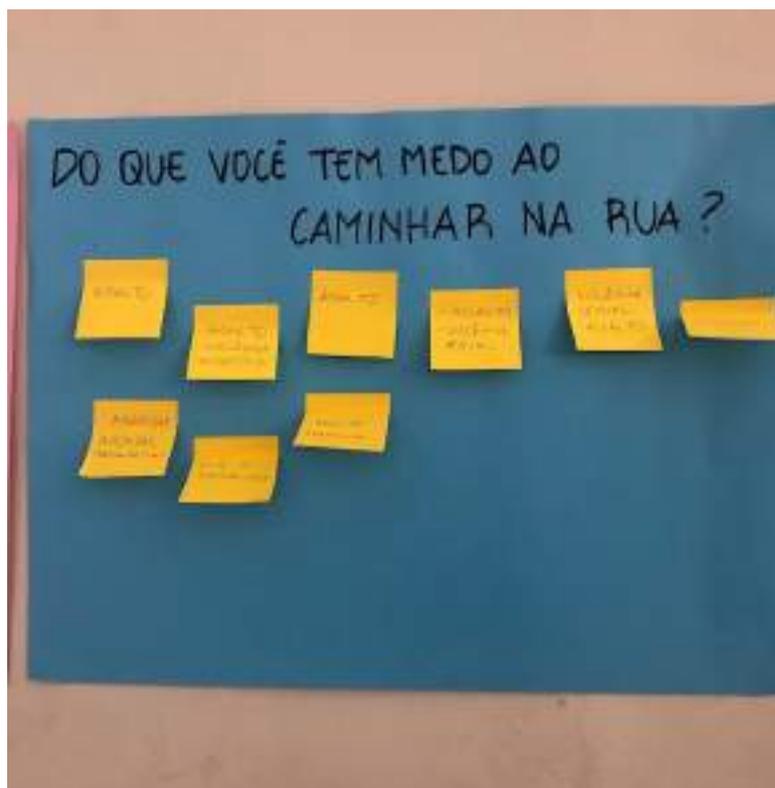
Grupos	Trechos			
Grupo 01	Trecho 01	1	1	2
	Trecho 02	3	1	
	Trecho 03		1	3
	Trecho 04		2	2
	Trecho 05			4
	Trecho 06	4		
Grupo 02	Trecho 01	1	1	3
	Trecho 02	5		
	Trecho 03	2	2	1
	Trecho 04		5	
	Trecho 05		4	1
	Trecho 06	4	1	
	Trecho 07		3	2
	Trecho 08	5		

Os trechos melhor avaliados correspondem às praças da Misericórdia e da Saudade, e os trechos que obtiveram as piores avaliações correspondem à insegurança na travessia de rua e local onde o grupo de participantes cruzou com um homem e sentiram que ele as observava.

No segundo dia de atividades, tivemos uma conversa sobre conceitos de mobilidade sustentável, mobilidade ativa, segurança e violência de gênero, de forma que as participantes compartilhassem suas visões.

Iniciamos os trabalhos com uma roda de conversa com pouca mediação, para estabelecer as conexões e diferenças entre os medos das diversas violências às quais mulheres estão expostas. Durante a conversa, uma das facilitadoras registrava as falas para fixação no cartaz que continha a seguinte pergunta gatilho: Do que você tem medo ao caminhar na rua?

Figura 109-Foto Cartaz da atividade “Do que você tem medo ao caminhar na rua?”



Fonte: Autora (2023)

Destacamos alguns comentários das participantes durante a conversa:

Elementos físicos foram citados como dificultadores ao caminhar na rua e que também influenciam na sensação de medo, como: calçadas com o piso quebrado, lixo obstruindo a passagem, buracos e desníveis nas calçadas. Tópicos que são associados à falta de caminhabilidade e de infraestrutura para a mobilidade a pé foram associados à sensação de segurança nas participantes mais velhas. Uma das participantes mais jovens comentou: “a senhora deixa de ver a cidade para ficar olhando para o chão”. Além da sensação e insegurança relacionada à falta de infraestrutura física dos espaços, o medo de fatos intervenientes como acidentes ou situações imprevistas que possam atingi-las nas vias públicas, também foi expresso pelas senhoras.

O medo de sofrer assalto aparece misturado com o medo de sofrer violência sexual. O segundo foi exposto pela participante mais nova e em seguida as outras mulheres concordaram e apresentaram como um medo importante. As mulheres mais velhas não acrescentaram este como

um dos seus medos. Destaca-se, no entanto, a fala de uma das participantes que expressou não sentir medo nenhum ao andar pela cidade e que costuma se locomover de patins ou de bicicleta por todos os lugares, sentindo-se segura.

Caminhar sozinha em locais vazios ou com pouca iluminação também foram situações citadas que causavam medo. A percepção permaneceu também em situações com presença de homens nas ruas.

Na segunda etapa da roda de conversa, foi apresentado um cartaz com as definições e diferenças de insegurança por razões de violência econômica como assalto e sequestro; e por razões de gênero como assédio sexual, estupro, agressão física por misoginia, homofobia ou transfobia, incluindo ciúmes e discriminação.

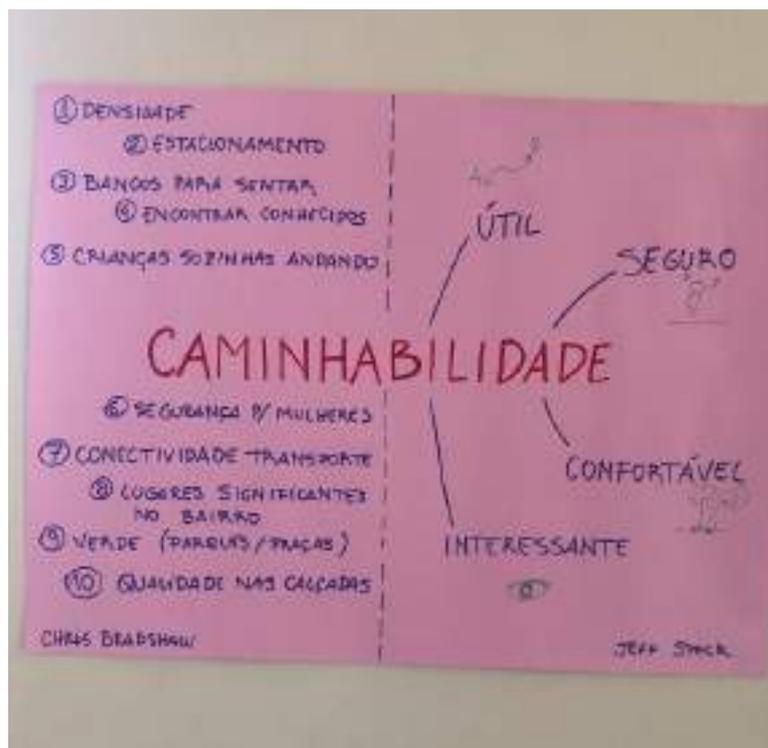
Figura 110-Foto de cartaz com infográfico sobre violência



Fonte: Autora (2023)

Algumas participantes, após a conversa, citaram que se sentiam mais vulneráveis às violências após ver o infográfico. A terceira etapa da roda de conversa foi a apresentação dos conceitos sobre mobilidade e espaço público.

Figura 111-Foto de cartaz sobre caminhabilidade



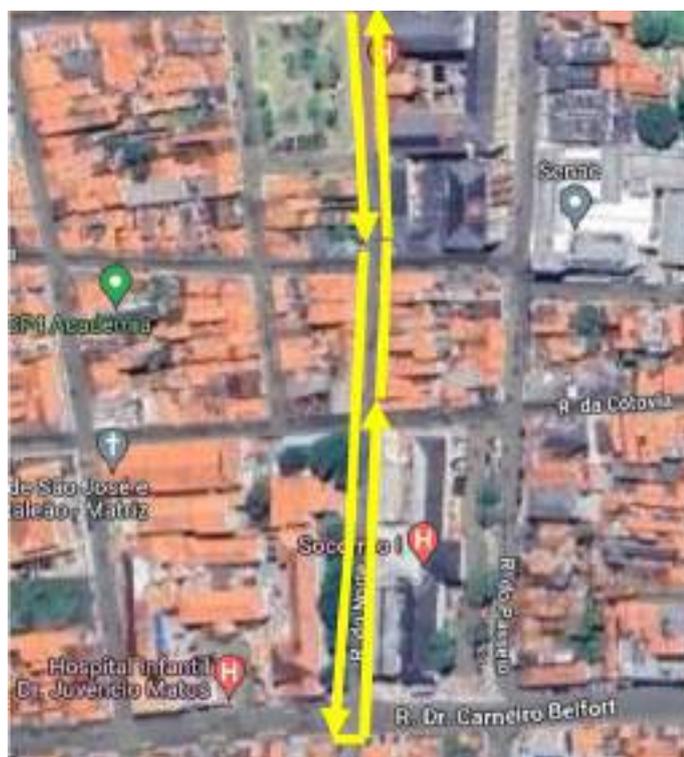
Fonte: Autora (2023)

Após finalizadas as etapas de roda de conversa, as participantes foram divididas em 4 grupos para iniciar a análise das camadas através da atividade de caminhada de avaliação e caminhabilidade. Uma pessoa por grupo ficou responsável por tirar fotos com as molduras verde e vermelha dos exemplos que justificam e ilustram as notas das participantes.

Cada grupo foi acompanhado por uma facilitadora que orientou a metodologia e os itens que deveriam ser analisados pelo grupo, durante a caminhada. Os grupos saíram com diferença de um minuto entre um e outro para dar maior distanciamento durante o percurso. Todos os grupos fizeram o mesmo trajeto, analisando um lado da calçada, tirando fotos e anotando as observações e retornando pelo outro lado da rua, na outra calçada. O trajeto foi escolhido durante a roda de conversa, ficando definido a saída do salão paroquial da Igreja de São Pantaleão em direção à praça da Misericórdia, seguindo para o ponto de ônibus na avenida das Cajazeiras.

CAMADA DE BAIXO	Calçadas e travessias: Largura/ Inclinação/ Pavimentação/ Obstáculos/ Segurança das travessias e segurança viária
CAMADA DE CIMA	Tudo o que está sobre a calçada e fachadas: Iluminação/ Conforto térmico/ Lugares para descansar e passear/ Limpeza e poluição/ Presença e qualidade da sinalização/ Comércio e outros serviços na calçada/ Interação com a rua/ Fachadas/ Violência simbólica
CAMADA DE ACESSO	Conexão com outros transportes e lugares: Acesso ao transporte público/ Acesso a edifícios/ Sinalização/ Acessibilidade/ Lugar de espera
CAMADA DE USOS E PESSOAS	Sensação e interação: Condições das construções/ Diversidade/ Outras atividades/ Sons no caminho/ Cheiros/ Atitudes e comportamentos na rua

Figura 112- Rota escolhida para avaliação das camadas



Fonte: Autora (2023)

Figura 113-Foto participantes registrando pontos positivos no trecho de análise



Fonte: Autora (2023)

Figura 114-Foto de participantes realizando a atividade de campo.



Fonte: Autora (2023)

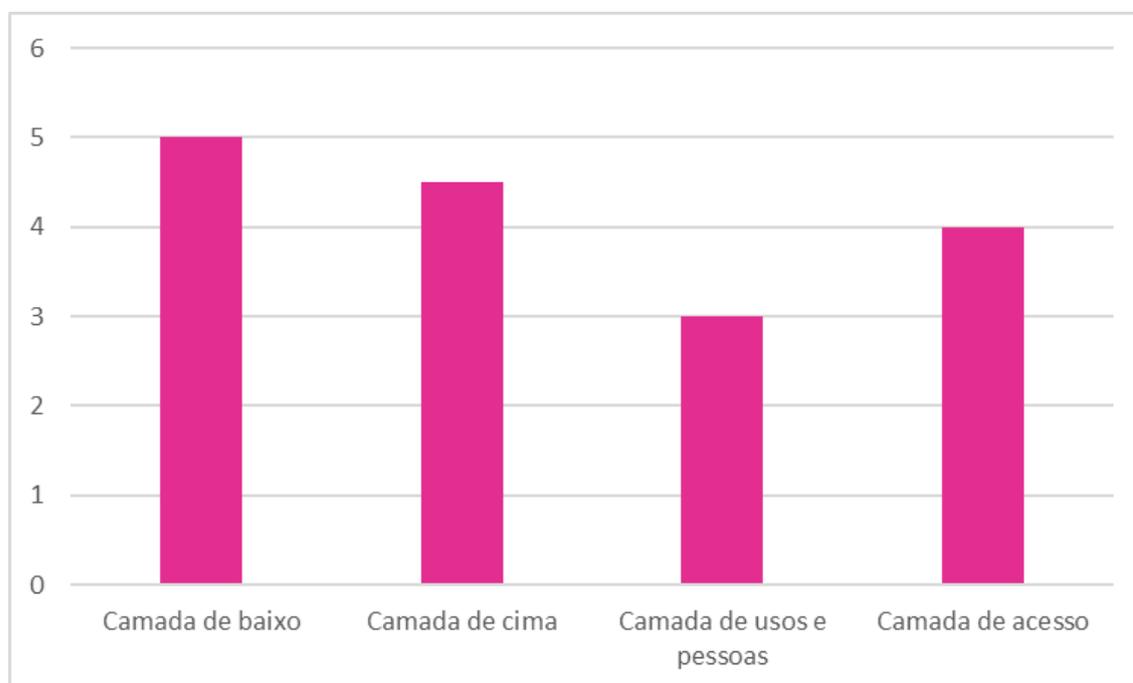
Figura 115-Foto de participantes registrando pontos negativos ao longo do trecho da auditoria



Fonte: Autora (2023)

Avaliando as notas dadas pelo trajeto percorrido, os itens com pior avaliação foram as camadas de usos e pessoas e camada de acesso. A camada de baixo teve uma nota positiva em função da intervenção na praça da Misericórdia registrado nas observações do grupo, que retrataram as largas calçadas, acessibilidade e conforto térmico do espaço.

Figura 116-Gráfico de resultados da avaliação das camadas



Fonte: Autora (2023)

Segue análise das camadas realizada pelas participantes da auditoria:

RESULTADOS	
CAMADA DE BAIXO (Calçadas e travessias)	Praça da Misericórdia com boa estrutura, calçadas largas, travessias seguras, acessibilidade e boa sinalização. Restante do trecho pela Rua do Norte calçadas estreitas, muitos obstáculos, falta de manutenção. Travessias seguras com faixa de pedestre.
CAMADA DE CIMA (Tudo que está sobre a calçada e fachadas)	Praça da Misericórdia com boa iluminação, conforto térmico, limpa, mobiliário adequado. No restante do trecho foram destacados a iluminação precária em boa parte da rua do

	Norte, presença de lixo e mau cheiro. Imóveis fechados e em abandono, sensação de insegurança. Relato de violência simbólica com a presença de um homem urinando na rua
CAMADA DE ACESSO	Acessos aos imóveis muito deficiente ao longo de todo o trajeto. Acessibilidade apenas na praça da Misericórdia. Locais para descanso na área da praça e no ponto de táxi ao lado do Hospital Djalma Marques, destaque para a pintura no banco, informando que este é exclusivo para uso dos taxistas.
CAMADA DE USOS E PESSOAS	Diversidade de pessoas: mulheres, homens, idosos, jovens e crianças. Cheiros misturados: urina, churrasco, lixo e esgoto. Mistura de sons: ambulância, música. Atitudes afetuosas das pessoas com as participantes do grupo que eram moradoras da região na área da praça da Misericórdia. No restante do trecho indiferença e incômodo de um senhor que perguntou: “O que que esse bando de mulher está fazendo aqui?”



A experiência vivenciada na Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade trouxe aspectos sensoriais importantes para avaliação da qualidade dos espaços analisados. Dentre eles, a praça da Misericórdia e da Saudade se consolidam como oásis nesse trecho do território, trazendo alívio e sensações positivas a caminhada e vivência cotidiana nessa área. O registro da sensação de tensão durante a caminhada noturna, com o aumento das percepções, deixando todas as participantes atentas ao próprio caminhar; ao percurso; as presenças e ausências nos trechos desertos, finalizando a caminhada com sensação de alívio ao encontrar movimento de pessoas, cheiro de comida, iluminação e música na praça da Saudade ao final do percurso, trouxeram a sensação de segurança e bem-estar.

A percepção de que as mulheres não eram maioria na Praça da Saudade também foi um registro importante durante a oficina. E a constatação da presença dessas mulheres com crianças e ou outras mulheres. Esse registro feito pelas participantes da auditoria que demonstrou uma preocupação inconsciente de se identificar com as pessoas presentes no espaço.

Ao finalizar a etapa de pesquisa de campo, podemos avaliar os dados e percepções que compõem as narrativas urbanas aqui apresentadas. Estas narrativas demonstram a complexidade das relações humanas, os desafios sociais, econômicos e culturais e as experiências individuais dentro do contexto urbano, sendo externalizadas nos espaços.

De acordo com Lefebvre, o espaço não é apenas uma entidade física, mas também uma construção social, que ele subdividiu em três dimensões: espaço percebido, espaço concebido e espaço praticado que contribuem para a compreensão do espaço urbano e social. Sendo o espaço percebido considerado o espaço vivido, que é influenciado pelas percepções, memórias, emoções e interações das pessoas com o ambiente ao seu redor, refere-se a como o espaço é vivenciado e sentido individualmente pelas pessoas em seu cotidiano. O espaço planejado refere-se ao espaço projetado e planejado por arquitetos e urbanistas, poder público e outros planejadores.

Trata-se, portanto, da representação idealizada do espaço expresso em mapas, projetos, leis de zoneamento e regulamentos de construção, sendo uma visão formal e muitas vezes abstrata, podendo ou não corresponder à realidade do espaço percebido ou praticado. Enquanto o espaço praticado refere-se ao espaço como realmente ele é usado e vivenciado pelas pessoas no seu dia a dia, ou seja, é onde as atividades cotidianas ocorrem, onde as pessoas se movimentam, interagem e realizam suas atividades.

Essas três dimensões do espaço compõem as dinâmicas urbanas e sociais, e desempenham papel importante na formação da vida urbana e na construção do ambiente urbano, entendendo que as cidades são moldadas pelas interações humanas. Desta forma, o espaço urbano reproduz relações de poder, de dominação e de desigualdade. Dentre essas relações de poder que estruturam a nossa sociedade patriarcal, estão as relações de gênero, cujas concepções de papéis sociais determinam diferenças políticas e sociais entre homens e mulheres (PATEMAN, 1993).

Nos últimos anos, os estudos feministas progrediram significativamente, oferecendo uma visão profunda sobre o papel da mulher numa sociedade capitalista e patriarcal. Estes estudos têm revelado não apenas como as mulheres se comportam, mas também como são percebidas dentro deste contexto social. Eles transcendem a visão determinista, baseada em diferenças biológicas entre homens e mulheres, passando para um entendimento cultural das disparidades de gênero numa sociedade capitalista.

Além disso, a análise de gênero vai além de meras estatísticas de desigualdade. Reflete-se não apenas na formulação de princípios e diretrizes ou na determinação de localizações para instalações públicas, mas também na compreensão do modo singular com que as mulheres enxergam o espaço e a importância do lazer para seus filhos.

Avaliar espaços públicos pela perspectiva de gênero torna-se um desafio quando se questiona quem os concebeu, para quem foi desenhado ou a quem serve e quais os sentimentos que desencadeia em seus usuários e usuárias. Nem todos os espaços são inclusivos, estimulam a convivência, favorecem a mobilidade e a sensação de segurança ou propiciam o sentimento de pertencimento. Assim, nos tornamos, segundo Foucault, “uma sociedade da normalização” (Foucault, 1988, p. 102), na qual o espaço público é pensado pela perspectiva heteronormativa.

Reconhecer a heteronormatividade como base da concepção das cidades e de seus espaços nos ajuda a perceber os inúmeros desafios cotidianos que mulheres enfrentam para seguirem buscando ocupar os espaços e seu direito à cidade. A participação ativa das mulheres nas dinâmicas urbanas e, por conseguinte, na política urbana, concede a elas papéis de poder, mesmo que de forma rudimentar. Isso não apenas afirma sua posição como cidadãs, mas também reduz gradativamente sua condição de opressão na sociedade.

4. 4. Cidades para mulheres, cidades para todos: Exemplos de boas práticas

A introdução da temática de gênero na elaboração de projetos urbanos tem se tornando uma prática em alguns lugares no mundo, uma vez que entendem a necessidade urgente de inclusão da nossa diversidade de corpos a serem atendidos pelo desenho urbano e pela implantação de políticas públicas que favoreçam que todas e todos tenham acesso à cidade. Algumas cidades e profissionais da área do planejamento urbano têm realizado intervenções que se baseiam na escuta ativa das pessoas mais vulneráveis, com objetivo de atender a agenda 2030 e conciliar os objetivos de desenvolvimento sustentável ao crescimento urbano das cidades, e estão conseguindo desenvolver projetos e políticas que sigam diretrizes apontadas pelo público mais sensível às intervenções. Elegemos a seguir alguns exemplos de boas práticas nesse processo contínuo de transformar cidades e cotidianos, priorizando as pessoas em situação mais vulnerável na sociedade.

4.4.1 Viena, Áustria, desenvolvendo planejamento urbano sensível a gênero:

A administração municipal de Viena, na Áustria, realizou, entre 2009 e 2012 um plano estratégico de inclusão da perspectiva de gênero no planejamento urbano da cidade como orientador para incorporar a igualdade na vida cotidiana das pessoas.

Primeiro, foram identificados os perfis dos usuários e das usuárias de serviços públicos e suas diferentes expectativas. Assim, geraram um diagnóstico que ajudou a administração a elaborar projetos e políticas adequadas às necessidades, de acordo com o gênero, garantindo a qualidade dos serviços.

O plano resultou em várias iniciativas bem-sucedidas, como a determinação pelo governo municipal de Viena, em 2010 que, em processos licitatórios para contratos de valor acima de 40 mil euros, e prazo de execução maior de 6 meses, as empresas implantassem medidas de promoção das mulheres. Assim, a igualdade de gênero passou a ser um critério qualitativo na hora de escolher os prestadores de serviços e fornecedores da administração pública.

O plano orienta também na elaboração dos projetos de intervenção urbana na cidade, como o financiamento de pesquisas para ajudar a definir os usos adequados dos espaços públicos, como a instalação de quadras de badminton e vôlei em parques, onde a presença de meninas acima de 9 anos era muito maior que a de meninos.

A prefeitura de Viena fornece, também, informações a empresas e cidadãos sobre a temática, orientando medidas para erradicar a desigualdade. Disponibilizando um manual on line para consultas: “A integração de gênero: conselhos práticos para obter mais igualdade de gênero na administração municipal de Viena”³⁶ a gestão pública aborda de forma mais ampla o tema, considerando homens, mulheres e pessoas LGBTQIA+, para incentivar que todos os setores da administração possam adotar práticas semelhantes.

A prefeitura realiza um monitoramento através de relatório trimestral de acompanhamento de igualdade gênero. Os resultados podem ser utilizados para desenvolver novas medidas e abordagens para alcançar a igualdade. Neste relatório são abordadas as áreas de: representação e participação política; emprego; educação; trabalho remunerado; tempo livre;

³⁶ O título original da publicação é *Gender mainstreaming made easy. Practical advice for more tender equality in the Vienna City Administration* e não há tradução para o português. Ver <https://www.wien.gv.at/english/administration/gendermainstreaming/principles/manual.html>.

arte e mídia; renda, pobreza e segurança social; habitação; espaço público; mobilidade e violência, entre outros. O Relatório de Monitoramento da Igualdade de Gênero é elaborado com base nos objetivos de igualdade e avalia 119 indicadores.

Figura 117-Espaço com instalação para pessoas no Mumok, Museu de Arte Moderna, em Viena, Áustria.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/boa-viagem/renovada-viena-danca-sua-valsade-verao-9078314>, visitado em 08/08/23

Viena tornou-se um exemplo de como a mudança no olhar da gestão pública e no planejamento urbano, incluindo a perspectiva de gênero, podem proporcionar cidades mais inclusivas para todas as pessoas. A política de integração de gênero na cidade abrange cinco princípios:

- Linguagem adequada em textos e materiais (formulários e documentos), fazendo com que mulheres e homens sejam igualmente contemplados e visíveis;
- Pesquisas e análises de dados que incluam sexo das pessoas, renda e nível de educação para subsidiar as tomadas de decisões;
- Igualdade de acesso e da utilização dos serviços com avaliação quanto aos seus diferentes efeitos nas mulheres e nos homens. Identificando quem usa os serviços, quem é o público-alvo e quais as diferentes necessidades entre mulheres e homens, visando que ambos os sexos sejam contemplados quando do planejamento e concepção do serviço até sua infraestrutura.

- Estratégias voltadas para o envolvimento igualitário entre mulheres e homens nas tomadas de decisão, equipes de projeto, comissões e conselhos consultivos;
- Para decisões de políticas públicas deve ser incluída a avaliação específica do gênero, visando ao desenvolvimento e à implementação de novas metas, estratégias e medidas.

Essas e outras medidas modificam as relações e serviços ofertados pelo poder público, mas também influenciam diretamente a iniciativa privada a partir de demandas e ou premiações oferecidas pela administração pública.

4.4.2 Buenos Aires e a criação de percursos que refletem a vida das mulheres

A cidade de Buenos Aires aprovou em 2015, através do Conselho de Planejamento Estratégico da Cidade, que é composto por 146 organizações da sociedade civil, uma iniciativa legislativa destinada à criação de itinerários turísticos, culturais e educativos que refletem a vida das mulheres e sua importância na história social e política³⁷.

A iniciativa propôs incorporar as histórias das mulheres através de marcos públicos incorporados aos espaços urbanos como monumentos, nomes de ruas, calçadas e outros. Tudo que configura o patrimônio tangível e intangível da cidade e que contribuem para a memória coletiva local. Os itinerários compõem rotas temáticas cujos objetivos são:

- Incorporar e dar visibilidade à história das mulheres nas narrativas urbanas, contribuindo para a valorização, preservação e difusão do patrimônio cultural, material e imaterial;
- Promover ações que articulem setores de cultura, de educação e de turismo através da participação ativa da população em ações de resgate, preservação e valorização do patrimônio;
- Contribuir para a construção de uma cidade mais segura, igualitária e inclusiva, dotando os itinerários de densidade e qualidade nos espaços públicos;
- Promover iniciativas nos bairros populares de fortalecimento do sentido de pertencimento local, coesão social e inclusão das mulheres como verdadeiras protagonistas locais das mudanças propostas.

³⁷ Ver mais informações sobre a iniciativa em Buenos Aires em: <https://www.archdaily.com.br/br/772615/urbanismo-e-genero-criacao-de-percursos-em-buenos-aires-que-refletem-a-vida-das-mulheres>

O roteiro inclui diferentes marcos urbanos, físicos e simbólicos com a: Fonte das Nereidas, Marcos Urbanos de Puerto Madero, Parque das Mulheres Argentinas, Ponte da Mulher, Monumento a General Juana Azurduy, Plaza de Mayo e Pirâmide de Mayo, Salão Eva Perón da Legislatura a Cidade de Buenos Aires, Casa de Alcía Moreau de Justo e outros.

Através destes itinerários didáticos fomenta-se a participação cidadã em ações concretas, que tornam visíveis novas referências da história social das protagonistas mulheres como agentes de mudança em favor de uma cidade mais igualitária e inclusiva.

Figura 118- Mapa do itinerário turístico, cultural e educativo em Buenos Aires



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/772615/urbanismo-e-genero-criacao-de-percursos-em-buenos-aires-que-refletem-a-vida-das-mulheres>

4.4.3 A experiência de Barcelona, Espanha.

A cidade de Barcelona, na Espanha, vem passando por grandes mudanças após a gestão de uma prefeita que realizou transformações a bordo de uma agenda feminista nos anos de 2016 a 2019, estabelecendo diretrizes que ajudassem a cidade a se tornar melhor para mulheres. A partir desta inclusão nas discussões e políticas públicas estabelecidas, a cidade de Barcelona passou a implementar algumas ações práticas:

- O aumento da quantidade de banheiros instalados na cidade bem como, o aumento das dimensões desses banheiros para que possam atender as necessidades das usuárias, como acomodar um carrinho de bebê, ou se movimentar e manter seus filhos próximos;

- Repensar o desenho urbano dos espaços públicos para que possam atender a diferentes usos de forma a acomodar a todos;

- Repensar o transporte público de forma a atender aos percursos utilizados pelas mulheres, uma vez que as estatísticas da cidade demonstram que mais mulheres utilizam o sistema de transporte público e se movimentam a pé;

- A iniciativa de Superblock, como forma de recuperar ruas do domínio de carros. Através da intervenção em 9 quarteirões que forma fechados ao tráfego de veículos. As ruas são então utilizadas por parques, bancos, áreas verdes, playgrounds e são desenvolvidas aos pedestres e ciclistas.

- A criação e mecanismos de combate ao assédio através da instalação de estandes antimachismo fornecendo orientação às mulheres. Além do lançamento de um aplicativo pela prefeitura para denunciar anonimamente importunação sexual, gerando um mapa e ajudando a cidade e acabar com isso.

A partir dessas iniciativas, escritórios de arquitetura tem se especializado em torno da arquitetura feminista em Barcelona, trazendo a perspectiva de gênero pra o design urbano.

4.4.4 Instituto Formação e o Festival Cultural de Skate Feminino em São Luís

O Instituto Formação é um Centro de Apoio à Educação Básica, criado desde 1999, por um conjunto de pesquisadores e estudiosos nas áreas de educação, comunicação, arte, esporte e desenvolvimento orgânico territorial em São Luís, Maranhão. O Instituto tem como objetivo aprimorar políticas públicas em todo o Brasil, especialmente no Maranhão, assegurando um padrão acessível a todos; investir em tecnologias para o desenvolvimento local; disseminar

pesquisas nas áreas de educação, comunicação, economia social e desenvolvimento local; trabalhar em parceria com governos e organizações civis para propiciar impactos duradouros em comunidades vulneráveis.

O Instituto Formação executa diversos projetos, dentre estes o Manobra com Educação: a rua ensina. Trata-se de um projeto de esportes radicais que tem como objetivo oportunizar para meninas a prática de skate e bicicross. Estando presente atualmente em cinco municípios do Maranhão, possui dois núcleos em São Luís: Núcleo Centro Histórico e Núcleo Alegria-Maracanã. Através de atividades educativas, lúdicas e de treinamento na prática de skate e bicicross, estimula meninas e mulheres a ocuparem espaços públicos e vivenciar a cidade. Através de eventos que contam a criação de ilhas de atividades com nomes de mulheres da história e cultura de São Luís, o Instituto Formação realizou um evento de Festival Cultural de Skate na praça da Fonte do Bispo, uma das áreas reabilitadas pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

Figura 119- Foto do portal do Festival Cultural de Skate Feminino



Fonte: Autora (2023)

Figura 120- Estação da beleza montada no Festival Cultural de Skate Feminino



Fonte: Autora (2023)

Figura 121- Foto de aulas de skate para meninas na praça da Fonte do Bispo



Fonte; Autora (2023)

Figura 122- Foto da aula de dança na praça Fonte do Bispo



Fonte: Autora (2023)

Figura 123- Foto aula de grafite para meninas



Fonte: Autora (2023)

Figura 124- Foto de placa da estação Alcione



Fonte: Autora (2023)

Figura 125- Foto de atividade de reconhecimento da praça Fonte do Bispo



Fonte: Autora (2023)

Figura 126- Foto de atividade de reconhecimento da praça Fonte do Bispo



Fonte: Autora (2023)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início minhas considerações finais fazendo uma menção a um ensaio lido há algum tempo, de autoria do escritor argentino Jorge Luís Borges, em seu volume I de Obras Completas, cujo escrito traz um curioso título “A supersticiosa ética do leitor.” Nesse ensaio, ele chama atenção do leitor para o que denomina de excesso de uso de “tecquinerias”, conceito tomado emprestado de Miguel de Unamono. Tecquinerias, segundo Borges, consiste em uma submissão determinada sofrida por alguns escritores, que se lançam em busca do adjetivo perfeito para designar a coisa certa, o que pode se constituir num grande empecilho no momento da escrita, por deixar de lado o estilo e o objetivo a ser alcançado.

Neste momento, trago para mim as palavras do escritor argentino, pois diversas vezes ponderei se as palavras usadas estavam à altura da pesquisa desenvolvida. Enfim, decidi abandonar o excesso de “ética”, concluí que a apresentação de um estudo requer que este atinja não apenas o estilo, mas sobremaneira seu objetivo e, neste caso, busquei conciliar ao máximo a pesquisadora que precisou mergulhar com afinco no conhecimento teórico, sem alterar a arquiteta e urbanista que habita em mim, acostumada com as execuções práticas no dia a dia.

Eis que no caso deste trabalho, a proposição é analisar os espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís pela perspectiva de gênero, a partir de um recorte espacial que propiciou a análise pós-ocupacional, com a avaliação da percepção das usuárias mulheres. Partindo da compreensão do espaço urbano como materialização das relações sociais, assim como considera Flávio Villaça (1991), a relação de interferência mútua entre a Superestrutura e a Estrutura Territorial.

Desse modo, inspirada na abordagem centrada nas pessoas de Jane Jacobs, em que a autora enfatiza a importância de observar minuciosamente as atividades cotidianas e interações das pessoas nos diversos espaços urbanos, busquei através deste estudo, explorar as narrativas orgânicas que surgem quando as pessoas interagem com seus ambientes urbanos. Assim, quando se valoriza a diversidade, interconexão e vitalidade dos espaços urbanos, as histórias individuais e comunitárias tendem a se entrelaçar para criar o tecido das cidades. Jacobs (2007) relata que as experiências humanas e a complexidade das interações sociais nos espaços urbanos oferecem uma base sólida para o estudo das narrativas que emanam das cidades.

Neste estudo, as narrativas urbanas compartilhadas por mulheres que residem ou frequentam os espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do centro Histórico de São Luís, foram examinadas a fim de que pudéssemos fazer as análises relacionadas ao Parque do Bom Menino e Skate Park, Praça da Bíblia, Praça da Misericórdia e Praça da Saudade. Referidas análises se baseiam em entrevistas de pesquisa de satisfação, conduzida pela Semispe, observações de campo feitas durante o estudo e na Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, na qual as mulheres convidadas avaliaram as Praças da Misericórdia e Saudade, bem como, os trechos que conectam esses dois locais,

Quanto aos comerciantes de rua contemplados pelo programa pesquisa registrou nível de satisfação com relação às intervenções realizadas e ao processo pelo qual passaram. O estudo abrangeu os comerciantes que desenvolvem suas atividades nesses espaços e foram cadastrados pelo programa, objetivando informações sobre suas percepções quanto à satisfação com os espaços públicos requalificados; e satisfação com a execução do Trabalho Técnico Social - TTS.

Observa-se que os espaços públicos ainda não são sensíveis às necessidades de gênero, e também contribuem com a manutenção de um ciclo de opressão, que dificulta a mulher a ocupar de fato seu papel na sociedade de forma igualitária.

No que diz respeito à mobilidade, aqui apresentada como categoria de pesquisa, esta faz parte da lógica patriarcal que vivemos de apropriação da cidade, onde os sistemas de mobilidade são pensados em função daqueles que desempenham funções produtivas, em detrimento aos que realizam trabalhos reprodutivos não remunerados, trabalho este que recai sobre as mulheres, prejudicando o acesso delas aos espaços e à cidade.

Ressalta-se que as mulheres correspondem ao maior número de usuárias do transporte público e transporte ativo³⁸. Segundo pesquisas sobre mobilidade urbana que introduzem o recorte de gênero, as mulheres são em menor quantidade proprietárias de veículos privados. Além disso, por conciliarem com mais frequência as atividades profissionais, de reprodução e cuidado,

³⁸ Ver dados Pesquisa Origem e Destino realizada pelo Metrô de São Paulo a cada 10 anos. Em 2007, as principais viagens das mulheres eram realizadas por transporte público (39%) ou a pé e de bicicleta (38%), enquanto a maioria dos homens se deslocava por veículos individuais motorizados (35%). <https://summitmobilidade.estadao.com.br/guia-do-transporte-urbano/mulheres-sao-a-maioria-no-transporte-ativo-e-coletivo/>. Acesso em: 12/08/23

estas realizam deslocamentos com inúmeras paradas e suas rotas muitas vezes incluem trajetos a pé.

Ao longo desta pesquisa foi necessário buscar métodos específicos para avaliação dos espaços pela perspectiva de gênero, sendo assim, desenvolvemos um método a ser replicado em outros espaços públicos. Reunindo a análise da estrutura física do espaço, seu recorte socioespacial a uma auditoria de segurança de gênero e caminhabilidade realizada por mulheres, colocadas aqui, no papel de especialistas urbanas, propiciamos ao pesquisador/ gestor público, uma ferramenta para analisar de forma qualitativa os espaços públicos produzidos pela cidade.

Importa ressaltar que o método pode ser aplicado para avaliação de espaços já construídos, mas também em processos participativos de partes interessadas para elaboração de estudos e projetos executivos de intervenções urbanas, ampliando a participação das mulheres na etapa de proposição de soluções para o desenho urbano e para implementação de políticas públicas que favoreçam as cidades a serem mais inclusivas e humanas.

Conveniente também é destacar que o processo participativo através de metodologias de escuta significativa das partes interessadas e metodologia de cocriação de projetos urbanos contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas e usuárias dos espaços em questão. Contudo, deve-se admitir os limites que a forma e o desenho urbano possuem como transformadores da sociedade e das relações sociais.

Nesse sentido, todas as intervenções realizadas pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís atingiram interesses práticos para acessibilidade e construção da autonomia dos usuários e usuárias dos espaços requalificados, porém, ações feitas de forma isoladas de políticas públicas, campanhas educacionais, culturais, ações de desenvolvimento socioeconômico e de diretrizes que possam ser compartilhadas para outras intervenções, não reverberam nas estruturas do patriarcado e da dominação de gênero.

A avaliação pós-ocupacional (APO) realizada pela Semispe, relata que os projetos do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, cumpriram o objetivo de trazer soluções e adequações para os espaços requalificados, bem como apresentaram dados positivos de satisfação dos frequentadores entrevistados. Porém não foram considerados os efeitos das intervenções no cotidiano das mulheres que são afetadas diretamente, uma vez que costumam frequentar esses equipamentos. As mulheres, de acordo com os resultados, ainda

representam o menor grupo de frequentadoras dos espaços, mesmo após as requalificações realizadas. Na maioria das vezes, a presença delas é aliada ao cumprimento de outras atividades, como as que estão relacionadas ao cuidado e à reprodução, por exemplo: levar crianças para o parquinho infantil, acompanhar idosos. A baixa frequência no turno noturno, demonstra também a falta de apropriação dessas mulheres nesses espaços e outro aspecto importante que podemos destacar, dentre esses dados, é a ausência dos segmentos mais vulneráveis como frequentadores dos espaços públicos analisados, uma vez que segundo o IBGE (2010), grande parte da população que reside no Centro, onde estão localizadas as áreas de estudo, requalificadas pelo programa, recebem entre um quarto a dois salários-mínimos. A ausência de registro desse segmento como frequentadores dos espaços públicos analisados nos remete à desigualdade nos acessos aos espaços públicos desse território.

O direito à cidade, seus recursos e oportunidades urbanas, segundo Rolnik (2018) é um conceito fundamental que engloba não apenas a liberdade de movimento, mas também o acesso à moradia adequada, serviços públicos, cultura e lazer e outros aspectos que constituem uma cidade justa e equitativa.

Conforme mencionado neste estudo, o território da área central da cidade apresenta suas restrições e limitações pela ausência desse conjunto de políticas, porém as áreas requalificadas pelo Programa se constituem em pequenas “ilhas” no sentido de propiciar o acesso inclusivo de pessoas, sensação de segurança e conforto em meio à ausência de infraestrutura adequada no entorno.

Nesse sentido, o processo participativo é uma oportunidade para a gestão pública ouvir a comunidade e transformar suas demandas em ações a serem executadas pelo programa, mas acaba sendo realizado apenas com o intuito de cumprir os itens de relatório exigidos pelo BID, onde o registro oficial da comunidade discordando da intervenção proposta pode ocasionar paralização dos trabalhos e em situações críticas, quebra de contrato.

A participação eficaz dessas comunidades não deve ser imposta de maneira uniforme, mas sim adaptada às suas necessidades e realidades específicas. Conhecer o território de abrangência dos programas propostos através de diagnósticos que contemplem a comunidade local com toda a sua diversidade e especificidade, garantindo o direito à participação de todas e todos nas

discussões e aprovações das propostas, é uma forma de aproximar a comunidade da cocriação de programas e ações que possam atender de fato suas demandas.

Deve-se, portanto, privilegiar a mobilidade ativa, onde a integração entre os meios de transportes públicos pode facilitar o acesso à cidade em igualdade de oportunidades, incorporando que a perspectiva de gênero, no urbanismo, representa o entendimento que, devido aos papéis sociais e culturais, homens e mulheres realizam tarefas distintas e, ainda, têm acesso de forma desigual às oportunidades existentes na cidade.

Contudo, se as cidades são o resultado da “convergência de multiterritórios” e a sua sociedade se constrói com base na diversidade, então resta fazer uma análise crítica sobre como o território influencia os cotidianos, pois reproduz papéis de gênero e dinâmicas de exclusão e expressa o receio de o “diferente” tornar-se um imperativo. Podemos assim perguntar se estes espaços não serão afinal os que permitem o acesso de uns grupos e impedem o de outros, o que conduz ao debate sobre a cidadania, o direito à cidade e à justiça espacial (Fraser, 1990; Soja, 2010).

A questão deste estudo visa saber quais fatores qualificam os espaços públicos que integram o Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, para atenderem às necessidades e anseios de gênero, fomentando a presença da mulher e seu poder sobre esse espaço urbano. Assim, a importância de inserir na produção do campo da arquitetura e do urbanismo, solução para as especificidades das vivências de grupos sociais vulnerabilizados, demonstra a necessidade de incluir mulheres no planejamento das cidades, como agentes transformadoras e usuárias do espaço urbano.

Levando em conta as especificidades de gênero, fez-se necessário a criação de uma nova metodologia que pudesse ser aplicada nas proposições e avaliações de espaço público, em todos os aspectos das intervenções, tanto pela perspectiva de equidade de gênero como funcionalidade e empoderamento das mulheres afetadas diretamente, e considerando ainda a percepção retratada nas entrevistas feitas com as mulheres que utilizam esses espaços, conclui-se que a satisfação pós-ocupacional dos espaços públicos requalificados pelo Programa atende, em parte, a presença feminina.

Acreditamos que as diversas considerações e conclusões obtidas neste estudo possam vir a contribuir para análises e elaborações de futuras pesquisas que contemplem e possibilitem a discussão de gênero, no âmbito das políticas públicas, do planejamento urbano e nas discussões de cidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.**

ARAÚJO, C. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero.** Crítica Marxista, n.11, p. 65-70. São Paulo: Boitempo, 2000

BENJAMIN, Walter. **Passagens**, Ed. UFMG, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL lidera assédio de mulheres em espaço público. **Portal Act!onaid**, 20 maio 2016. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/brasil-lidera-assedio-de-mulheres-em-espaco-publico>>. Acesso em: 20 fev. 2021

BURGOS, Ana Lúcia Alencar. **Um enfoque de gênero na política urbana no Brasil: avanços e contradições.** 1. ed., Curitiba: Appris, 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**, 2018.

Carta de Reabilitação Urbana Integrada – Carta de Lisboa. In 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Centros Históricos. Câmara Municipal de Lisboa. Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, Lisboa, 1995.

CASAS, Marina; ESPINOSA, Cindy; LARA, Carlos. Gender determinants in urban mobility policies in Latin America.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

CALIÓ, Sônia Alves. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. In: _____; LOPES, Maria Margaret. **Mulher e espaço urbano**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1992.

CASTRO, Mary Garcia. **O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos**, 1992.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Comissão Temporária para a Equidade de Gênero. **1º diagnóstico: gênero na arquitetura e urbanismo**. Elaboração, análise dos resultados e apresentação: Ana Laterza. [Brasília], 2020. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA. **A carta europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local**. [S.l.], maio 2006. Disponível em : <https://www.ccre.org/docs/charte_egalite_pt.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Mulheres sem história**. Revista de História (São Paulo), v. 114, p. 31-45, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058/64894>

DIAS, M.O.L.S. “Uma questão de gênero”. In: Costa, A.O. & Bruschini, C. Teoria e método. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **O método dialético e suas possibilidades reflexivas**. Campina Grande: UEPB; Natal: UFRN, 2008. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/metodologia_cientifica/Met_Cie_A05_M_WEB_310708.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ESTADÃO MOBILIDADE. Mulheres são a maioria no transporte ativo e coletivo. <https://summitmobilidade.estadao.com.br/guia-do-transporte-urbano/mulheres-sao-a-maioria-no-transporte-ativo-e-coletivo/>. Acesso em: 12/08/23

ESTUDOS. **Portal do Instituto Locomotiva**, 2021. Disponível em: <<https://www.ilocomotiva.com.br/estudos>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021

FERNÁNDEZ PÉREZ, Zaida. Mapa de las huellas de las mujeres y del feminismo. GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca; CIOCOLETTO, Adriana (Coords.). **Estudios urbanos, género y feminismo: teorías y experiencias**. Barcelona: Collectiu Punt 6, 2012. p. 77-90. Disponível em: <<https://punt6.files.wordpress.com/2011/03/estudiosurbanosgenerofeminismo.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FONTES, Marina Lima de. **Mulheres invisíveis: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista**. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/22280>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal , 1988.

GAMRANI, Sarah; TRIBOUILLARD, Clementine. **Gênero e cidades: guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas**. [S.l.]: BID, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18235/0002999>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Relações de gênero, raça, classe e desigualdades sócio-ocupacionais em Salvador**, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Ana Gabriela. **Cidade, gênero e primeira infância: modos de intervir em territórios urbanos vulneráveis**. 2018.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. 2004. 284 f. Tese (Doutorado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001401119>>. Acesso em: 9 fev. 2021.

GRANADA, Isabel; et al. *El porqué de la relación entre género y transporte*, p. 10. Banco Interamericano de Desarrollo, 2016.

GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca; CIOCOLETTO, Adriana (Coords.). **Estudios urbanos, género y feminismo: teorías y experiencias**. Barcelona: Collectiu Punt 6, 2012. Disponível em: <<https://punt6.files.wordpress.com/2011/03/estudiosurbanosgenerofeminismo.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HAYDEN, Dolores. **What would a non-sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work**, 1981.

HELENE, Diana; TAVARES, Rossana B. Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária. **ArchDaily**, 11 out. 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudosurbanos-uma-conciliacao-necessaria>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1

IGNACIO, Julia. **O que é interseccionalidade? Politize!**, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2013). Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> . Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/index.html>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. Segurança das mulheres no transporte. **Portal do Instituto Patrícia Galvão**, 2019. Sessão: Dados & Fontes. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

INSTITUTO SEMEIA; ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Parque para todas e todos: sugestões para implantações de parques urbanos com perspectiva de gênero**. [S.l.], maio 2020. Disponível em: <http://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodaseTodos.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021

ITDP BRASIL. Mulheres e mobilidade urbana: indicadores para a formulação de políticas urbanas sensíveis ao gênero. **ArchDaily**, 9 fev. 2018. Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/888740/mulheres-e-mobilidade-urbana-indicadorespara-a-formulacao-de-politicas-urbanas-sensiveis-ao-genero>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KERN, Leslie. **Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KVAM, Reidar. **Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais**

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender_ essays on theory film and fiction**. United States of America, 1987

LAVALLE, A. G. **As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria**. In: Espaço & Debates 46. Revista de Estudos Regionais e Urbanos – v. 25 n. 46 jan./jul. 2005. p. 33 a 44;

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____ Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____ Henri. **A re-produção das relações sociais de produção**. Porto: Publicações Escorpião.

Leroy, J., & Soares, M. C. C. (1999). *Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo no Brasil: Dilemas e desafios*. FASE.

LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Cidade, gênero e infância**. Romano Guerra: Pistache Editorial: Instituto Brasiliana, São Paulo, 2021.

LOPES, José Antônio Viana et Alli. **O Urbanismo Modernista em São Luís: Plano de Expansão da Cidade (1956)**. REVISTA DO CEDS. Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB N. 2 – Volume 1. Semestral. São Luís: UNDB, março/julho 2015. 19p.

LOPES, José Antônio Viana; MASULLO, Yata Anderson Gonzaga. **Efeitos da urbanização na dinâmica socioeconômica do centro histórico de São Luís - Ma**. VII Congresso Brasileiro de gestão ambiental. Campina Grande/PB - 21 a 24/11/2016.

LUGONES, Maria; **Colonialidade e Gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.), 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDINA, Graciela et al. Mulheres nas cidades. **ArchDaily**, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/935134/mulheres-nas-cidades?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>. Acesso em: 1º fev. 2021.

MERLI, Giovanna Augusto. **Lugar de mulher é na cidade**: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia. 2018. 256 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1440>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: G. Gili, 2014.

Mulheres Caminhantes – Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana. https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes___auditoria_de

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral**. Barcelona: Dpr-Barcelona, 2018.

MUXÍ, Zaida. Cidade, política e gênero. Entrevistadora: Daniela Abritta Cota. **Entrevista**, ano 19, n. 75.2, set. 2018. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/19.075/7123?page=3>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

OLIVEIRA, Leidiane; SANTOS, Silvana Mara. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010

ONU WOMEN, ONU HABITAT. **Building safe and inclusive cities for womem - a practical guide**. Delhi, 2011.

ORGANISATION DES NATIONS UNIES. **Accès égal à la ville et gendérisation des espaces publics** : guide pratique pour des espaces publics amènes pour tous : agréables, accessibles, fonctionnels et surs. [S.l.], 2017.

PELA CIDADE: especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade #7: Paula Soto. Produção de Marina Harkot, Larissa Lacerda e Leonardo Foletto. Podcast. **Portal do LabCidade**, São Paulo, 30 abr. 2019. Podcast. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/pela-cidade-especial-cidade-genero-e-interseccionalidades-7-paula-soto/>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Plataforma Agenda 2030**. [S.l., 2021]. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2021

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de ciências Socialies. Buenos Aires, 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SABORIDO, Marisol. Ciudad y relaciones de género. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 8., 8-10 feb. 2000, Lima. **Documento de referência DDR/5.** [S.l.]: CEPAL, 16 dic. 1999. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43116/ciudad_relaciones_genero.pdf?sequence=1#:~:text=Las%20ciudades%20son%20tambi%C3%A9n%20la,decir%2C%20las%20relaciones%20de%20g%C3%A9nero.>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo.** Razão e Emoção, São Paulo, Hucitec, 1996

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. Gênero e planejamento urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., maio 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2017. Sessão temática: Perspectivas para o planejamento urbano e regional. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2169>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

SARAIVA, Alexa. Arquitetas questionam como as cidades podem ser mais inclusivas para mulheres. **ArchDaily**, 29 set. 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/925563/arquitetasquestionam-como-cidades-podem-ser-mais-inclusivas-para-mulheres>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SÃO LUÍS. Lei n. 3.252, de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do município de São Luís, e dá outras providências. **Portal da Prefeitura de São Luís**, 1992. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/semurh/conteudo/1299>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara - Guia de arquitetura e paisagismo. São Luís - Sevilla, 2008.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Territórios do uso:** cotidiano e modo de vida. CIDADES. v. 1, n. 2, 2004, p. 181- 206.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público:** da dominação à apropriação. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, 2006

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

TELLA, Guilherme. **Urbanismo e gênero:** criação de percursos me Buenos Aires que refletem a vida das mulheres. <https://www.archdaily.com.br/br/772615/urbanismo-e-genero-criacao-de-percursos-em-buenos-aires-que-refletem-a-vida-das-mulheres> Acesso em: 10/08/23

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. de Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020

VIENNA. **Gender mainstreaming made easy:** practical advice for more gender equality in the Vienna City Administration. Vienna: Department of Urban development, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2ªedição Studio Nobel. FAPESP, São Paulo.

ANEXO I – PLANO DE COMUNICAÇÃO

ANEXO II – MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AUDITORIA DE SEGURANÇA DE GÊNERO E CAMINHABILIDADE

ANEXO III – RELATÓRIO OFICINA I PARQUE DO BOM MENINO

ANEXO IV- RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO E DADOS FASE 1 LEVANTAMENTO DE DADOS. CONSÓRCIO NATUREZA URBANA HPROJ, 2018.

ANEXO V- ANÁLISE PESQUISA DE SATISFAÇÃO

ANEXO VI – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO AUDITORIA DE SEGURANÇA DE GÊNERO E CAMINHABILIDADE

ANEXO VII- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USOS DE IMAGEM

ANEXO VIII- FICHA DE AVALIAÇÃO CAMINHADA NOTURNA

ANEXO IX- QUESTIONÁRIOS DAS ROTAS DE AVALIAÇÃO DE CAMADAS